

GUSTAVO DE SOUZA BARBOSA

**A USINA CENTRAL BARREIROS E AS IMPLICAÇÕES SOCIOECONÔMICAS NO ESPAÇO URBANO
DE BARREIROS, PERNAMBUCO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Cristina de Almeida Fernandes

**RECIFE
2014**

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

B238u Barbosa, Gustavo de Souza.
A Usina Central Barreiros e as implicações socioeconômicas no espaço urbano de Barreiros, Pernambuco / Gustavo de Souza Barbosa. – Recife: O autor, 2014.
171 f. : il. ; 30cm.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Cristina de Almeida Fernandes.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-graduação em Geografia, 2014.
Inclui referências.

1. Geografia. 2. Economia. 3. Urbanização – Aspectos econômicos. 4. Usinas de açúcar – Barreiros (PE). I. Fernandes, Ana Cristina de Almeida Fernandes (Orientadora). II. Título.

910 CDD (22.ed.)

UFPE (BCFCH2014-114)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

GUSTAVO DE SOUZA BARBOSA

A USINA CENTRAL BARREIROS E AS IMPLICAÇÕES SOCIECONÔMICAS NO ESPAÇO URBANO DE BARREIROS, PERNAMBUCO

Dissertação defendida e APROVADA pela banca examinadora:

Orientador: _____
Dra. Ana Cristina de Almeida Fernandes (PPGEO/UFPE)

2º Examinador: _____
Dr. Bertrand Roger Guillaume Cozic (UFPE)

3º Examinador: _____
Dra. Norma Lacerda Gonçalves (UFPE/MDU)

RECIFE – PE
26/08/2014

À Izelda de Souza Barbosa (*in memoriam*) que representou
em todos os sentidos o significado da palavra Mãe.

AGRADECIMENTO

Em primeiro lugar agradeço a DEUS pelas bênçãos concedidas, pela proteção e luz sobre os meus caminhos, dando-me condições de efetivamente realizar este trabalho.

Em especial registro agradecimento a minha mãe, Izelda de Souza Barbosa, a quem dedico estas páginas, e que, infelizmente não posso mais contar com sua presença física ao meu lado, mas que espiritualmente eternizou-se em meu coração. A ela devo o que sou hoje, certamente fruto da sua luta, sua coragem, seus princípios e, sobretudo seu infinito amor.

Não posso deixar de citar minha amiga pessoal e profissional Solange Lopes de Alencar que mesmo antes do ingresso no curso de mestrado ajudou-me com importantes orientações acerca da elaboração do pré-projeto desta dissertação. Aproveito para deixar meu agradecimento também ao apoio dos colegas de trabalho do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – *Campus* Recife, em especial à professora Manuella Vieira Barbosa Neto, a quem devo a elaboração de um mapa utilizado na pesquisa.

À professora Ana Cristina de Almeida Fernandes que aceitou orientar-me compartilhando comigo seu amplo conhecimento sobre o tema do trabalho e vários outros assuntos registro também meu agradecimento.

Na academia não poderia deixar de citar os docentes dos Programas de Pós-graduação em Geografia e em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco com os quais conheci valiosas obras e participei de importantes debates, e os colegas de estudo do curso de mestrado.

Agradeço a minha família barreirense que sempre se mostrou muito solícita em ajudar-me e acolher-me durante a fase da pesquisa de campo. Agradeço em especial à Irineia Alves de Souza Silva e José Francisco de Barros, tios que muitas vezes por telefone ajudavam-me a elucidar as dúvidas que apareciam ao longo da escrita, bem como fazia Patrícia Alves da Silva, prima que muitas vezes acompanhou-me também nas saídas a campo e na busca de documentos sobre o município. Agradeço também ao primo Edvaldo de Souza Gomes Palmeira, que gentilmente disponibilizou-me seu arquivo fotográfico particular, do qual muitas imagens constam no presente trabalho.

Aos cidadãos barreirenses que gentilmente cederam-me parte de seu precioso tempo para responder aos questionamentos sobre o tema, em especial ao senhor Yvon Bezerra de Andrade, figura icônica da cidade e grande conhecedor da história e da realidade desta e a Ionara dedicada funcionária que muito bem me recebeu e deixou-me a vontade para consultar e fotografar o acervo do Museu do Una, mesmo este em reforma no período da visita, registro meu agradecimento.

Aos professores Bertrand Roger Guillaume Cozic e Norma Lacerda Gonçalves que gentilmente aceitaram o convite para analisar o presente trabalho e contribuir com suas observações deixo especial agradecimento.

Aproveito a oportunidade para desculpar-me com aqueles que certamente por lapsos de memória não devo ter citado diretamente nestas linhas mas que contribuíram na realização desta dissertação.

Altas chaminés terracota emergem no verde-
cana, ora produzindo a fumaça que revela a
sua atividade, ora apenas marcando uma
antiga unidade produtiva já inexistente
(CAMPAGNOL, 2008, p. 481).

RESUMO

O trabalho aborda as implicações socioeconômicas no espaço urbano do município de Barreiros, Pernambuco, a partir da atividade sucroalcooleira desenvolvida pela sua principal indústria, a Usina Central Barreiros, considerando tanto seu período de funcionamento quanto os anos posteriores ao seu fechamento. A pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso baseado no método materialista dialético sendo realizada a partir da análise de dados obtidos por meio de documentação indireta através de pesquisa documental em leis e da pesquisa bibliográfica em livros, artigos, periódicos, monografias, dissertações, teses, documentos e *sites* oficiais de órgãos governamentais, assim como a partir da análise baseada em documentação direta obtida em visita ao município e por meio da realização de entrevistas com os moradores da zona urbana. Como resultado constata-se que a atividade açucareira durante grande parte do século XX mostrou-se de extrema importância para o ritmo econômico e social de Barreiros sendo responsável, contraditoriamente, pelas mais importantes transformações e permanências observadas no espaço urbano e na vida de seus habitantes. Conclui-se que a atividade imprimiu significativas mudanças no espaço urbano municipal, sobretudo no âmbito das edificações e no cotidiano de seus habitantes influenciando diretamente tanto a qualidade quanto o ritmo de vida destes. Com o encerramento das atividades da indústria sucroalcooleira associada a demais alterações relacionadas ao contexto estadual e mesmo nacional o município vem apresentando no espaço urbano importante modificação em sua estrutura socioeconômica.

Palavras-chave: Barreiros. Usina Central Barreiros. Espaço urbano. Implicações socioeconômicas.

ABSTRACT

The research discusses the socio-economic implications in the urban space of the city of Barreiros, Pernambuco, from sugarcane activity developed by its principal industry, Usina Central Barreiros, considering both its period of operation as the years subsequent to its closure. The research is characterized as a case study based on dialectical materialist method being performed by analyzing data obtained by means of indirect documentation through documentary research in law and literature in books, articles, journals, monographs, dissertations, theses, official documents and websites of government agencies as well as from based on documentation obtained directly visiting the county and by conducting interviews with residents of the urban area analysis. As a result it appears that the sugar industry during much of the twentieth century has been of utmost importance for the economic and social rhythm Barreiros being responsible, paradoxically, the most important changes and continuities observed in urban areas and in the lives of its inhabitants. We conclude that the activity printed significant changes in municipal urban space, especially within buildings and daily life of its inhabitants directly influencing both the quality and the pace of life these. With the closure of the sugar industry associated with other changes related to state and even national context the municipality has presented the modification important urban space in its socioeconomic structure.

Keywords: Barreiros. Central Barreiros Mill. Urban space. Socioeconomic implications.

LISTA DE IMAGENS

Figura 1	Máquina a vapor empregada na atividade açucareira	26
Figura 2	Disposição espacial típica das edificações nos banguês	27
Figura 3	Engenho Central de Piracicaba, SP	28
Figura 4	Usina Catende, PE	28
Mapa 1	Barreiros e sua localização geográfica	85
Figura 5	Hospital Colônia Dr. Vicente Gomes de Matos	88
Figura 6	Ruínas da Igreja de São Gonçalo	88
Figura 7	Igreja Matriz de São Miguel, fachada original	90
Figura 8	Igreja Matriz de São Miguel, pós reforma	91
Figura 9	Praça Estácio Coimbra em Construção	92
Figura 10	Usina Central Barreiros	95
Figura 11	Antigo escritório administrativo da UCB	100
Figura 12	Ruínas da destilaria da Usina Central Barreiros	101
Figura 13	Posição do Mercado Público Municipal de Barreiros	102
Figura 14	Ponte Estácio Coimbra	103
Figura 15	Capela de São José	104
Figura 16	Antigo Hospital Santa Francisca	104
Figura 17	Capela de Nossa Senhora do Rosário	106
Figura 18	Vila Operária da Usina Central Barreiros	138
Figura 19	“Chalé” da Usina Central Barreiros	139
Figura 20	Rua Comercial de Barreiros	143
Figura 21	Situação de Barreiros em relação à infraestrutura viária	144
Figura 22	Estação Ferroviária de Barreiros	145
Figura 23	Locomotiva Coronel Othon	146

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Evolução da produção açucareira, áreas selecionadas – 1980-1989	51
Gráfico 2	Evolução da produção açucareira, áreas selecionadas – 2000-2012	53
Gráfico 3	Climograma de Barreiros, PE	86
Gráfico 4	Expectativa de anos de estudo, áreas selecionadas – 1991-2010	121
Gráfico 5	Renda <i>per capita</i> , áreas selecionadas – 1991-2010	129
Gráfico 6	Índice de Gini, áreas selecionadas – 1991-2010	130
Gráfico 7	Renda <i>per capita</i> dos extremamente pobres, áreas selecionadas – 1991-2010	131
Gráfico 8	Proporção de extremamente pobres, áreas selecionadas – 1991-2010	133
Gráfico 9	IDH, áreas selecionadas – 1991-2010	134

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Exportação Brasileira de Açúcar – 1881-1910	29
Tabela 2	Principais estados brasileiros produtores de açúcar, 2012	54
Tabela 3	Taxa de urbanização (%), áreas selecionadas – 1940-2010	68
Tabela 4	Aspectos demográficos, áreas selecionadas – 2010	77
Tabela 5	Posição de Barreiros entre os 20 municípios brasileiros de maior produção de açucareira – Safra 1971/72 – Aspectos selecionados	98
Tabela 6	População Total, Urbana e Rural, áreas selecionadas – 1940-2010	113
Tabela 7	População Urbana, Microrregiões de Pernambuco – 2010	115
Tabela 8	População não natural e total, áreas selecionadas – 1960-1980	117
Tabela 9	Grau de Instrução, áreas selecionadas – 1940-1991	119
Tabela 10	Pessoal ocupado por setores de atividade, áreas selecionadas – 1940-2010	122
Tabela 11	Produto Interno Bruto (PIB), valor adicionado, áreas selecionadas – 1939-2010	127
Tabela 12	Percentual de renda apropriada, áreas selecionadas – 1991-2010	132
Tabela 13	Aspectos habitacionais, áreas selecionadas – 2000-2005	140

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	14
1	BREVE HISTÓRICO DO CULTIVO DA CANA-DE-AÇÚCAR E DO PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL SOBRE A INDÚSTRIA SUCROALCOOLEIRA NO BRASIL	20
1.1	DO PERÍODO COLONIAL A 1929	22
1.2	DE 1929 A 1971	30
1.3	DE 1971 A 2012	45
2	ASPECTOS DE ECONOMIA E URBANIZAÇÃO	57
2.1	A ECONOMIA E A URBANIZAÇÃO NO BRASIL	58
2.2.1	O período Colonial	60
2.2.2	O período Imperial	63
2.2.3	Da Proclamação da República a 1980	65
2.2.4	Após 1980	70
2.2	A ECONOMIA E A URBANIZAÇÃO NO NORDESTE	73
2.2.1	As Cidades da cana-de-açúcar	80
3	PANORAMA GEO-HISTÓRICO E TRANSFORMAÇÕES URBANAS BARREIRENSES	84
3.1	O MUNICÍPIO DE BARREIROS	85
3.2	A USINA CENTRAL BARREIROS	93
3.3	AS TRANSFORMAÇÕES URBANAS	101
4	IMPLICAÇÕES SOCIOECONÔMICAS NO ESPAÇO URBANO	109
4.1	INDICADORES SOCIOECONÔMICOS	110
4.1.1	População urbana e rural e fluxo migratório	112
4.1.2	Grau de escolaridade	118
4.1.3	Perfil ocupacional e emprego	121
4.1.4	Produto Interno Bruto	126
4.1.5	Renda <i>per capita</i>, pobreza e indigência	128
4.2	INDICADORES URBANOS	135
4.2.1	Habitação	137
4.2.2	Comércio e serviços	141
4.2.3	Transportes	144
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	149
	REFERÊNCIAS	158

INTRODUÇÃO

A região da Zona da Mata do estado de Pernambuco caracteriza-se historicamente pelo desenvolvimento de atividades ligadas à cana-de-açúcar, atividades que promoveram o desenvolvimento de um modelo particular de sociedade e civilização nas terras americanas. A formação de Barreiros, município desta região, não fugiu à regra. Ao contrário, assim como outras áreas dessa mesorregião pernambucana, é um caso exemplar de como se deu a criação de uma sociedade em torno do açúcar, de como a agroindústria canavieira nos seus moldes mais arcaicos ou modernos promoveu significativas mudanças no espaço geográfico, mudanças estas longe de estarem restritas apenas ao meio rural, mas também avançando para o espaço urbano e tornando-se tangíveis por seus reflexos materiais (ruas, casas, praças, redes de transportes), sociais (educação, pobreza, indigência) e econômicos (perfil ocupacional, oferta de emprego, variação de renda).

Frente à intensa complexidade que promove não dinamismo, mas permanência de características comuns ao período colonial num espaço geográfico ainda hoje fortemente marcado pela atividade açucareira faz-se necessário maior aprofundamento sobre os fatores e as consequências dessa estabilidade observada.

O presente trabalho objetiva estudar os desdobramentos do setor industrial sucroalcooleiro no desenvolvimento socioeconômico e urbano a partir do caso específico de Barreiros, na zona da mata sul de Pernambuco. A economia agroindustrial do município foi marcada durante mais de sessenta anos por uma das mais importantes e maiores empresas do ramo em escala estadual e nacional, chegando a ser considerada uma das maiores da América Latina. Trata-se da Usina Central Barreiros, a UCB.

A partir do pressuposto da relação direta entre indústria e desenvolvimento, toma-se como hipótese a compreensão prevalecente na sociedade local de que, ao longo do período em que esteve em atividade a agroindústria açucareira, especificamente da Central Barreiros, por se mostrar a mais importante do município, sem concorrentes significativos no mesmo setor ou em outros segmentos, gerou crescimento econômico e desenvolvimento social no âmbito do município, sobretudo em seu espaço urbano, visto que, ao contrário de outras plantas industriais do setor, a UCB foi instalada na zona urbana, claramente influenciando esta de maneira direta.

Para verificar a hipótese ora apresentada, busca-se na pesquisa analisar a relação entre a indústria sucroalcooleira em Barreiros e os impactos socioeconômicos sobre seu espaço urbano, por meio do levantamento e sistematização de aspectos da atividade sucroalcooleira no Brasil e em Pernambuco, do processo de urbanização do país, das características geográficas do município e da usina, bem como das implicações socioeconômicas no tempo e no espaço do município relacionando-as também com características da microrregião, da mesorregião e do estado ao qual Barreiros é parte integrante. Com isso, buscou-se compreender a questão da produção de cidades no contexto da atividade sucroalcooleira da zona da mata pernambucana a partir de uma perspectiva histórica.

Neste sentido, para alcançar a finalidade proposta, o trabalho orienta-se segundo a metodologia de abordagem baseada na visão crítica proposta pelo materialismo dialético. Especificamente quanto ao objeto de estudo considerar-se-á duas dimensões: a indústria (colocada em relação ao método como a base da interação indústria-desenvolvimento urbano) e a sociedade, a partir das quais serão observadas as relações socioeconômicas estabelecidas entre si. A escolha do método dialético mostrou-se mais adequada à proposta da pesquisa por compreender-se que ele é capaz de fornecer as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, pois institui que os fatos não podem ser compreendidos isoladamente, ou seja, abstraídos de suas influências.

A adoção da dialética, por sua vez, demanda que na interpretação do fenômeno observado seja enfatizada a dimensão histórica dos fatos sociais que se materializaram no espaço, a partir do modo de produção predominante, no contexto específico de uma determinada atividade econômica e sua relação com as elementos que afetam o comportamento da sociedade e as reações desta aos processos desencadeados por aquela. Justifica-se aqui o aporte histórico dado ao levantamento de informações que atravessam o tempo, analisadas segundo uma periodização definida ao longo da pesquisa.

Quanto aos procedimentos metodológicos, adotou-se o estudo de caso que, conforme Gil (2010) constitui estudo em profundidade de um caso específico o qual pode ser considerado representativo de muitos outros ou mesmo de todos os casos semelhantes. Para tanto, primeiramente partiu-se do exercício da observação direta do pesquisador, por esta ser o meio pelo qual se vê e se registra, o mais fielmente

possível, os fatos e circunstâncias em situações concretas que foram definidas de antemão e que estão ligadas ao objeto de estudo (CHIZZOTTI, 2010), além de ser, claramente uma “etapa imprescindível em qualquer tipo ou modalidade de pesquisa” (SEVERINO, 2007, p 125). Neste sentido foram realizadas observações quanto às transformações visualmente observadas, sobretudo no que se refere à permanência ou não de elementos concretos no espaço urbano, tais como algumas edificações.

As técnicas de coleta de dados foram baseadas na observação simples, dessa forma, permaneceu-se distanciado da situação estudada, observando de maneira espontânea os fatos ocorridos e os que estavam ocorrendo para posteriormente efetuar a análise e a interpretação conferindo sistematização e controle ao procedimento científico. A escolha pela utilização dessa técnica deu-se por ser capaz de possibilitar a obtenção de elementos para a definição do problema de pesquisa, favorecer a construção da hipótese e facilitar a obtenção de dados sem produzir suspeitas nos membros das comunidades, grupos ou instituições que foram estudadas (IBID). Além dessa técnica fez-se o uso da entrevista, especificamente a de caráter estruturada individual que, baseada numa relação fixa de perguntas com redação invariável para todos os entrevistados, permitiu o tratamento quantitativo dos dados.

Também se mostrou de extrema importância para a efetivação do trabalho a coleta de dados a partir da pesquisa bibliográfica em livros, artigos científicos, dissertações e teses que tratavam de assuntos relacionados direta ou indiretamente ao tema pesquisado. Neste sentido, cabe ressaltar a consulta às mais diversas fontes, indo desde os estudos clássicos, a exemplo das publicações de Manuel Correia de Andrade, Gileno Dé Carli, Caio Prado Júnior, Celso Furtado, Mário Lacerda de Melo, Tamás Szmrecsányi, Milton Santos, Paul Singer, Wilson Cano, Francisco Scarlato, Ruy de Ayres Bello, dentre outros, até trabalhos mais recentes publicados na forma de dissertação, tese, artigo. Esta etapa, bastante longa, mostrou-se de suma importância, pois permitiu que fosse analisada uma gama muito maior de fenômenos do que aqueles observados diretamente. Em virtude de o trabalho adotar uma perspectiva histórica foi fundamental este levantamento visto que permitiu conhecer os fatos do passado disponíveis na literatura.

Além da pesquisa bibliográfica, mostrou-se muito importante a pesquisa documental por basear-se em materiais que ainda não receberam tratamento analítico ou que ainda podem passar por processo de reelaboração conforme os

objetivos da pesquisa, permitindo novo enfoque sobre o tema trabalhado e a verificação de informações obtidas anteriormente. Nesta etapa foram tratadas informações contidas em documentos oficiais, reportagens de jornal, fotografias e documentos que já foram analisados de alguma forma, como relatórios de pesquisa, bem como dados estatísticos passíveis de tratamento que o governo, sobretudo a nível federal, disponibiliza, dentre os quais, destacaram-se aqueles fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), extensamente utilizados, e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Numa terceira etapa de desenvolvimento da pesquisa foi realizado o estudo de campo, no qual “o objeto/fonte é abordado em seu meio ambiente próprio” (SEVERINO, 2007, p. 123). A partir dele foram colhidos importantes materiais a respeito da paisagem urbana do espaço estudado.

Concluída a coleta de dados foi realizada a última fase do trabalho, a de análise e interpretação. Nesta fase a análise teve como objetivo organizar e resumir os dados de modo a possibilitar o fornecimento de respostas ao problema proposto, enquanto que a interpretação procurou reconhecer o sentido mais amplo das respostas mediante sua ligação com outros conhecimentos anteriormente obtidos (GIL, 2010). Nesta etapa realizou-se o estabelecimento das relações entre as categorias de análise, a codificação, tabulação e análise estatística dos dados brutos colhidos.

Em última etapa, já nas considerações finais, foi realizada a avaliação das generalizações obtidas a partir das informações coletadas anteriormente visando apresentar a validade dos dados coletados. É nesta parte do trabalho também que se apresenta a análise qualitativa das informações a partir da seleção e simplificação das informações colhidas e organizadas, revisando-as tendo-se em conta seus significados, regularidades, padrões e explicações e concluindo com sua interpretação buscando assim ir além da simples leitura dos dados, visando integrá-los num universo mais amplo no qual poderão ter algum sentido, ou seja, o universo dos fundamentos teóricos da pesquisa e dos conhecimentos já acumulados sobre a questão abordada.

Passadas todas as etapas de coleta de material foi realizada a efetiva elaboração da dissertação ora apresentada, organizada a partir do raciocínio dedutivo, ou seja, partindo-se da escala maior para a menor.

No capítulo um é realizado um panorama da evolução da agroindústria açucareira no Brasil e do planejamento governamental sobre o setor. Neste contexto são apresentadas características da atividade em três períodos: do período colonial até 1929, de 1930 até 1971 e de 1971 a 2012, tomando-se como referência eventos de grande relevância na trajetória da indústria sucroalcooleira pernambucana, em que se destaca a participação do Estado. A emergência de sua participação mais ativa no setor delimita o fim do primeiro período, definindo um novo padrão de desenvolvimento do setor, sobretudo com o surgimento da importante figura do Instituto do Açúcar e do Alcool, o IAA. Da mesma forma, a criação do Proálcool vai definir a identificação do terceiro período.

No segundo capítulo, são apresentadas observações sobre o processo de urbanização em suas características gerais considerando duas escalas: a escala nacional, em função da qual são feitas observações reunidas principalmente em torno dos diferentes momentos políticos pelos quais passou o país, tratando-se do tema ao longo dos períodos colonial, imperial, republicano até 1980 e posterior a 1980 até os dias atuais; e a escala regional, em torno da qual são apontadas características específicas que interferem na evolução urbana com foco principalmente na mesorregião da Zona da Mata Pernambucana, com as cidades da cana-de-açúcar.

As informações que serviram mais diretamente de base de análise ao estudo, ou seja, aquelas mais relacionadas ao município de Barreiros, à Usina Central Barreiros e às transformações urbanas do município foram reunidas no capítulo três, onde são apresentadas características geográficas e históricas do município especialmente quanto à sua ocupação e formação territorial. Salientam-se também as particularidades relacionadas à UCB quanto à sua criação, evolução da produção sucroalcooleira registrada, diferentes administrações e fatores que contribuíram para seu fechamento. Por fim são apresentadas as transformações urbanas registradas no município em paralelo às diversas fases administrativas da UCB identificadas ao longo da pesquisa.

O quarto capítulo apresenta as implicações socioeconômicas observadas no espaço urbano do município. Para tanto, procurou-se relacionar os aspectos selecionados nas três escalas determinantes para a caracterização mais específica do objeto de estudo: a microrregião da Mata Meridional Pernambucana, a mesorregião da Zona da Mata de Pernambuco, e o estado pernambucano buscando

com isso identificar as diferenças e semelhanças de Barreiros no conjunto do estado e da própria Zona da Mata. As informações são divididas em duas partes: de um lado, os indicadores socioeconômicos, sendo consideradas as características relacionadas à população urbana e rural e fluxo migratório, grau de escolaridade, perfil ocupacional e emprego, produto interno bruto, renda *per capita*, pobreza e indigência; e, de outro, os indicadores urbanos referentes aos aspectos de habitação, comércio e serviços e transportes.

Conclui-se o trabalho com a sistematização e análise do material levantado, buscando-se responder à questão central: teriam o crescimento econômico e o desenvolvimento social do município, expressos em seu espaço urbano, efetivamente derivado da presença ali da usina, como se difunde no imaginário coletivo local?

A partir da efetiva análise do objeto de estudo considerado busca-se tornar o trabalho fonte de pesquisa bibliográfica servindo como instrumento para o conhecimento do espaço geográfico abordado, contribuindo para a Ciência e para melhor embasamento teórico na tomada de decisões por parte do poder público e, principalmente, da sociedade civil engajada nas transformações que julgar necessárias para seu próprio bem estar social.

1. BREVE HISTÓRICO DO CULTIVO DA CANA-DE-AÇÚCAR E DO PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL SOBRE A INDÚSTRIA SUCROALCOOLEIRA NO BRASIL

Ao conquistar o Brasil o açúcar tinha conquistado o mundo.
(BRAUDEL, 1979 apud MAGALHÃES, 2009).

Desde muito cedo é sabida a importância da cana-de-açúcar para a população humana ao ponto de ser considerado seu principal produto, o açúcar, como uma especiaria que, segundo Szmrecsányi (1979), inicialmente era consumido apenas como gênero alimentício de luxo¹ e como remédio.

A fabricação² do açúcar, mesmo quando realizada ainda em moldes primitivos demandava uma complexa tecnologia de processamento (MATTOS, 1942 apud SZMRECSÁNYI, 1979, p.42), o que explica a sua origem histórica relativamente recente. Conforme Von Lippmann (1941 apud SZMRECSÁNYI, 1979) o cultivo da cana objetivando a produção de açúcar apresenta um passado que não vai muito além da Era Cristã. Apesar da existência de indícios da cultura da gramínea séculos antes de Cristo em áreas da Índia e da China, o açúcar, propriamente dito, só começou a ser fabricado no terceiro século antes de Cristo em terras indianas. No século VII da Era Cristã a cultura do vegetal e a produção do açúcar passaram a ser realizadas também na China, em áreas insulares do Oceano Índico, na região do Golfo Pérsico e no Oriente Médio, de onde foi levada pelos povos árabes para o Egito no século VIII; a partir daí ocorreu a expansão do cultivo e da produção para o Oeste até chegar às Américas pouco tempo após o seu descobrimento³. Nas regiões continentais e nas ilhas asiáticas a produção de açúcar começou a tomar mais

¹ Prado Júnior (2008) exemplifica a importância do açúcar na sociedade europeia afirmando que o mesmo era utilizado como dotes nos casamentos entre os nobres. Neste sentido, complementa Leite (1947 apud MAGALHÃES, 2009) que o açúcar era também utilizado para conservas e na fabricação de peças ornamentais de pouca duração, exemplificando o envio por parte de Simão Gonçalves da Câmara, terceiro capitão do Funchal, ao papa Leão X uma embaixada com “muitos mimos e brincos da ilha [da Madeira], de conservas, e o sacro palácio todo feito de alfenim dourados a partes, que lhe davam muita graça” (IBID, p. 160), além disso, o feitor português na Antuérpia recebia por ano 10 arrobas de conservas da ilha da Madeira enviadas pelo rei dom Manuel para as grandes festas que realizava (GORIS, 1925 apud MAGALHÃES, 2009).

² Szmrecsányi (1979) esclarece que o termo “fabricação” não tem a capacidade de expressar com clareza a natureza da produção de açúcar, visto que, este não é produzido na fábrica, é feito na própria natureza, sendo a indústria responsável pela sua extração do vegetal que lhe serve como matéria-prima.

³ Em 1493, Cristóvão Colombo introduz o açúcar nas ilhas do Caribe e em 1502 a cana-de-açúcar chega ao Brasil (SINDAÇÚCAR, 2012).

impulso no século XIV, dali ocorrendo sua expansão para a Oceania apenas nos séculos XVIII e XIX. A cultura da beterraba açucareira, principal concorrente do açúcar de cana, é muito mais recente, remontando ao início do século XIX.

A cana-de-açúcar – originária da Nova Guiné (FAUCONTER & BASSEREAU, 1970 apud SZMRECSÁNYI, 1979) – logo passou a ser cultivada em regiões tropicais e subtropicais de todos os continentes, exceto a Europa, nesta a beterraba vai figurar como a principal matéria-prima para a produção de açúcar. Somente no sul da Espanha destacava-se uma pequena agroindústria canavieira (SZMRECSÁNYI, 1979).

Sobretudo a partir do século XV houve uma crescente procura pelo açúcar, o que determinou não só a expansão da planta, mas um surto da cultura canavieira em várias regiões do planeta, neste contexto a então colônia brasileira cedo figurou com posição de destaque quanto ao cultivo e beneficiamento da matéria-prima.

O desenvolvimento da monocultura canavieira⁴ teve importante papel, se não o de maior relevância, na ocupação e formação social, econômica e mesmo política brasileira. Ao longo de cerca de duzentos anos a atividade constituiu-se praticamente como o único pilar em que se baseava a economia colonial, tornando o Brasil o maior produtor e exportador mundial de açúcar. Internamente a cultura não se expandiu por todo território da América portuguesa, restringiu-se ao litoral, sobretudo o nordestino na sua chamada Zona da Mata, onde sem maiores dificuldades encontrou vários dos elementos, principalmente de ordem natural, que necessitava para instalar-se e desenvolver-se. Deixando marcas muito profundas no espaço regional nordestino, a gramínea foi responsável pela criação de uma sociedade, a chamada civilização do açúcar de que, dentre outros, tratada de maneira exemplar por Gilberto Freyre.

Analisar o nordeste em qualquer escala, desde a maior a nível municipal até a menor a nível regional, demanda uma observação sobre a maneira como se instalou nessa porção do Brasil a agroindústria canavieira e a sociedade que ela criou e

⁴ “A cana-de-açúcar não é necessariamente uma cultura excludente, podendo pelo contrário, conviver com outras culturas’ (AZZI, 1960, p. 39-40 apud SZMRECSÁNYI, 1979, p.119). A monocultura vigente na maioria das regiões canavieiras resulta geralmente de fatores socioeconômicos. É uma consequência da estrutura concentrada de propriedade fundiária, determinada pela presença dominante das usinas açucareiras e pelo excessivo fracionamento do resto da terra entre os minifúndios. Ao mesmo tempo ela tem a sua razão de ser do ponto de vista ecológico e econômico, fato que reside no risco da ocorrência de doenças e pragas, cujo índice tende a ser maior nos casos de rotação ou de consorciação da cana com outras culturas” (SZMRECSÁNYI, 1979, p. 119-120).

deixou como herança para muitos desses espaços marcados por ela de modo direto ou indireto, marcas estas que apresentam muitas vantagens para poucos e, paralelamente, amarguras para muitos.

Como explicar, ou ao menos cogitar o desenvolvimento de hipóteses plausíveis de aplicação atual para o quadro de alguma área da Zona da Mata nordestina, principalmente pernambucana e alagoana, onde a cultura canavieira desenvolveu-se com maior ímpeto, sem remontar a instalação e especificidades da cana? Objetivando-se a partir da análise de trabalhos de renomados autores, a exemplo de Andrade (1988, 1989, 1994, 2001, 2007, 2011), Dé Carli (1940a, 1940b, 1942, 1952, 1982) e Szmrecsányi (1979) além de dados fornecidos por órgãos governamentais, fornecer as bases para a compreensão deste quadro apresentar-se-á no presente capítulo como a cana-de-açúcar efetivamente chega e domina imensas porções do território colonial, imperial e republicano (a estrutura política foi alterada, mas em muitos aspectos a econômica e, sobretudo a social permaneceram) até 1929, ano da grande crise econômica mundial; posteriormente os aspectos dessa atividade são agrupados num período menor, que se estende da década de 1930 até a de setenta e, num terceiro momento, são apresentados os dados relacionados à dimensão mais recente do subsetor açucareiro.

Longe de se caracterizar os períodos delimitados por rigidez e homogeneidade dos fatos, grosso modo, poderá se observar que nunca a atividade canavieira apesar de sua importância, caracterizou-se como um setor estável, pelo contrário, dada a sua magnitude precisou muitas vezes ser tutelada pelo Estado português e posteriormente brasileiro que, de uma maneira ou de outra, sobretudo entre 1930 e 1980, esteve à frente de medidas protecionistas para o setor, neste sentido, muito mais protecionistas para o senhor de engenho e para o posterior usineiro que viria a substituí-lo.

1.1 DO PERÍODO COLONIAL A 1929

A mais importante das feitorias foi fundada no canal de Itamaracá, em terra firme, em 1515, sabendo-se que houve um projeto do Rei de Portugal de enviar um mestre de açúcar e o material necessário a fundar aí um engenho para experimentar a cultura da cana e a produção de açúcar, cuja demanda estava em crescimento na Europa (ANDRADE, M., 1988, p.60).

Um dos primeiros objetivos da coroa portuguesa ao ocupar suas terras na América era implementar uma atividade econômica que lhe rendesse grandes lucros comerciais, para isso seguiu o modelo dos plantios de cana-de-açúcar do tipo crioula de elevada renda que já eram cultivadas nas ilhas do Atlântico, sobretudo na Madeira⁵ (ANDRADE, M., 2007) de onde provavelmente foram trazidas mudas para o Brasil⁶. Como é historicamente sabido, a extração do pau-brasil não promoveu a efetiva ocupação do território colonial deixando-o a mercê das invasões estrangeiras, sobretudo de navios franceses⁷ e ingleses, bem como os portugueses não obtiveram logo sucesso, como os espanhóis, na descoberta de metais preciosos, o que só veio ocorrer depois de mais de dois séculos de colonização.

Segundo Andrade, M. (1988), os primeiros engenhos e plantações de cana surgiram ainda na primeira metade do século XVI, em 1540, com o início efetivo da colonização das novas terras e com a execução por parte dos donatários das capitanias hereditárias de uma política de povoamento⁸. Pernambuco, então chamada Nova Lusitânia, seria a capitania nordestina onde os primeiros engenhos seriam construídos na região entre as duas vilas fundadas por Duarte Coelho Pereira⁹, Olinda e Igarassu¹⁰. Em meados do século XVI, após a expulsão dos indígenas, os engenhos se expandem pela várzea do Capibaribe¹¹.

⁵ Segundo Magalhães (2009) os portugueses onde quer que fossem tentavam adaptar a cana-de-açúcar ao espaço ou ao menos observar a existência de condições que permitissem sua aclimatação, neste sentido, a nova cultura também poderia ter sido instalada na África, na região do Gâmbia, onde “se podiam fazer formosos canaviais de açúcar” (ALMADA, 1964 apud MAGALHÃES, 2009) e no vale do Quanza na Angola onde também poderia ter se cogitado a produção (AMARAL, 2000 apud MAGALHÃES, 2009), porém o continente interessava mais como uma área fornecedora de mão de obra escrava e metais preciosos, sobretudo ouro, do que produtora de plantas, dessa forma, nem sequer foi experimentada a cultura da cana em terras da África.

⁶ Segundo Magalhães (2009) é menos provável que a cana trazida para o Brasil tenha sido proveniente de São Tomé, dado que comparativamente à Madeira, a produção de açúcar daquela ilha era de menor qualidade, logo, não faria sentido transportar essas plantas para que se aclimatassem e expandissem na América portuguesa. De São Tomé devem ter sido trazidos os escravos que já teriam alguma aprendizagem dos trabalhos de cultivo e transformação da matéria-prima (IBID).

⁷ Andrade (2007) afirma que nos primeiros anos de colonização ainda havia uma indefinição quanto a real posse das terras brasileiras: não se sabia se eram portuguesas ou francesas.

⁸ “[...] com o açúcar, fabricado em engenhos, com a cana, plantada em bom massapé, com o canavial plantado em largas extensões tropicalmente úmidas em Pernambuco e na Bahia mais do que nas pioneiras terras de São Vicente, começou a haver no Brasil uma economia sistemática, uma sociedade estável, uma população miscigenada, uma cultura predominantemente europeia enriquecida de valores ameríndios e negro-africanos, por um lado, e judeus e orientais por outro. Valores assimilados pelo colonizador oficialmente católico, oficialmente monogâmico, oficialmente branco, sem que a essas categorias oficiais correspondam de todo realidades biossociais” (FREYRE, 1972 apud MELO, 1975, p.21).

⁹ Sobre a chegada do donatário e de seus colonos bem como suas relações com a terra, ver Freyre, 2004, p. 128-129.

A região propriamente açucareira de Pernambuco encontra-se localizada na Zona da Mata, que apresenta uma largura para o interior de 70 a 80 quilômetros e uma extensão de Norte a Sul em torno de 400 quilômetros, estando situada numa faixa pertencente ao Arqueano, constituída por rochas metamórficas, aflorando em todo o interior e entremeadas por sedimentos de origem terciária (DÉ CARLI, 1942).

Em 1570 (ANDRADE, M., 2011) a várzea¹² do rio Una foi conquistada pelos filhos do donatário Duarte Coelho, Jorge e Duarte Coelho de Albuquerque que conseguiram expandir o povoamento europeu até quase a foz do São Francisco, tal expansão resultou do fortalecimento do colonizador e da necessidade de novas terras e de mais mão de obra para os canaviais em expansão. Nesta região, de clima mais úmido e rios mais caudalosos, os tabuleiros desaparecem com a série barreiras e as várzeas, compostas por solos de massapê¹³ e turfa apresentam-se mais largas, tornando a região favorável ao desenvolvimento da agroindústria canavieira nos moldes técnicos disponíveis à época (ANDRADE, M., 1988).

Entre os séculos XVI e XVII (1580-1640) o reino português passou a ser administrado pela coroa espanhola, neste período ocorreu a invasão holandesa que estabeleceu seu domínio na importante área produtora de açúcar do Nordeste. Posteriormente, obtendo êxito na expulsão dos holandeses a colônia passou a sofrer com a concorrência da cana-de-açúcar que começou a ser produzida por eles nas Antilhas¹⁴.

¹⁰ Segundo Freyre (2004), nos arredores de Olinda Jerônimo de Albuquerque levantou seu engenho e já em meados do século XVI, em terras alagadas de Igarassu que permitiam o transporte das canas por barcaças, Vasco Fernandes de Lucena também já moía o vegetal.

¹¹ Ao final deste século segundo Magalhães (2009), apesar da qualidade superior, o açúcar produzido na ilha da Madeira já não fazia frente ao produto brasileiro.

¹² “As culturas da cana-de-açúcar são feitas preferencialmente em várzeas cujo solo de massapê preto, vermelho e branco – argilo-sílico-humoso – é bastante profundo. A cultura das várzeas acompanha a trajetória dos rios e dos seus afluentes, localizando os engenhos e suas usinas as suas margens. A obra de fixação do homem pela água assume avantajadas proporções. Ao longo dos rios e riachos, procurando o hinterland, se distribuem as fábricas de açúcar e as cidades e vilas vivem sobre eles debruçadas”. (DÉ CARLI, 1942, pp. 264-265).

¹³ Sobre a influência deste tipo de solo para a cultura canavieira e para a formação social do Nordeste ver Freyre, 2004, pp. 44-54.

¹⁴ A exemplo de Barbados que “[...] foi quase um rebento de Pernambuco. Dizem os seus historiadores que o marinheiro inglês John Powell voltava de Pernambuco à Europa em 1625 quando tocou na ilha, já visitada por outros viajantes. As vantagens de lucro fácil com o açúcar, tão evidente no Nordeste do Brasil, talvez atuassem sobre a imaginação de Powell que tomou posse da ilha para a Inglaterra. Mas só em 1640 começou-se a produzir exclusivamente açúcar em Barbados, por quinze anos feliz sob a policultura e a pequena propriedade. Diz o professor Harlow que o primeiro plantador de cana na ilha foi o Coronel Holdip; que ele e os demais iniciadores da monocultura em Barbados se utilizaram da experiência dos monocultores brasileiros, alguns vindo até cá inteirar-se melhor do processo agrícola e do industrial de fabrico do açúcar. Barbados parece que gozou ainda das

A renda gerada pela economia açucareira era fortemente concentrada nas mãos dos proprietários de engenho e plantadores de cana que detinham cerca de 90% da riqueza produzida (FURTADO, 2009). Apesar de não se poder ir além de vagas conjecturas, a colônia açucareira do Brasil era excepcionalmente rica, tanto que na virada do século XVI para o XVII a renda *per capita* da população de origem europeia estava muito acima da que prevalecia no velho continente, nem no auge da produção do ouro o Brasil recuperou este nível de renda. A economia açucareira era tão rentável que era capaz de autofinanciar uma duplicação de sua capacidade produtiva no intervalo de apenas dois anos (IBID).

No início do século XVIII a economia canavieira conheceu uma fase de elevado crescimento na estrutura econômica da colônia, tanto que, conforme Dé Carli (1942), o valor das exportações de açúcar era muito superior ao de ouro (312,6%), tabaco (635,5%), couros (1.156%) e pau-brasil (5.181,5%). No decorrer do século o setor diminuiu seu crescimento em virtude da expansão da cultura do algodão, favorecida pela Revolução Industrial e por problemas de âmbito interno à economia dos Estados Unidos, até então o mais importante produtor mundial, bem como devido à falta de competitividade frente às outras áreas abertas ao cultivo em outros países, além da ampliação da atividade extrativa mineral, sobretudo do ouro, no Brasil (ANDRADE, M., 1988; 2007).

Até a segunda metade do século XIX, o açúcar sempre havia sido, com exceção do curto ciclo da mineração, o mais importante produto de exportação da economia nacional. No ano da proclamação da república, o mesmo ocupava o terceiro lugar na pauta de exportações, sendo precedido apenas pelo café e pela borracha (AMARAL, 1940, SINGER, 1968, apud SZMRECSÁNYI, 1979).

O século XIX foi também um período difícil para a agroindústria canavieira. Segundo Andrade, M. (1988), neste período passou a existir uma maior concorrência frente ao açúcar de beterraba¹⁵, o que, por sua vez, estreitou o

vantagens de emprego de capital holandês e provavelmente judeu, depois da reconquista do Nordeste pelos portugueses” (FREYRE, 2004, p. 39).

¹⁵ “Os países europeus e os Estados Unidos, que são grandes consumidores de açúcar e principais mercados para a produção dos trópicos americanos tornaram-se, com a utilização da beterraba, de consumidores em produtores; e não somente para suas necessidades próprias, mais ainda com excessos exportáveis. Esses se procurarão escoar com bonificações e prêmios concedidos aos produtores, despesas essas de que se ressarcem os respectivos governos taxando pesadamente as importações do açúcar de cana. Será uma concorrência tremenda, cuja história é conhecida e que vai dar nos primeiros acordos internacionais em matéria de produção econômica; acordos aliás que nunca se cumpriram regularmente” (PRADO JR., 2008, p. 158).

mercado para o produto brasileiro¹⁶, entretanto, neste período houve o surgimento de uma série de inovações que beneficiaram o setor, como a introdução da cana do tipo caiana originária da Guiana Francesa, a instalação dos primeiros engenhos a vapor (**Figura 1**), a utilização do arado, modificações nas caldeiras que passaram a utilizar o bagaço da cana como fonte de energia e inovações feitas nos próprios mecanismos dos engenhos com a substituição dos antigos tambores de madeira por estruturas metálicas e pela sua nova posição que deixaram de ser colocados na vertical passando a ser relocados em posição horizontal (IBID).

Figura 1 – Máquina a vapor empregada na atividade açucareira



FONTE: Guidini, 2013.

Equipamento inglês datado de 1899 utilizado desde 1947 pelo engenho Maribondo, interior de São Paulo, para produção álcool e cachaça.

A série de inovações introduzidas no século XIX acarretou, conseqüentemente, a modernização da agroindústria canavieira, o que deu

¹⁶ Apesar desta realidade, segundo Dé Carli (1942), no período da independência o açúcar ainda liderava a pauta de exportações da economia brasileira com 23.100 toneladas, sendo seguido pelo algodão (5.600 toneladas), pelos couros (3.600 toneladas), pelo café (1.500 toneladas), pelo arroz (1.500 toneladas) e pelo cacau (1.200 toneladas).

condições ao Império brasileiro implantar engenhos de maior produção. A partir de 1874 foram implementadas várias reformas nos banguês¹⁷ (**Figura 2**) objetivando a produção de açúcar branco e demerara, dando origem, desta forma, ao surgimento de instalações industriais de maior capacidade de produção, surgem então os engenhos centrais (**Figura 3**) geralmente de propriedade de empresas comerciais estrangeiras e as usinas (**Figura 4**), de propriedade particular nacional. A diferenciação das usinas e dos engenhos (ANDRADE, M., 2001) era dada pelo fato de que as usinas, sendo propriedade dos antigos senhores de engenho e de parentes e vizinhos associados, não separavam produção e industrialização da matéria-prima e utilizavam-se de mão de obra escrava, enquanto que os engenhos centrais tinham restrições quanto à posse da terra e à utilização de trabalho escravo, sua proposta baseava-se

na filosofia de que se devia fazer uma separação entre a parte agrícola, que ficava a cargo dos senhores de engenho, transformados em fornecedores e a indústria, sob a responsabilidade do engenho central (ID, 1988, p.68).

Figura 2 – Disposição espacial típica das edificações nos banguês



FONTE: Alves, 2014.

Engenho Uruaé, Condado (PE). Iniciou suas atividades em 1736 como engenho banguê transformando-se depois em usina. Encerrou suas atividades em 1937.

¹⁷ Primeiros engenhos instalados na colônia que produziam o açúcar bruto, a aguardente e a rapadura, eram movidos inicialmente por força humana e posteriormente por tração animal (bois e éguas), pela força da água, por óleo diesel ou eletricidade. Apresentavam produção pouco expressiva (ANDRADE, M., 1988; 2001).

Figura 3 – Engenho Central de Piracicaba, SP



FONTE: Arquivo Histórico da Câmara, 2014.

Construído por Estevão Ribeiro de Souza Rezende, o Barão de Rezende, em 1881 com equipamentos originários da França, a empresa foi vendida em 1891 à Companhia Niágara Paulista e, em 1899, à *Societé de la Sucrierie* de Piracicaba (E. F. DO ENGENHO CENTRAL DE PIRACICABA, 2014).

Figura 4 – Usina Catende, PE



FONTE: Rádio Cultura 1130, 2014.

Fundada em 1890 (RÁDIO CULTURA 1130, 2014), a empresa localiza-se na Zona da Mata Sul de Pernambuco, em município de mesmo nome.

Financiados inicialmente por capital inglês, os engenhos centrais instalaram-se no Brasil após 1870 (PRADO JR., 2008). Em Pernambuco, os engenhos centrais, instalados a partir de 1884¹⁸ (ANDRADE, M., 2001) duraram pouco tempo. Grande parte foi vendida a usineiros, principalmente com a proclamação da República que favoreceu os chefes regionais passando estes a exercer maior poder político.

O fato é que passou a existir uma acirrada disputa entre usinas e entre usinas e engenhos centrais quanto às canas e às terras. Neste contexto, o estado pernambucano atuou como importante financiador do setor açucareiro, a exemplo das medidas adotadas por Barbosa Lima que durante seu governo (1892-1896), segundo Melo (1975), concedeu vultoso auxílio e amparo creditício aos proprietários de terra interessados em investir em usinas. O valor concedido correspondia a 150% da receita pública estadual de um exercício (IBID).

A partir do período republicano o volume das exportações brasileiras entra em declínio (**Tabela 1**). O início do século XX foi caracterizado pelo crescente aumento da produção mundial de açúcar e pelo crescimento mais lento do consumo, aumentando os estoques. Em 1910 o açúcar tinha caído para o sétimo lugar entre os produtos de exportação do Brasil sendo precedido pelo café, borracha, algodão, cacau, fumo e mate.

Tabela 1 – Exportação Brasileira de Açúcar – 1881-1910

Período	Toneladas métricas	Participação no total das exportações (%)
1881-1890	2.021.200	10
1891-1900	1.336.200	5,7
1901-1910	648.110	1,2

FONTE: Carone (1970 apud SZMRECSÁNYI,1979)

Diante do quadro os produtores nordestinos, os maiores prejudicados (ANDRADE, M., 1988), reivindicaram uma maior intervenção do Estado no setor já em 1911 na IV Conferência Açucareira do Rio de Janeiro. Na ocasião se propôs que a intervenção deveria ser dada promovendo a redução da produção chegando a níveis de consumo interno, ou por meio da exportação dos excedentes, o que, por sua vez, seria mais difícil dada à saturação do mercado externo de açúcar. Segundo Andrade, M., (1988) a produção em excesso deveria ser adquirida pelo governo, que

¹⁸ Em Pernambuco, segundo Dé Carli (1942), há um contrato entre proprietários de engenhos centrais e fornecedores de cana para moagem datado de 1882.

bancaria as exportações e em compensação, para diminuir seu prejuízo, cobraria uma taxa de 20% sobre a produção comercializada no mercado interno. Tal medida não chegou a ser tomada em virtude da Primeira Guerra Mundial que foi bastante favorável à agroindústria açucareira. Em decorrência do conflito, estava bastante desorganizada a produção europeia de açúcar de beterraba, principal concorrente do açúcar de cana brasileiro (DÉ CARLI, 1942). Ao longo do conflito as exportações voltaram a crescer, tanto que em 1921 o açúcar voltava a ocupar a segunda posição na pauta de exportações do país, sendo precedido, se bem que de muito longe, pelo café. Nesta época a maior parte da produção – que nunca parou de crescer – era absorvida principalmente pelo mercado interno (IBID).

As condições favoráveis no mercado externo em decorrência do conflito levaram a um considerável aumento da produção açucareira nacional ao longo dos anos 1920¹⁹ e início da década de 1930, assim como ocorreu nas usinas brasileiras uma modernização do parque industrial (ANDRADE, M., 1988), o que levou novamente à superprodução: o mercado externo, sobretudo o europeu, já apresentava sinais de recuperação da produção de açúcar de beterraba e a concorrência com o produto cubano e de Java (então colônia holandesa) havia se tornado mais intensa. Em âmbito interno, o mercado encontrava-se em crise, refletindo a própria crise mundial na qual se inseria também o Brasil, além de haver a predominância de métodos de cultivo e de processamento já obsoletos que resultavam em baixa produtividade (SZMRECSÁNYI, 1979).

1.2 DE 1929 A 1971

Conforme Dé Carli (1942) pode-se considerar o ano de 1929 como o começo de um novo ciclo açucareiro para o Brasil. A lavoura canavieira estava emergindo de uma crise decorrente da disseminação da praga do mosaico e as canas importadas de Java conseguiram se adaptar bem às condições naturais do Brasil promovendo reerguimento da lavoura e ampliação dos rendimentos agrícolas e industriais. É

¹⁹ Neste ano o Brasil produziu 455.149 toneladas métricas de açúcar, exportando 109.149 (24%). Após cinco anos a produção tinha se elevado para 816.443 toneladas métricas, porém, as exportações alcançaram apenas 3.186 toneladas métricas, menos de 0,4% do total produzido (CARONE, 1970, apud SZMRECSÁNYI, 1970).

também neste período que tem início o funcionamento das grandes centrais no país, algumas delas, estavam ainda em construção²⁰.

Em 1929, ano de grande safra açucareira, tem início a crise do capitalismo. A produção brasileira de açúcar sobe de 8.000.407 sacos de 60 kg em 1928-29 para 10.804.034 sacos na safra de 1929-30, representando um aumento de 35% (DÉ CARLI, 1942). Em virtude da deflagração da crise há o retraimento dos capitais e a retração do consumo. O excesso de produção sobre a absorção do consumo, devido à superprodução ou ao subconsumo, conseqüentemente levou a uma queda bastante acentuada nos preços²¹. Associada a este quadro adiciona-se a crise da cafeicultura que afetou a agroindústria canavieira sobre dois aspectos, não só do lado da demanda, mas também do lado da oferta, dado que grande parte dos cafeicultores de São Paulo substituiu o cultivo do café pelo da cana, favorecidos pela disponibilidade de mão de obra e capital e pela proximidade do amplo mercado consumidor, contribuindo desta forma para a superprodução verificada no período. Tal progresso tornava São Paulo cada vez mais próximo do seu limite de consumo e de tornar-se autossuficiente, o que, conforme Prado Jr. (2008) levaria à ruína as antigas regiões canavieiras, inclusive o Nordeste, fato que não ocorreu devido à nova política adotada com a Revolução de 30 (SZMRECSÁNYI, 1979).

Apesar dos problemas apresentados, até 1930, o Nordeste, e principalmente o estado de Pernambuco, era o núcleo produtor de açúcar mais importante do país (DÉ CARLI, 1982).

Como é possível observar, grande parte da economia açucareira é permeada por crises de superprodução e conseqüente queda no valor do produto no âmbito econômico interno e externo. Tamanha oscilação não poderia deixar de ser acompanhada de perto pelo Estado, o que fez com que os governos de vários países fossem levados a tomar medidas centralizadoras de controle e planejamento do subsetor.

²⁰ É o caso da Usina Central Barreiros, importante objeto na apreensão deste trabalho, em construção desde 1928 (ANDRADE, Y., 2007).

²¹ “Tomando-se por base o ano de 1928, os desníveis de preços em 1929, 1930, 1931 e 1932 foram respectivamente 24,1%, 56,5%, 43,4% e 41,9%. Era impossível perdurar esta situação que se poderia agravar bastante, pois os campos estavam depopulando e os salários rurais baixaram de 50%” (DÉ CARLI, 1942, p. 24).

Na realidade brasileira, medidas de intervenção no setor são de longa data²², com exceção no período Imperial e nos primeiros anos da República, quando conforme Szmrecsányi (1979) predominou no território o *laissez-faire*.

A crise econômica de 1929 arrasou a economia açucareira interna brasileira, os excessos do produto sem acesso ao restrito mercado internacional e a economia do setor desorganizada, de certo modo obrigaram a intervenção estatal na área açucareira, sob o binômio saneamento do mercado interno pelas exportações dos excessos da produção e contingentamento da fabricação de açúcar pelas usinas (DÉ CARLI, 1982).

As primeiras medidas de regulamentação, tomadas ainda em 1930, foram voltadas para promover a aceleração da industrialização do álcool-motor²³. Tal medida foi de grande importância para o subsetor dado que minimizava os estoques decorrentes da superprodução de açúcar, sem mercado consumidor, ao mesmo tempo em que diminuía as importações brasileiras de gasolina, com consumo crescente no país (SZMRECSÁNYI, 1979).

Para atender à nova diretriz do governo tornava-se necessário que se fossem montadas grandes e modernas destilarias para enfrentar a concorrência em âmbito interno com a gasolina importada. Visando criar mercado consumidor, o governo estabeleceu a adição de álcool entre 5% e 10% do volume de gasolina, assim como passou a estabelecer, em 1931, normas técnicas para a produção de álcool anidro (combustível) e prêmios para as empresas que logo instalassem unidades produtoras. As medidas apresentadas não deram resultados práticos em decorrência da falta de infraestrutura tecnológica e da insuficiência de estímulos econômicos por parte do governo (SZMRECSÁNYI, 1979).

Quanto à produção de açúcar o governo também iniciou sua intervenção no mesmo ano pretendendo conciliar os interesses dos produtores, plantadores, comerciantes e consumidores. Entre as medidas adotadas estavam a obrigatoriedade das usinas depositarem em armazéns 10% do açúcar destinado ao

²² É sabido que o setor canavieiro sempre foi regulado e mesmo protegido de perto pelas autoridades administrativas. Segundo Dé Carli (1942), já em 1526 eram pagos dízimos em Lisboa provenientes do açúcar remetido de Pernambuco e ainda no período colonial a metrópole proibia a execução judicial dos engenhos, dando permissão apenas à execução das frotas de exploração (ID, 1982). Conforme o autor (1942), também se legislava sobre os preços do açúcar durante o domínio holandês no Nordeste.

²³ Até o começo da década de 1930, a produção de álcool do Brasil era destinada principalmente para o consumo doméstico e para servir de insumo para as rudimentares indústrias químicas e farmacêuticas existentes no país (SZMRECSÁNYI, 1979).

mercado consumidor, visando formar um estoque regulador e a exportação de 200 mil sacas de açúcar por parte dos estados em que houvesse excedentes além da cota de retenção de 10%, dentre outras medidas (IBID).

Segundo Szmrecsányi (1979) visando reforçar o controle do governo sobre as atividades do setor açucareiro fundou-se ainda em 1931 a Comissão de Defesa da Produção do Açúcar (CDPA) com os objetivos de:

- a) analisar a situação estatística e comercial do açúcar, bem como os preços correntes nos mercados brasileiros e apresentar trimestralmente relatório a respeito ao Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio;
- b) determinar, quando necessário, a exportação do produto, com a finalidade de preservar o equilíbrio interno entre oferta e procura;
- c) Apresentar ao Governo Federal sugestões para melhorar os processos de fiscalização e de comercialização do açúcar;
- d) Assegurar a arrecadação de uma taxa de 3\$000 (três mil réis) por cada saco de açúcar produzido pelas fábricas para o custeio das medidas de defesa da produção.

Objetivando a expansão e o aperfeiçoamento da produção de álcool, o Governo Federal autorizou em 1932 o Ministério da Agricultura a assinar contratos visando à instalação de destilarias de álcool anidro apoiadas em incentivos fiscais. No mesmo ano o Governo estabeleceu regras para a aquisição de álcool pelos importadores de gasolina e limitou a produção de açúcar em todo o país ao mesmo tempo em que incentivou a produção de álcool, ambos por meio do Decreto nº 22.152 do mesmo ano.

Apesar de todas estas medidas o Governo Federal não conseguira obter êxito. Tornava-se política e administrativamente muito dificultoso estabelecer uma série de regras num subsetor de grande importância econômica para o país e até então livre (regido pelas regras da economia liberal), além da grande dimensão do país e suas diferentes épocas de safra entre as duas regiões açucareiras, o Norte/Nordeste e o Centro-Sul (PINA, 1972, apud SZMRECSÁNYI, 1979).

Fazia-se iminente a criação de um órgão que tivesse maior poder e caráter permanente frente ao setor sucroalcooleiro do Brasil. A intervenção governamental mais profunda configurou-se, então, com o Instituto do Açúcar e do Alcool²⁴, criado em 01 de junho de 1933, que assumiu uma forma definitiva por meio do Decreto nº 22.981 de 25 de julho 1933 e instalação em 22 de agosto de 1933. Conforme Szmecsányi (1979, p. 180) os principais objetivos da nova instituição eram:

- a) assegurar o equilíbrio interno entre as safras anuais de cana e o consumo de açúcar, mediante a aplicação obrigatória de uma quantidade de matéria prima, a determinar o fabrico do álcool;
- b) Fomentar a fabricação do álcool anidro, mediante a instalação de destilarias centrais nos pontos mais aconselháveis, ou auxiliando... as cooperativas e sindicatos de usineiros que para tal fim se organizarem, ou os usineiros individualmente, a instalar ou melhorar suas instalações atuais;
- c) Estimular a fabricação do álcool anidro durante todo o ano, mediante a utilização de quaisquer outras matérias primas (além da cana), de acordo com as condições econômicas de cada região.

Observa-se que a intenção do Instituto era minimizar as crises de superprodução de açúcar através de mecanismos de contingentamento²⁵ e proibição da instalação de novas unidades produtivas sem consulta e autorização do mesmo, bem como estimular a instalação de unidades produtoras de álcool anidro.

Logo na primeira safra após a instalação (1933-1934), o IAA concluiu que haveria uma superprodução de 600 mil sacos, comprometendo-se então a comprar tal excedente para então exportá-lo (SZMRECSÁNYI, 1979).

Abarcando também a necessidade de preservação das regiões produtoras, o Decreto nº 24.743, de 14 de julho de 1934, proibiu a transferência das usinas existentes²⁶ “como um meio eficaz de evitar o flagelo do despovoamento e assegurar prosperidade aos que, tendo passado pela crise mais terrível [1929], conseguiram relativa estabilidade de preços” (DÉ CARLI, 1942, p. 59).

²⁴ Semelhante às medidas tomadas pelo governo brasileiro, a Austrália, no mesmo período, cria ao *Queensland Sugar Board* que chega a comprar, por um preço fixo igual para todos os produtores todo o açúcar produzido pelas usinas (DÉ CARLI, 1942).

²⁵ “[...] As quotas de cada usina deveriam ser estipuladas anualmente pelo Instituto, a partir dos limites de produção equivalentes à média da produção anual do último quinquênio, tendo em vista os estoques existentes no País e as estimativas das safras de cana a iniciar-se”. (SZMRECSÁNYI, 1979, p. 185)

²⁶ A política do IAA volta-se principalmente à produção das usinas. Conforme Szmecsányi (1979) no período de criação do Instituto já estava em declínio a participação dos engenhos na produção de açúcar, fato que só vem a ser interrompido com a eclosão da II Guerra Mundial quando a produção destas unidades volta a crescer em decorrência de problemas de abastecimento do mercado interno. A partir da safra de 1944-1945 a participação dos engenhos volta a declinar.

Sob a atuação do IAA se observou um sensível aumento nos preços da cana que cresceu 40% entre as safras de 1932-33 e 1933-34 (IBID).

Segundo Dé Carli (1940a, apud SZMECSÁNYI, 1979), no primeiro estabelecimento dos limites de produção, realizado nos anos de 1935 e 1936, a concentração da produção foi maior na região Norte/Nordeste que respondia por 62,8% da produção do país, destacando neste conjunto a cota estabelecida para Pernambuco, 37,6% maior que o valor estipulado para os três estados do Centro-Sul²⁷ juntos, que era de 37,2% (IBID).

Embora contribuindo para que a produção de açúcar fosse estabilizada no país, as medidas tomadas pelo IAA provocaram um aumento das tensões entre os grandes proprietários industriais (usineiros) e os fornecedores de cana (antigos senhores de engenho); os primeiros, conforme Prado Jr. (2008), tendiam a se tornar cada vez mais autossuficientes ao expandirem suas próprias culturas de cana.

Apesar do IAA buscar manter a hegemonia do Norte/Nordeste na produção açucareira nacional, já se observava ao longo da década de 1930 a tendência de deslocamento do eixo da produção para o Centro-Sul, em virtude de uma série de fatores tais como a localização geográfica próxima aos grandes centros consumidores, as técnicas agrícolas mais divulgadas, a renovação da semente de cana ocorrida na região, pela introdução de variedades mais resistentes à pragas e à geadas, bem como mais ricas em sacarose e mais produtivas, o que proporcionou um espetacular ressurgimento das zonas canavieiras de Campos e São Paulo²⁸, ao mesmo tempo em que a cana “manteiga”, de menor produtividade, dominava os canaviais do estado de Pernambuco e a região Nordestina era em determinados anos assolada por anormalidades climáticas²⁹ (DÉ CARLI, 1942).

Segundo Melo (1975) o único elemento em que a economia açucareira nordestina apresentava vantagem frente à do Centro-Sul era em relação à mão de obra. O custo do trabalho no Nordeste era baixo, vantagem que vinha favorecendo a

²⁷ São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

²⁸ Conforme Andrade, M., (2007) as regiões do Rio de Janeiro (onde se localiza o município de Campos dos Goytacazes) e de São Vicente (cujo nome mudou para São Paulo no começo do século XVII) já apresentavam alguns poucos engenhos no século XVI com produção destinada principalmente ao mercado interno dada a concorrência frente às capitâneas açucareiras nordestinas, sobretudo Pernambuco e Bahia. Prado Jr. (2008) reitera que São Paulo já passa a figurar no fim do século XVIII “como exportador de açúcar, embora modestamente com suas mil caixas anuais que vêm depois das 20 mil da Bahia, 14 mil de Pernambuco e 9 mil do Rio de Janeiro” (p. 84).

²⁹ Sobre os elementos que contribuíram para o deslocamento da produção açucareira brasileira para o eixo Centro-Sul e a concomitante redução da importância da produção nordestina ver Melo (1975), sobretudo o capítulo cinco.

agroindústria açucareira há muito tempo e caracterizando-se como um fator de sustentação e sobrevivência do setor ao longo de sua existência, desde os séculos de trabalho servil, perpassando pela fase da mão de obra do trabalhador-morador do engenho e permanecendo na fase do trabalhador proletarizado. O autor aponta que “se fosse possível comparar os custos desse fator de produção no período do trabalho servil com os existentes hoje em dia, não sabemos se os de agora não seriam inferiores”³⁰ (MELO, 1975, p. 188), tal fato pode ser explicado pela relação entre os muito baixos salários e a muito baixa rentabilidade das atividades das usinas e dos fornecedores de cana ocasionada “pelas deficiências dos processos produtivos, pela influência dos custos financeiros e pelos baixos níveis de preços do produto” (IBID, p.188). Aliado ao baixo custo da mão de obra, a política oficial de defesa do setor e a falta de outras atividades substitutivas na região podem ser apontadas também como fatores de sobrevivência da agroindústria açucareira nordestina (IBID).

Até meados da década de 1930 o mercado consumidor do Distrito Federal (Rio de Janeiro) era o maior polarizador do açúcar nordestino. Segundo Dé Carli (1942) devido a mais pronta colocação e pela grande quantidade, quase exclusiva, de açúcar cristal (“de usina”) que tal mercado absorvia, porém, em 1936, este mercado já passara a ser abastecido pelas exportações do município de Campos, que já superavam as exportações pernambucanas para o mesmo local: eram 999.756 sacos provenientes de Campos contra 708.584 sacos originários de Pernambuco. Em 1937 a situação se agrava: Campos exporta 1.290.766 sacos (64,1% do total importado) enquanto Pernambuco exporta apenas 396.783 sacos³¹ (19,7% do total importado pelo Distrito Federal), nesta mesma safra o estado já perde sua hegemonia frente à produção do estado do Rio de Janeiro (2.615.923 sacos) e de São Paulo (2.248.370 sacos) (IBID).

A partir de 1937 (Estado Novo), conforme Andrade, M. (1988), o governo brasileiro passou a intervir com maior força e mais diretamente na economia açucareira aprovando definitivamente as cotas de produção em relação a cada unidade produtora (Decreto-lei nº 1.130 de 02 de março de 1939) e posteriormente, através do Decreto-lei nº 1.669, de 11 de outubro de 1939, passou a estabelecer

³⁰ Sobre a questão da mão de obra na atividade açucareira destaca-se o estudo de Eisenberg (1977).

³¹ Ainda segundo Dé Carli (1942), o frete do açúcar pernambucano para o Distrito Federal sobe 146,2% entre 1925 e 1938, configurando mais um fator da perda de competitividade do açúcar nordestino no mercado do Centro-Sul.

normas para o aumento, quando necessário, da produção das usinas, enquadrando estas em três categorias: maiores, médias e pequenas, concedendo a possibilidade de aumento de 20% para as primeiras, 30% para as segundas e 50% para as últimas deixando claro que objetivava promover a modernização e o crescimento das pequenas unidades produtoras do país.

As novas medidas tomadas pelo governo favoreceram também os fornecedores de cana. Conforme o Decreto-lei nº 1.669 as usinas deveriam destinar 70% das cotas para a moagem de canas provenientes dos fornecedores e apenas 30% para suas próprias canas, o que foi muito positivo para os fornecedores que passaram a ter um mercado garantido para sua matéria-prima³².

É nesta situação que a produção nacional de açúcar chegou à II Guerra Mundial. Diferente do conflito anterior, o segundo não promoveu a ampliação do mercado externo para o produto brasileiro, em virtude principalmente da ocupação do continente europeu por tropas alemãs ou pela maioria dos países serem aliados da Alemanha, por sua vez, os Estados Unidos e a Inglaterra diminuíram suas importações ampliando a produção interna: era muito mais arriscado o comércio ultramarino no período (SZMRECSÁNYI, 1979). As exportações do Brasil caíram de 3.774,3 mil sacos (1935/39) para 3.636,8 mil sacos no quinquênio 1940/44 (IBID). A única vantagem do período é a elevação dos preços, que permite ao IAA reduzir seus prejuízos no comércio exterior. Mesmo no quinquênio pós-guerra as exportações brasileiras de açúcar ainda foram reduzidas em comparação ao período após a primeira guerra, 8.435,5 mil sacos entre 1945/49 contra 13.149,1 sacos entre 1919/23 (IBID).

Entre as várias consequências do conflito para a economia brasileira pode-se apontar os prejuízos no comércio de cabotagem, bem como a brusca queda nas importações, o que por um lado caracterizou o processo de industrialização por substituição de importações e por outro prejudicou de modo muito significativo a modernização das fábricas brasileiras que dependiam em grande parte da compra de bens de capital originários do exterior, além de que o conflito reduziu as

³² “Contudo, as usinas, mais folgadas com a limitação e contingenciamento da produção, continuam no seu processo de absorver as propriedades canavieiras. A lei fixara o montante de cada fornecedor; mas nada impedia que as usinas adquirissem a propriedade do fornecedor, e com ela o seu direito ao fornecimento. E é o que efetivamente se verificará, reduzindo-se cada vez mais no conjunto, a parte da cana que as usinas adquirem no exterior dos seus domínios. Em Pernambuco, o maior produtor do país e onde o problema é mais agudo, a contribuição percentual dos fornecedores na produção das usinas desce, entre 1929/30 e 1944/45 de 75% para 46%” (PRADO JR., 2008, p. 248).

importações de gasolina e conseqüentemente estimulou a produção e o consumo do álcool combustível.

Internamente a suspensão do comércio de cabotagem veio trazer mudanças muito significativas na economia açucareira, visto que, o intercâmbio entre as duas regiões produtoras era feito por mar, tanto que se pode apontar que “a II Guerra Mundial... chegou ao cúmulo de dividir o País em duas áreas contrastantes: O Nordeste com superprodução de açúcar, e o Centro-Sul com falta do produto³³” (OLIVEIRA, 1968, p.38 apud SZMRECSÁNYI, 1979, p.204). Tais divergências entre as duas regiões canavieiras do país culminou com a transferência definitiva do eixo econômico açucareiro para o Centro-Sul no início da década de 1950³⁴ (SZMRECSÁNYI, 1979).

Quanto à legislação sobre as relações entre usineiros e fornecedores foi instituído o Estatuto da Lavoura Canvieira (Decreto-lei nº 3.855 de 21 de novembro de 1941) que, dentre outros, garantia ao fornecedor o direito de prover 40% do total de cana processada pela usina e o de ser pago conforme o produto final (açúcar ou álcool) e o rendimento das usinas, o teor de sacarose e a qualidade da cana adquirida.

No que se refere à produção de álcool anidro, a capacidade brasileira vinha aumentando significativamente desde 1933, ano de instalação da primeira destilaria com capacidade diária de produção de 12 mil litros, em 1939 já havia 31 destilarias com capacidade para a produção de 437 mil litros diários. Em 1941 este número aumentou para 44 com capacidade para 638 mil litros/dia. Em 1942 a produção brasileira diária de álcool passou para 756 mil litros/dia (SZMRECSÁNYI, 1979). Tal

³³ Além dos problemas relativos à cabotagem, Dé Carli (1982) aponta como fatores para a transferência do eixo da agroindústria canvieira para o Centro-Sul o aumento da utilização da capacidade já instalada e permitida pelo IAA, frente à ameaça de racionamento do consumo de açúcar nos grandes centros (ANDRADE, M., 1988), incluindo as exportações e o crescimento da demanda pelo produto com o apoio das elevadas taxas de expansão demográfica, da ampliação da renda disponível e do processo de urbanização além da melhoria dos meios de transporte na região. A estes fatores soma-se o fato dos principais problemas da lavoura canvieira nordestina, a saber, o custo agrícola mais elevado em decorrência do constante aumento salarial sem o correspondente aumento da produtividade; o empobrecimento da terra em decorrência do desgaste promovido pela monocultura e pela falta de condições para adubá-las, assim como a variação da cana cultivada na região ser mais pobre do que a plantada na região Centro-Sul.

³⁴ A partir do quinquênio 1949-50/1953-54 inicia-se o processo de deslocamento da produção, “pela primeira vez na história açucareira do Brasil” (DÉ CARLI, 1982, p.8), para o Centro Sul. Conforme Dé Carli (1982) a produção do Centro-Sul brasileiro alcança 16.065.113 sacos de 60 quilos, enquanto que a produção nordestina alcança 12.446.395 sacos, sendo Pernambuco, o estado responsável pela produção de 8.256.153 sacos (66,22% do total da região). Szmeccsányi, 1979 afirma que já na safra de 1936-37 a produção de açúcar de usina do Centro-Sul já supera a do Nordeste, voltando a fazê-lo na safra de 1949-50 e superando-a definitivamente a partir da safra 1951-52.

elevação foi decorrente de incentivos governamentais (isenção de impostos) e pela política nacional de adição de álcool à gasolina importada, além da oferta de financiamento para a ampliação e montagem de usinas particulares (IBID).

Apesar de todo estímulo, a produção de álcool entrou em declínio a partir de 1943-44 só voltando a crescer no período próximo ao fim da guerra quando não havia maior necessidade do produto. O decréscimo da produção foi decorrente das dificuldades de importar matérias-primas necessárias à fabricação do álcool combustível, a exemplo do benzol, desidratante que não era produzido no país (LIMA SOBRINHO, 1946, apud SZMRECSÁNYI, 1979).

Em decorrência da série de transtornos ocasionados pela guerra para a economia açucareira nacional, o IAA viu-se obrigado a tomar uma série de medidas, tais como, o aumento das quotas de produção, visando suprir o abastecimento do Centro-Sul, bem como autorizar a montagem de novas usinas, a transferência aos usineiros do Centro-Sul da produção de açúcar antes fornecida pelo Nordeste e a introdução de melhoramentos técnicos (SZMRECSÁNYI, 1979). Tais decisões consolidaram a transferência do eixo econômico açucareiro para o Centro-Sul.

A recuperação das exportações de açúcar no período pós-guerra parecia uma solução para a superprodução de açúcar brasileira retida nos limites internos do país, porém, com o fim do conflito logo a produção açucareira mundial recuperou-se, provocando a queda dos valores de exportação.

No período pós-guerra ocorreu a ampliação da produção nacional de álcool, sobretudo a partir do decreto nº 25-174-A de 03 de julho de 1948 que adotou medidas visando estimular a produção de álcool para fins carburantes. Tais medidas tiveram um amplo reflexo na produção de álcool do período que alcançou 167,3 milhões de litros, superior aos 151,7 milhões alcançados no período da guerra (safra de 1942-43) e também superiores à própria previsão do Instituto de 114 milhões de litros (SZMRECSÁNYI, 1979).

A partir de 1950 o Brasil intensificou seu processo de urbanização devido à industrialização já iniciada na década de 1930. Apesar do intenso crescimento do mercado consumidor a produção de açúcar permanecia crescendo a índices superiores àquele (ANDRADE, M., 1988). O Nordeste enfrentava dificuldades em sua agroindústria em virtude da seca, o IAA decidiu então liberar a produção nas

safras de 1950-51³⁵ e 1951-52 visando também recuperar os estoques. Em 1952 a Instituição reajustou a produção para 36,7 milhões de sacos de 60 kg³⁶, o que seria alcançado na safra de 1956-57, por outro lado, para não prejudicar a produção do álcool devido ao aumento da utilização da matéria-prima para o açúcar, foi criado em 1952, com duração até 1959, o Plano Nacional da Aguardente que, com o apoio dos produtores, passou a requisitar parte da aguardente, em superprodução, para ser transformada em álcool, especificamente anidro (SZMRECSÁNYI, 1979). “De cunho reformista, para não dizer moralista” (IBID, p. 243), o plano tinha como objetivos (DÉ CARLI, 1952 apud SZMRECSÁNYI, 1979):

- a) beneficiar a população diminuindo a quantidade de aguardente disponível para consumo;
- b) baixar os índices individuais de consumo, promovendo a subida dos preços do produto;
- c) evitar a evasão de divisas em virtude da possibilidade de aumento na produção de álcool;
- d) Amparar um subsetor econômico que se encontrava totalmente desprotegido e atingido constantemente por crises de superprodução;
- e) estimular nos pequenos núcleos produtores de aguardente, e com maior contingente de trabalho, a produção de aguardente;

³⁵ A resolução nº 501/51 aumentou a quota geral de produção das usinas do país, que passou de 23,2 milhões de sacos para 33,4 milhões, deste aumento de 10,2 milhões de sacos, 9,3 milhões eram destinados a complementar o reajustamento dos limites de produção das usinas, enquanto que o restante era destinado à majoração de quota e ao reajustamento, para os próximos 120 dias, do período de moagem das novas usinas, então em construção em janeiro de 1951 (SZMECSÁNYI, 1979).

³⁶ “É possível que essa elevação tenha sido concedida, pelo menos em parte, para apaziguar os produtores do Centro-Sul, especialmente os usineiros de São Paulo, então francamente rebelados contra o IAA, devido à resolução nº619/51, de 29/12/1951. Esta resolução instituiu uma política de preços diferenciados para o açúcar, cujo objetivo mais imediato era o de reforçar o poder de competição dos produtores do Nordeste nos mercados da região Centro-Sul” (SZMRECSÁNYI, 1979, p. 241).

f) Possibilitar o alcance em curto prazo de um monopólio de caráter nacional referente à aguardente através da criação de um tipo de bebida controlada pelo Estado, da mesma forma que ocorria quanto à produção do rum, importante riqueza para a economia das Antilhas.

Novamente o país passava por crise de superprodução, vendo-se obrigado em 1953 a exportar os excedentes de sua produção para o Mercado Livre Mundial (MLM), no qual havia conseguido aumento em sua cota, ampliada para 60.000 toneladas métricas pelo Acordo Internacional do Açúcar (ANDRADE, M., 1988).

A nova cota instituída para o Brasil ainda não era suficiente para minimizar as consequências da superprodução. Em 1954 e 1955 o país decidiu recorrer ao Conselho Internacional do Açúcar com o objetivo de ampliar sua cota, porém, frente ao quadro de superprodução de outros países, o órgão decide reduzir em 20% as cotas de exportação de todos os países, o Brasil então se retirou do acordo³⁷, pois necessitava escoar sua produção mesmo que a preços gravosos (IBID).

Na safra posterior, 1956-57, a produção brasileira de açúcar subiu para 37,5 milhões de sacos de 60 kg favorecida pelo aumento da demanda interna decorrente do surto de industrialização e intensificação do processo de urbanização no governo Juscelino Kubitscheck, enquanto o consumo nacional chegou a 33,5 milhões de sacos de 60 kg, no mesmo período. Conforme Andrade, M., (1988) a demanda era também superior à oferta no mercado internacional em virtude da queda da produção em diversos países, sobretudo europeus, onde os países produtores de açúcar de beterraba apresentaram queda na safra (SZMRECSÁNYI, 1979).

A produção açucareira não parou de crescer ao longo da década de 1950, ao fim do período (safra 1958-59), o país alcançou 53,7 milhões de sacos de 60 kg. As dificuldades para o escoamento da produção obrigaram o IAA a limitar novamente a produção³⁸, que, para a safra de 1959-60 ficou limitada a 50 milhões de sacos de 60 kg (ANDRADE, M., 1988).

³⁷ A decisão foi tomada, segundo Szmeccsányi,(1979) em virtude da necessidade de reajustar a balança comercial do país, para isso, favorecendo as exportações.

³⁸ Em 1960 é criada, na Câmara dos Deputados, uma Comissão Parlamentar de Inquérito com objetivo de investigar todos os problemas da economia açucareira. Em decorrência da Comissão “o presidente da República, Juscelino Kubitscheck de Oliveira, determinou várias medidas, que levaram o Instituto do Açúcar e do Alcool a dinamizar a pesquisa sobre o controle da expansão do parque açucareiro nacional, inclusive, buscando financiamentos específicos” (DÉ CARLI, 1982, p. 12)

O contingendamento da produção nestes moldes deveria ser seguido até a safra de 1962-63, porém, um fato internacional voltou a aumentar e favorecer a entrada do açúcar brasileiro no mercado externo. A Revolução Cubana permitiu a abertura do Mercado Preferencial (MP) norte-americano para o produto proveniente do Brasil³⁹ (IBID). O IAA mudou completamente sua diretriz, ao invés de limitar, incentivou o aumento da produtividade das fábricas e das lavouras de cana.

Foi tão importante a abertura ao MP norte-americano que o Instituto chegou em 1961 a criar uma divisão interna de exportação que deveria fomentar as exportações de açúcar, de melaço e de outros derivados da cana-de-açúcar (IBID). No mesmo ano a autarquia criou o Fundo de Recuperação da Agroindústria Canavieira, objetivando reequipar o parque agroindustrial açucareiro nacional promovendo o aumento da produtividade com recursos provenientes dos lucros de exportação junto ao MP norte-americano. Não houve, porém, grandes investimentos na região Nordeste e os que foram feitos não deram os resultados esperados (IBID).

Com o temor de haver novamente uma superprodução, os próprios produtores pressionaram o IAA para que o mesmo limitasse a produção. Em 1963, o limite foi estabelecido em 100 milhões de sacos de 60 kg, que deveria ser atingido até 1971. O Instituto permitiu também a elevação das cotas de produção das usinas já existentes e a instalação de novas unidades produtivas, porém tais medidas, conforme Andrade, M. (1988), favoreceram o setor açucareiro da região Centro-Sul, sobretudo o estado de São Paulo, que teve sua cota aumentada em cerca de 40%, passando a produzir mais de 30 milhões de sacos de 60 kg, enquanto que a produção nordestina continuava a cair, Pernambuco, por exemplo, teve sua cota aumentada em cerca de 22%, chegando a produzir pouco mais da metade do valor estabelecido para São Paulo, 16.641.622 sacos. Outro fator importante é a concentração de novas unidades produtoras no Centro-Sul: das 50 unidades previstas, 38 seriam instaladas naquela região (IBID).

O plano de ampliação da agroindústria açucareira nacional começou a ser posto em prática a partir de 1965 quando o país conheceu novamente uma crise de superprodução na safra 1963-64⁴⁰, decorrente da queda dos preços no MLM e da

³⁹ Além da suspensão do açúcar cubano no mercado preferencial norte-americano, Szmecsányi, (1979) aponta também a adesão de Cuba ao bloco socialista, além da irregularidade das safras do país, como fatores que promoveram o avanço das exportações nacionais.

⁴⁰ A agroindústria canavieira era uma das mais importantes fontes de emprego da zona rural brasileira, ocupando permanentemente um contingente de 1 a 1,5 milhão de pessoas entre

recessão do mercado interno (coincidente com a recuperação da produção do subsetor), bastante abalado por razões naturais e socioeconômicas, particularmente na região Nordeste entre as safras de 1961-62 e 1962-63⁴¹ (ANDRADE, M., 1988).

Em 1965, o Governo Federal criou também o Fundo Especial de Exportação (FEE) com o objetivo de complementar a cobertura de eventuais prejuízos do subsetor (DÉ CARLI, 1982), porém, o mesmo se esgotou em 1976 devido à má aplicação das receitas, ilogicidade de processamento, controle inadequado e à fraca fiscalização levando o governo a examinar o comportamento do Fundo⁴² (IBID).

Na safra de 1965-66, o IAA tinha previsto a produção de 65,3 milhões de sacos de açúcar, porém a produção superou tal expectativa em mais de 10 milhões de sacos, chegando a 75,9 milhões, o que levou o Instituto a baixar os preços pagos, mesmo ainda com o aumento das exportações para o MP norte-americano. Tal crescimento, segundo Andrade, M., (1988) deveu-se a política desenvolvida pelo IBC (Instituto Brasileiro do Café) no Centro-Sul, que passou a considerar antieconômica a lavoura cafeeira, passando esta a ser substituída pela de cana-de-açúcar, o que elevou muito a produção regional.

Tornou-se impossível manter a produção de açúcar do jeito que estava. Em 1965, o IAA passou a intervir com maior força no subsetor, restringindo a produção da safra 1966-67 para 65 milhões de sacos e o período de moagem das usinas para 180 dias no Norte/Nordeste e 150 dias no Centro-Sul (ANDRADE, M., 1988).

Complementando as medidas tomadas anteriormente, em 1966, o Governo Federal criou o GERAN, Grupo Especial para Racionalização da Agroindústria Canavieira do Nordeste

trabalhadores da lavoura, do transporte, da indústria e da administração na época da safra se acrescentava de 200 a 300 mil trabalhadores no subsetor (IAA, 1964 apud SZMRECSÁNYI, 1979), o que, “não impedia que se tratasse de um subsetor em crise” (SZMRECSÁNYI, 1979, p. 390)

⁴¹ “[Em 1963] rebenta uma séria greve entre os trabalhadores de cana que exigiam a intervenção do Governo Federal, que enviou a Recife, o Ministro do Trabalho e Previdência Social, que conseguiu concluir um acordo trabalhista entre os órgãos representativos da classe econômica e dos trabalhadores rurais da agroindústria açucareira do estado de Pernambuco, mediante o qual foi concedido um aumento de 80% (oitenta por cento) para os salários de todos os trabalhadores da lavoura de cana da região pernambucana. Havia participado da greve 200 mil trabalhadores rurais e a ameaça de sua generalização por todo o Nordeste era evidente. Somente para Pernambuco o aumento salarial correspondia aproximadamente a Cr\$ 23 bilhões (moeda da época), o que a atividade da agroindústria jamais suportaria” (DÉ CARLI, 1982, p. 133). Pode-se incluir também a instabilidade política vivida no país decorrente da Revolução de 1964.

⁴² Segundo Dé Carli (1982), apesar da brevidade do Fundo, o mesmo foi significativo para a ampliação da capacidade instalada em vários estados do país, a exemplo de Pernambuco, que apresentava uma capacidade de produção de 18.500.000 sacos de açúcar de 60 quilos em 1970 e que conseguiu ampliá-la para 25.500.000 sacos de 60 quilos em 1979, ou seja, um incremento de 6.430.000 sacos (crescimento de 25,21% da produção).

com o objetivo de formular os planos, programas, projetos e medidas necessárias à racionalização da agroindústria canavieira nordestina, visando modificar a estrutura agrária da zona canavieira do Nordeste e, com o aproveitamento das terras da Zona da Mata não utilizadas pela cana-de-açúcar, promover maior absorção de mão de obra (IBID, p. 658).

Em Pernambuco, o primeiro programa a ser aplicado experimentalmente, previa três eixos de ação: reestruturar a economia canavieira modernizando as indústrias e intensificando a cultura de cana; diversificar a economia regional aproveitando os subprodutos da cana-de-açúcar e promovendo a utilização de áreas por ela não aproveitadas para o cultivo de produtos alimentares, e elevar, por meio de projetos na área de saúde e educação, o padrão de vida da população rural (MINTER, 1968, apud ANDRADE, M., 1988).

O GERAN teve pouca duração, em 1971 foi extinto pelo decreto nº 69.454 de 01 de novembro de 1971 que criava o PROTERRA (Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agropecuária do Norte e do Nordeste), além do mais, as medidas propostas pelo GERAN não agradaram os proprietários de terra da zona canavieira, pois, segundo Andrade, M., (1988), tocava na delicada questão da estrutura fundiária promovendo a liberação e redistribuição das terras agrícolas.

A recuperação econômica do subsetor só iria ocorrer no governo Costa e Silva, quando o IAA não se restringiu apenas à limitação da produção, mas passou a realizar o planejamento por meio de medidas de longo prazo, visando formar uma infraestrutura de produção, a exemplo da construção de terminais açucareiros nos portos do Recife e de Maceió. Tais medidas são consubstanciadas pelo Decreto nº 61.610-A de 06 de novembro de 1967 (IBID).

Para por em prática as medidas propostas pelo Decreto de 1967 tornou-se necessário que a política de planejamento objetivasse a minimização dos custos agrícolas e industriais, tornando os preços da produção açucareira nacional mais competitivos no mercado externo. Com esses objetivos foram criados o Programa Nacional de Melhoramentos da Cana-de-açúcar, o PLANALSUCAR, e o Programa de Racionalização da Agroindústria Açucareira, depois denominado, Programa de Apoio à Agroindústria Açucareira (IBID).

Até o período em questão a autarquia não via a necessidade de ampliar a produtividade da agroindústria açucareira do país. Toda a produção de uma forma ou de outra acabava sendo colocada no mercado interno a preços compensadores

ou por meio de subsídios no mercado externo (SZMECSÁNYI, 1979). O Brasil não sentia muita falta de competir no mercado externo, porém, o quadro mudou radicalmente na segunda metade da década de 1960, quando a produção nacional não encontrou mercado em âmbito interno e externo. A única solução para manter o crescimento do subsetor era ampliar as exportações e, para isso, o país deveria tornar-se mais competitivo quanto aos custos e rendimentos da produção (IBID). As novas medidas inicialmente atingem o campo agrônômico com a criação de laboratórios e estações experimentais tanto no Nordeste (Pernambuco e Alagoas) quanto no Centro-Sul (Rio de Janeiro e São Paulo).

1.3 DE 1971 A 2012

Em 1971, por decisão do Conselho Deliberativo do IAA adotada em 29 de julho e homologada pelo Ministro da Indústria e do Comércio no dia 31 de agosto (SZMECSÁNYI, 1979), as ideias do Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-açúcar foram retomadas e uma nova entidade com relativa flexibilidade administrativa e financeira, o PLANALSUCAR, foi efetivamente criada junto ao IAA, começando a funcionar em 1972 tinha a finalidade de reunir as condições técnicas e administrativas capazes de viabilizar a implantação e execução de projetos de pesquisa voltados para a genética, fitossanidade e agronomia objetivando obter novas variedades de cana ecologicamente especializadas e de maior produtividade agrícola e industrial (AZZI, 1974 apud SZMECSÁNYI, 1979).

A importância do PLANALSUCAR⁴³ está também associada a outros dois programas, o de financiamento das fusões e racionalização das empresas do setor e da construção de terminais açucareiros para armazenamento e carregamento a granel nos já citados portos de Recife e Maceió, além do porto de Santos (SZMECSÁNYI, 1979).

Associado ao PLANALSUCAR foi instituído o citado Programa de Racionalização da Agroindústria Açucareira com o objetivo de promover, através de estímulos, a concentração industrial no setor açucareiro, aumentando a produtividade industrial em nível de cada unidade produtora e de cada estado.

⁴³ Sobre uma análise mais profunda referente ao Programa ver Szmeccsányi, 1979, pp. 407-430.

O financiamento dos projetos propostos pelos dois programas dar-se-ia por meio de recursos advindos do FEE e através de estímulos financeiros, como juros abaixo do mercado e maiores prazos de crédito (ANDRADE, M., 1988).

Na região Nordeste os impactos dos novos planos voltados à agroindústria canaveira foram muito importantes. Além da modernização de portos, os programas promoveram, segundo Andrade, M. (1988), uma quase total modernização do parque industrial da região, aumentando consideravelmente a produção da indústria⁴⁴, além de propiciarem a fusão de usinas.

Uma série de fatos contribuiu para a execução dos planos citados (IBID):

a) a partir de 1968 as exportações de açúcar entram num período bastante favorável decorrente dos tradicionais países produtores de açúcar, exceto o Brasil, não apresentarem capacidade ociosa que permitisse aumento da produção, num momento no qual a demanda era maior que a oferta no mercado internacional;

b) a partir de 1970 ocorreu um declínio na produção de Cuba, cujo governo adotou uma série de medidas de diversificação da produção agrícola, o que abriu espaço para a produção brasileira de açúcar;

c) internamente o IAA pagava aos produtores preço bem menor ao pago no mercado internacional pelos países importadores, o que permitiu ao órgão acumular recursos no FEE⁴⁵ e aplicá-los nos projetos de racionalização como um todo.

Do ponto de vista do planejamento, os dois programas [o PLANALSUCAR e o Programa de Racionalização da Agroindústria Açucareira] estenderam ainda mais a intervenção do estado na agroindústria açucareira, tornando-a uma atividade praticamente estatal, beneficiando a classe produtora, sobretudo os usineiros, detentores do maior capital empregado na atividade. Do ponto de

⁴⁴ “[...] Em face do apoio financeiro do IAA, e do Banco do Brasil, a capacidade de produção das usinas de Pernambuco dobrou entre 1972 e 1977, passando o seu poder de esmagamento de 63 para 131 mil toneladas de cana por dia” (DÉ CARLI, 1982, p. 112).

⁴⁵ “No período que vai de 1972 a 1976 houve uma acumulação de recursos no fundo [...] permitindo ao Governo desenvolver um programa intensivo, visando a ampliação da capacidade agrícola e industrial, para obtenção de economia de escala; melhoria dos níveis de produtividade, com a eliminação de fábricas antieconômicas, mediante estímulos à fusão, incorporação e realocação de usinas [assim como] a criação de um subsídio de equalização para garantir a unificação dos preços de cana, em benefício da região Norte-Nordeste, onde o custo de produção de cana é mais alto; [e a] erradicação dos pontos de estrangulamento no processo de produção tanto agrícola como industrial” (DÉ CARLI, 1942, p. 52)

vista social, eles levaram a uma aceleração do processo de proletarização do trabalhador rural. A expansão da cana-de-açúcar por áreas não tradicionais destruiu o até então existente sistema produtivo de culturas alimentares, feito por pequenos e médios produtores que, atraídos pelos financiamentos, passaram a cultivar a cana-de-açúcar, ou então foram expropriados de suas terras, para o alargamento fundiário das usinas da região (ANDRADE, 1988, p. 666).

Quanto ao processo de proletarização do trabalhador-morador MELO (1975), reintera que:

- a) “Acentuaram-se as desigualdades sociais e a assimetria da repartição da renda, em uma estrutura social já caracterizada por uma estratificação rígida e de contrastes violentos” (p. 112);
- b) “Diminuiu o contingente de produtos alimentares oriundos da pequena lavoura das áreas canavieiras, o que, significa acentuação do caráter monocultor da atividade, acarretou o aumento do custo da vida e o conseqüente agravamento dos problemas específicos de nutrição e saúde” (p. 112);
- c) “Intensificaram-se os deslocamentos da população dispersa ou semi dispersa do campo para o habitat aglomerado dos povoados, vilas e periferias urbanas das regiões produtoras acarretando a acentuação dos fluxos migratórios para as capitais dos Estados produtores e para outras regiões do país” (pp. 112-3).

Até meados de 1974 o preço do açúcar no Mercado Livre Mundial continuava a elevar-se em virtude da especulação em produtos primários decorrente da conjuntura do mercado internacional do petróleo e das previsões de quebras de produção em vários países na safra de 1974-75 (SZMECSÁNYI, 1979). Ao mesmo tempo, o Acordo Internacional do Açúcar, expirado em 1968 e não renovado, isentou de qualquer disciplina ou controle o MLM a partir de 01 de janeiro de 1974 (MONT’ALEGRE, 1974c apud SZMECSÁNYI, 1979), bem como estavam em vias de expirar o *Sugar Act* norte-americano e o Acordo Açucareiro da Comunidade Britânica (IBID). Tal conjuntura foi aproveitada pelo IAA que conseguiu arrecadar US\$ 1,3 bilhão, transformando o açúcar no primeiro produto da pauta de exportações do país em 1974.

A partir de novembro de 1974 a economia brasileira passou a sentir as repercussões da crise internacional⁴⁶. Os preços dos principais produtos de exportação do Brasil, entre eles o açúcar, entram em declínio, com reflexos sensíveis na balança comercial do país, em virtude também da elevação do preço do petróleo, principal produto da pauta de importações brasileira⁴⁷, conseqüentemente houve uma repercussão na balança comercial do país que registrou um déficit de 3,5 milhões de dólares (ANDRADE, M., 2007), ao mesmo tempo em que as empresas transnacionais retraíram o emprego de capitais e aceleraram a retirada de juros e dividendos (IBID).

Em dezembro do mesmo ano a queda nos preços do açúcar no mercado internacional permanece, declinando dos US\$ 1.338,56 para apenas US\$ 336,12 já em maio de 1975 (SZMECSÁNYI, 1979). Os efeitos, todavia, não foram sentidos na economia açucareira nacional de forma imediata, dado que o país havia firmado contratos de longo prazo com os compradores. Quanto ao mercado interno chegou-se até a cogitar a eliminação por completo dos subsídios (IBID).

A sensível redução dos preços no mercado externo ocorreu em razão da queda do consumo e da previsão de aumento da produção europeia de açúcar de beterraba. Os recursos do FEE⁴⁸ foram reduzidos, bem como o ritmo dos projetos de modernização das unidades produtoras⁴⁹ (ANDRADE, M., 1988).

No que se refere à produção de álcool, uma nova política de incentivos passou a existir no país em virtude da então conjuntura petrolífera, o que passou a promover a valorização dos preços do produto visando à redução das importações brasileiras de combustíveis e matérias-primas (SZMECSÁNYI, 1979). Até então, desde a década de trinta (ANDRADE, M., 1988) e do período da Segunda Guerra

⁴⁶ No que se refere à produção açucareira especificamente pernambucana, neste período (1973-1974) observa-se a atividade de apenas 38 usinas, que produziram cerca de 19.004.115 sacas de açúcar de 60 kg, nenhuma delas chegando a atingir um milhão de sacas, o que volta a se repetir durante os outros anos da mesma década. Dentre as que apresentaram maior produção tem destaque a Central Barreiros (ANDRADE, M., 2001).

⁴⁷ Mont'Alegre (1974 apud MELO, 1975) aponta que em relação ao desequilíbrio da conjuntura açucareira da década de 1970 o petróleo iria contribuir como um importante fator de agravamento, dado que a redução desta matéria prima significaria a redução do transporte rodoviário, marítimo e aéreo e da produção de fertilizantes, além do maior custo da mecanização.

⁴⁸ Segundo Dé Carli (1982) em decorrência da exaustão do FEE, o programa de modernização e racionalização do subsetor entra em "extremas dificuldades" (p. 56), surgindo então as primeiras medidas de emergência, com o Banco do Brasil sendo o agente financiador de empréstimos que objetivavam cobrir a gravosidade, efetuar o pagamento dos subsídios de equalização e complementar os projetos de investimento.

⁴⁹ As usinas viram-se obrigadas a apelar para empréstimos na rede privada para que pudessem complementar o programa de reequipamento (DÉ CARLI, 1982).

Mundial, o álcool não despertava tanto o interesse do governo e da iniciativa privada⁵⁰ (SZMECSÁNYI, 1979).

No ano de 1972 a capacidade instalada do parque alcooleiro nacional era de 4,6 milhões de litros por dia, sendo a maior parte localizada no Centro-Sul (3,7 milhões), onde as instalações operavam com capacidade ociosa. O custo da gasolina ainda era menor que o do álcool e algumas unidades produtoras passaram a substituir o álcool como matéria-prima por produtos derivados do petróleo.

Necessitando promover a expansão da produção nacional de álcool, sobretudo anidro, o governo federal instituiu por meio do Decreto nº 76.593 de 14 de novembro 1975 o Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL)⁵¹, no período, as exportações de açúcar estavam se tornando mais uma vez gravosas (SZMECSÁNYI, 1979). No mesmo ano o Programa aprovou os três primeiros projetos para a instalação de destilarias autônomas baseadas no processamento da cana-de-açúcar (IBID).

O novo programa

tinha como objetivo imediato expandir a produção nacional de álcool com fins carburantes e tentar, ao mesmo tempo abrir para a agroindústria canavieira, assim como para outros produtos agrícolas passíveis de utilização na produção de álcool, novas perspectivas de mercado e equilibrar o nosso balanço de pagamento, mediante superávits na balança comercial, com a diminuição da importação do petróleo (ANDRADE, M., 1988, p. 669).

⁵⁰ Andrade, M. (1988) aponta que o álcool sempre teve papel de importância apenas nos momentos de crise do setor açucareiro e/ou da economia nacional em seu conjunto, passado estes momentos, o mesmo voltava a ter papel secundário na economia brasileira.

⁵¹ Em âmbito estadual merece destaque a atuação da Cooperativa dos Plantadores de Cana de Pernambuco (BANCOPLAN). Em afirmativa da época, ressaltava-se que “[...] o BANCOPLAN será sempre o suporte dos Plantadores de Cana de nossa terra. É por isso que ainda o plantador de cana consegue sobreviver, porque pior seria [...] se nós não tivéssemos em Pernambuco, o BANCOPLAN, porque é que ele assiste de fato o Plantador de Cana de Pernambuco, esses que fazem a grandeza do nosso Estado, porque é na cana de açúcar, que nós temos o suporte financeiro, que dá tudo para Pernambuco e dá muito mais para o Brasil (CAVALCANTI, 1975, p. 438, grifo meu). Neste sentido é importante ressaltar a participação da instituição, sobretudo em 1974 e 1975. De acordo com Ênio Guerra (1975), em 1974 a instituição foi responsável pelo empréstimo de Cr\$ 30.849.102,00, valor que no ano seguinte chegou a Cr\$ 102.880.000,00, registrando-se aumento da ordem de 125%. Em 1974 o valor financiado para a compra de adubo foi de Cr\$ 3.709.376,00 no ano seguinte a cifra destinada para o mesmo fim foi de Cr\$ 30.655.782,38, cerca de oito vezes superior. No que tange a promissórias, o BANCOPLAN emprestou em 1974 Cr\$ 2.238.872,00 e financiou a aquisição de 112 veículos, enquanto que, ainda na metade do ano de 1975, o valor de empréstimos de promissórias foi de Cr\$ 3.928.046,12 e o número de veículos financiados pela entidade foi de 615 (IBID). No ano seguinte seria adotada pela entidade uma nova linha de financiamento para fundação da safra que teria um prazo de carência de três anos, além de financiamento destinado ao pequeno produtor para a compra de animais de tração e financiamento de bolsas de estudos a prazos longos para seus filhos (IBID).

O PROÁLCOOL efetivamente conseguiu promover o aumento da produção nacional de álcool em termos muito elevados, 980% entre 1975 e 1980 (ANDRADE, M., 1988). No Nordeste onde foram realizados investimentos relativamente vultuosos ocorreu a modernização das destilarias anexas às usinas e a instalação de novas 22 unidades autônomas⁵², porém,

do ponto de vista social, o programa trouxe consequências muito sérias, pois provocou a aceleração do processo de proletarização do trabalhador rural, a ampliação da área cultivada pela cana, em detrimento das culturas alimentares, intensificando a concentração fundiária. Estes problemas não foram compensados pela então propalada geração de empregos que, segundo os objetivos do programa, adviria da modernização agrícola e industrial, uma vez que o processo de modernização levou a uma elevada mecanização da atividade agrícola, implicando, conseqüentemente, numa sensível diminuição da mão de obra empregada (ANDRADE, M., p. 671, 673).

Outra medida que veio reduzir a importância do IAA foi o Decreto nº 75.966, de 11 setembro de 1975 que passou as decisões referentes à produção e comercialização do álcool anidro para o Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE), a partir de então cabia ao Instituto apenas a fiscalização da produção e da comercialização de todos os tipos de álcool (ANDRADE, M., 1988). A criação do PROÁLCOOL veio esvaziar ainda mais a autarquia, que teria o papel apenas de “receber e emitir pareceres relativos aos projetos de instalação de destilarias de álcool, examinar a qualidade do álcool produzido e adquirir a produção junto às fontes produtoras, repassando-a as empresas encarregadas da distribuição no mercado interno” (IBID, p. 667). No âmbito externo o IAA ainda era responsável por todo o controle do mercado alcooleiro (IBID).

Ainda em 1979, apesar de toda a diversificação na economia nacional, o subsetor canavieiro mantinha-se numa posição muito importante, sobretudo na pauta de exportações do país. Em 1974, apesar da queda dos preços, o açúcar voltou a ocupar a primeira posição dentre os produtos de exportação do Brasil (SZMECSÁNYI, 1979), perdendo este posto em 1975 em decorrência da redução dos preços no mercado internacional, mas, “parece inegável que o açúcar continuará sendo um dos principais produtos de exportação do País nos próximos anos” (IBID, p. 44).

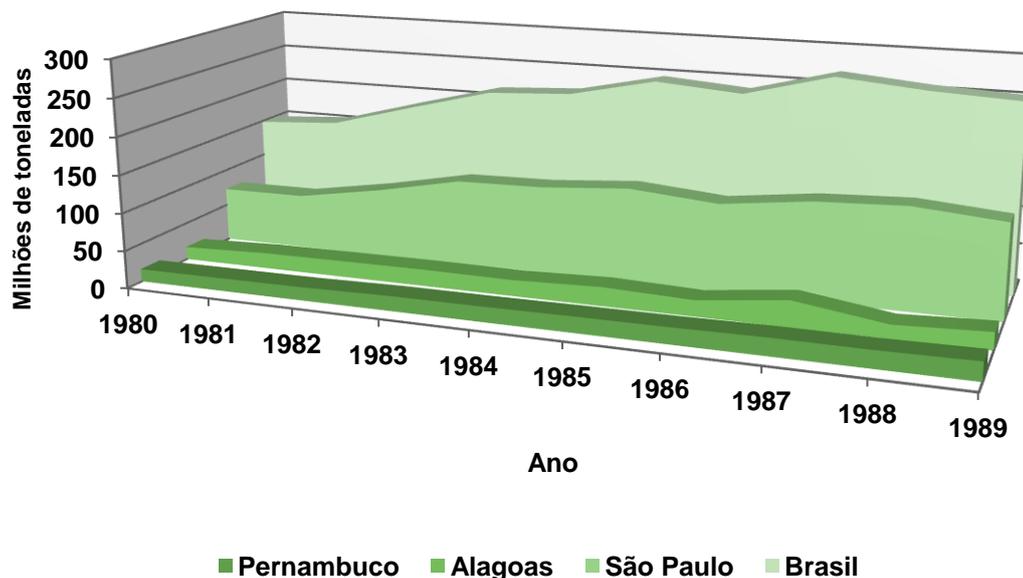
⁵² Regionalmente destacava-se a produção açucareira da Zona da Mata Pernambucana e Alagoana que, em 1975, representava 88% do total da produção nordestina (MELO, 1975).

Na safra de 1980-81 a produção de açúcar atingiu 135.005.000 de sacos de 60 kg, havendo um aumento de 126.000.410 sacos, o que representa um acréscimo de 2.680.859 sacos por ano, ou 29,1%, o que, conforme Dé Carli (1982) é uma ocorrência sem precedente no mundo açucareiro.

Há uma grande expansão do setor no período entre 1964 e 1980-81. Em 1964-65 a produção de açúcar atingiu 59.421.844 sacos, durante os dezesseis anos seguintes a expansão foi de 75.583.156 sacos, isto é, uma média anual de 4.723.947 sacos (DÉ CARLI, 1982).

É evidente neste período a perda da posição dominante de Pernambuco no subsetor sucroalcooleiro nacional e mesmo regional. Segundo Andrade, M. (1988), o estado pernambucano só mantém-se como líder até o início da década de 1950, a partir de então é suplantado por São Paulo, que na safra de 1984-85 já detinha 61,61% da cota de produção nacional. Regionalmente houve um maior dinamismo da economia açucareira do estado de Alagoas que passou a aproveitar os tabuleiros para cultura de cana e apresentou uma maior demanda de projetos visando à ampliação da capacidade industrial das usinas, bem como a implantação de novas destilarias (IBID), neste contexto, ao longo da década de 1980 observa-se que Pernambuco perdeu sua antiga posição de liderança na produção açucareira do país frente a São Paulo e outros estados, e da região frente a Alagoas. (**Gráfico 1**).

Gráfico 1 - Evolução da produção açucareira, áreas selecionadas - 1980-1989



FONTE: Anuário Estatístico do Brasil, IBGE, 1981; 1983; 1984; 1985; 1987-1988; 1989; 1990; 1991.

Logo no início da década de 1990, após várias reivindicações, sobretudo dos produtores da região sudeste, foi declarada a extinção do Instituto do Açúcar e do Alcool⁵³. O setor sucroalcooleiro iniciou então um processo de desregulamentação, que teve como resultado direto o aumento das exportações, principalmente por parte do Centro-Sul, que ultrapassou o Norte/Nordeste neste aspecto (CAMELINI, 2008). Desde o final dos anos 1990 o subsetor vem sofrendo grandes mutações focadas sobretudo em seu planejamento estratégico.

A desregulamentação por que passava o setor teve também como consequência a incorporação de unidades em dificuldades financeiras e operacionais por grupos nacionais e internacionais com condições para promover a modernização do setor, o que acarretou a redução da oferta de empregos.

A indústria sucroalcooleira nacional passou então a ser exposta ao capital estrangeiro que buscava investir no setor, principalmente alcooleiro, em virtude do aumento do preço e da previsão de escassez do petróleo.

Os períodos de seca na região nordestina nas safras de 1993-94 e 1998-99 reduziram sensivelmente a safra, aliado a este fator há grande dificuldade em competir com a produção do Centro-Sul, sobretudo paulista, em decorrência da extinção do IAA e da política de subsídios por parte do governo federal. (ANDRADE, M., 2001). A safra de 1998-99 foi também prejudicada pela “crise financeira que atingiu o setor, ligado que está à crise nacional, dependente da política recessiva governamental” (IBID, p. 274), o que acarretou o fechamento de algumas usinas⁵⁴, ou a venda delas para grupos de outras áreas e a sua transferência para o Sudeste, principalmente para Minas Gerais, e para o Centro- Oeste (IBID).

No que se refere à indústria sucroalcooleira pernambucana, Andrade, M., (2001) considera que a mesma permaneceu isolada dos capitais do Sudeste e do exterior até o início do século XXI, quando o estado passou a sofrer com duas crises, uma de âmbito econômico e outra de cunho natural. Economicamente o autor aponta o fechamento sucessivo de usinas e de destilarias que encerraram suas atividades em virtude do grupo econômico controlador não ter disponibilidade de

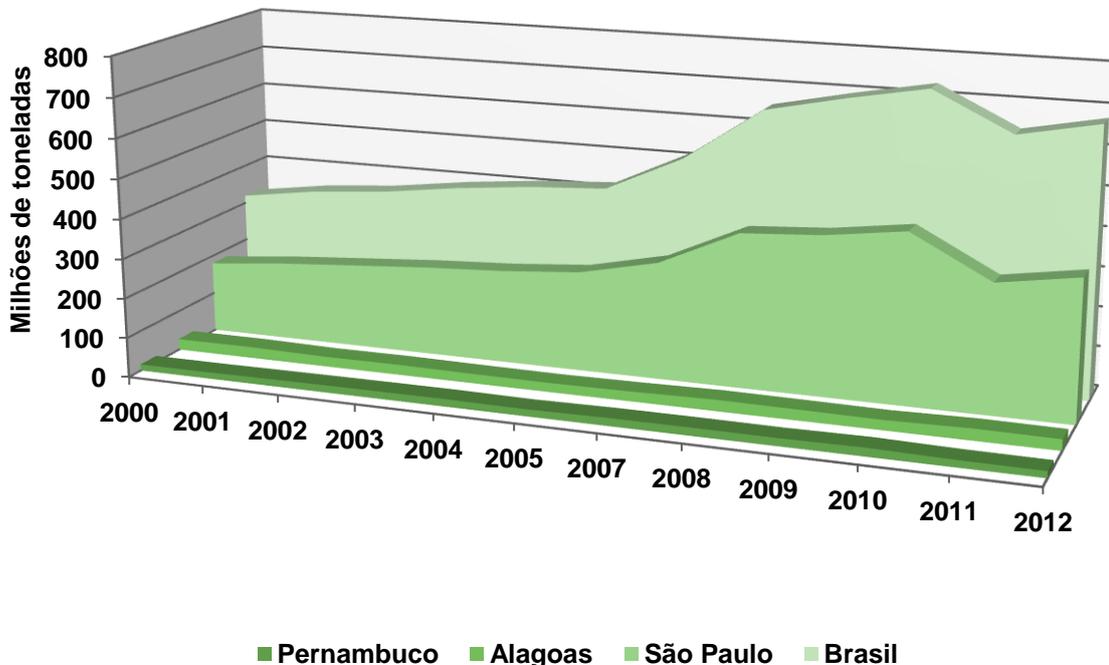
⁵³ O IAA teve sua extinção preconizada outras vezes, sendo considerado como um produto do regime político de Getúlio Vargas (OLIVEIRA, 1968, p. 40 apud SZMECSÁNYI, 1979), os usineiros de São Paulo eram os principais interessados no fim do Instituto, pois sem a intervenção estatal poderiam expandir sua capacidade e os seus níveis de produção para além dos limites estaduais e regionais (GNACCARINI, 1972 apud SZMECSÁNYI, 1979).

⁵⁴ É o caso da Usina Central Barreiros, em Pernambuco, decretada “massa falida” pela Justiça, em outubro de 1997 (ANDRADE, Y., 2007)

créditos ou devido à previsão de crise e consequente transferência de investimentos para outros setores econômicos ou para o próprio subsetor nos estados do Centro-Oeste, principalmente. Aliado a estes fatores deve-se incluir também a concorrência com a produção do estado de São Paulo e a política de restrições de crédito que tem prejudicado o desenvolvimento das empresas nordestinas (IBID). Quanto ao aspecto natural, Andrade, M., (2001) aponta a ocorrência de secas na região produtora da Zona da Mata do estado e a consequente redução dos contingentes de produção de cana do estado, no qual, mais de 50 municípios possuem a cana como principal fonte de renda da população (CUNHA, 2003).

Em meados da década de 1980, Pernambuco produzia em torno de 20 milhões de toneladas de canas, chegando a mais de 24 milhões de toneladas na safra de 1989 (**Gráfico 1**). Na safra 2003, o estado esmagou 18.521.792 milhões de toneladas, valor muito baixo em comparação a outras áreas (**Gráfico 2**). A perda é significativa, equivalendo à produção a 76,85% daquela realizada em 1989.

Gráfico 2 - Evolução da produção açucareira, áreas selecionadas - 2000-2012*



*Não foram obtidos dados referentes ao ano de 2006.

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil, IBGE, 2000; 2001; 2002; 2003; 2004; 2005; 2007; 2008; 2009; 2010; 2011; 2012.

Os estados do Centro-Oeste e Minas Gerais no período entre as safras de 1998-99 e 2002-03 procuraram aumentar sua produção de cana-de-açúcar em virtude de disporem ainda de áreas planas para a cultura, o que confirma a forte retração da produção açucareira pernambucana frente a outros estados (**Tabela 2**), visto que o crescimento de outros estados a exemplo de Minas Gerais e do Mato Grosso do Sul vem dando-se de modo sustentado, além de contarem com tradição agrícola e disponibilidade de terras agricultáveis (CUNHA, 2003).

Tabela 2 – Principais estados brasileiros produtores de açúcar - 2012

Posição	Estado	Produção (ton.)
1 ^a	São Paulo	355.392.473
2 ^a	Minas Gerais	70.521.498
3 ^a	Goiás	58.348.797
4 ^a	Paraná	49.840.396
5 ^a	Mato Grosso do Sul	38.600.100
6 ^a	Alagoas	27.734.681
7 ^a	Mato Grosso	16.665.399
8^a	Pernambuco	16.655.848
9 ^a	Bahia	8.419.822
10 ^a	Paraíba	5.869.640
11 ^a	Rio de Janeiro	5.692.869
12 ^a	Espírito Santo	4.650.742
13 ^a	Rio Grande do Norte	4.267.958
14 ^a	Sergipe	3.319.381
15 ^a	Maranhão	3.011.709
16 ^a	Ceará	1.996.789
17 ^a	Tocantins	1.250.897
18 ^a	Rio Grande do Sul	981.594
19 ^a	Piauí	804.137
20 ^a	Pará	750.378
21 ^a	Amazonas	239.541
	TOTAL	675.014.649

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil, IBGE, 2012.

Para Pernambuco fazer frente aos novos competidores uma possibilidade seria a otimização das terras do submédio São Francisco e do sertão por meio de canais de irrigação a partir da barragem de Sobradinho (Projeto Sertão Pernambucano), o que se torna viável por se tratarem de terras planas, com boa luminosidade e fertilidade necessitando apenas da irrigação (IBID).

A cana-de-açúcar é integrante atualmente de um importante agronegócio, colocando o Brasil como representante de cerca de 18% da produção mundial de açúcar e movimentando internamente R\$ 36 bilhões por ano (3,5% do PIB em 2005). As exportações do produto equivaliam em 2005 a cerca de US\$ 3.300 bilhões (IBID).

Frente à necessidade de adaptação ao livre mercado, desde a extinção do IAA, o setor tem se apresentado amadurecido e visando equacionar as relações entre acionistas e gestores empresariais. Os resultados do setor encontram-se baseados em pesquisas genéticas, sistemas de mecanização adaptados à topografia do terreno, irrigação, manejos de solos, drenagens, fermentação, bioeletricidade e na capacitação industrial e comercial, inclusive varejista, além do investimento em informática e novas tecnologias (IBID).

Em Pernambuco

o setor sucroalcooleiro [...] – apesar das fortes dificuldades pertinentes a clima e solo e relativas à agricultura em relevo acidentado, e da ausência de contrapartida da parte do governo federal para promover a uniformização de competitividade, vis-à-vis os custos do Centro-Sul – está contribuindo com, no mínimo, 15% de todos os empregos gerados pelo setor no País e, conjuntamente com o restante do Nordeste, com aproximadamente 18% da produção nacional. Acrescente-se a isso a vantagem de o ciclo de produção do Nordeste ocorrer em época complementar ao do Sul, possibilitando o fornecimento contínuo, ao país e ao Mundo, de nossos produtos finais (IBID, s. p.).

Um dos grandes problemas do subsetor é ainda o modelo concentrador de infraestrutura em âmbito federal, o que aprofunda as distorções e aumenta as disparidades regionais entre o Norte/Nordeste e o Centro-Sul, cuja produção desta região do país que vem crescendo de modo muito acentuado, saltando de 145 milhões de toneladas na safra 1983-84 para cerca de 330 milhões de toneladas na safra 2004-05, ou seja, um crescimento de mais de 120%, em 20 anos (CUNHA, 2005). No mesmo período, o crescimento da produção de cana-de-açúcar no Nordeste foi de apenas 18%.

A estimativa para safra 2012-13 em Pernambuco, segundo maior produtor do Nordeste, apontava para a produção de 1.367.419 toneladas de açúcar e de cerca de 290 milhões de litros de etanol (IBID).

Conforme o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2012), o Brasil é atualmente responsável por mais da metade do açúcar comercializado no mundo, devendo “alcançar taxa média de aumento da produção de 3,25%, até 2018-19, e colher 47,34 milhões de toneladas do produto, o que corresponde a um acréscimo de 14,6 milhões de toneladas em relação ao período 2007-08. Para as exportações, o volume previsto para 2019 é de 32,6 milhões de toneladas” (s.p.). Quanto ao etanol, a produção do país projetada para 2019 é de 58,8 bilhões de litros, mais que o dobro da registrada em 2008, enquanto que o consumo interno está projetado em 50 bilhões de litros, restando, desta forma, 8,8 bilhões de litros para exportação (IBID).

2. ASPECTOS DE ECONOMIA E URBANIZAÇÃO

O processo de urbanização causa os mais diferentes impactos não só em termos ambientais, incluindo a degradação do espaço natural a exemplo de práticas de desflorestamento para as instalações humanas e posterior intensificação daquela por meio da poluição; mas também em termos culturais com a chegada de novos costumes ao espaço urbano promovendo uma maior intensificação da diversidade que caracteriza quase que naturalmente as zonas urbanas; e socioeconômicos, estes, que promovem acentuadas modificações na cidade interferindo em sua posição frente aos núcleos urbanos vizinhos quanto ao poder de atração demográfico decorrente dos serviços por ela oferecidos. Tais impactos podem, no mínimo, ser observados sob duas perspectivas: a da nova população imigrante e a da própria cidade, a população natural.

Dentre os diferentes impulsos da urbanização, procurar-se-á no presente capítulo abordá-los sob a ótica socioeconômica e os seus reflexos sob o ritmo de crescimento das cidades brasileiras e sob a população que as habita.

Objetivando estruturar as bases para a compreensão do quadro socioeconômico do município de Barreiros no decorrer do desenvolvimento de sua principal atividade econômica, a indústria sucroalcooleira considerada aqui como marco a Usina Central Barreiros serão analisados os aspectos da urbanização na escala espaço-temporal brasileira desde o período colonial até os dias atuais, dada a importância da compreensão numa escala macro do processo que remonta desde sua origem até as mais importantes transformações decorrentes de mudanças na estrutura econômica do país; na escala espacial da região Nordeste, onde será apresentado um panorama da urbanização da região com algumas de suas peculiaridades que irão explicar o atual quadro urbano regional e, por fim, será trazida uma análise dos aspectos do processo urbano na zona da mata pernambucana, fortemente dominada pela agroindústria açucareira principalmente em sua porção meridional, que servirá de subsídio para a posterior apresentação das particularidades do quadro urbano do município objeto de estudo.

2.1 A ECONOMIA E A URBANIZAÇÃO NO BRASIL

A maneira como se deu o processo de exploração econômica do território brasileiro ao longo do período colonial imprimiu profundas marcas no país. Segundo Frank (1966), a história brasileira é talvez o caso mais intenso de desenvolvimento do subdesenvolvimento tanto em escala nacional quanto regional. A expansão da economia mundial a partir do século XVI transformou sucessivamente o Nordeste, o interior de Minas Gerais, o Norte e o Centro-Sul (principalmente Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná) em economias voltadas para a exportação e incorporadas à estrutura do sistema capitalista em âmbito mundial. Em determinados momentos da história cada uma dessas regiões passou por uma aparente fase de desenvolvimento, aparente por se tratar de um desenvolvimento satelizado, dependente, que não era capaz de se autogerar e se autossustentar, tanto que à proporção que o mercado ou a produtividade das regiões Nordeste, do interior mineiro e do Norte do país passou a atrair menos interesse econômico interno e externo elas passaram a ser relegadas a desenvolver o subdesenvolvimento.

Uma hipótese relevante proveniente desta estrutura metrópole-satélite é que as regiões mais subdesenvolvidas atualmente e aparentemente feudais são aquelas que tiveram as ligações mais estreitas com a metrópole, foram exportadoras de produtos primários para elas e posteriormente abandonadas quando os negócios que as uniam entravam em declínio. Esta suposição contradiz a tese aceita de que o subdesenvolvimento de uma área é fruto de seu isolamento e da existência de instituições pré-capitalistas (IBID).

Tal hipótese pode ser facilmente confirmada pelo antagonismo entre o período anterior de superdesenvolvimento e o posterior de “ultra-subdesenvolvimento” (IBID) existente nas antigas áreas exportadoras de açúcar, a exemplo das Índias Ocidentais e do Nordeste brasileiro que forneceram a energia para o desenvolvimento mercantil e industrial de suas metrópoles já participando do desenvolvimento do sistema capitalista mundial, que proveu (ou condenou) aquelas regiões em suas fases de maior prosperidade a uma estrutura comum de subdesenvolvimento de uma economia capitalista de exportação. Quando há o recuo ou até o desaparecimento do mercado consumidor do açúcar produzido nessas regiões a metrópole as abandona sob uma estrutura econômica, social e política já consolidada que impelia a geração de desenvolvimento econômico

autônomo, restando para elas a única alternativa de voltarem-se para si mesmas e de declinarem no ultra-subdesenvolvimento (IBID).

Essas características de instalação e desenvolvimento do sistema capitalista no Brasil repercutiram claramente no processo de urbanização do país. Inicialmente o colonizador selecionou os locais sobre os quais se instalariam os primeiros núcleos urbanos, em seguida tais núcleos, em sua maioria, consolidaram-se como os mais importantes do país e, conseqüentemente, como aqueles nos quais as relações capitalistas de produção em âmbito nacional e posteriormente internacional viriam a ser estabelecidos com maior intensidade.

A dinâmica econômica díspar dentro de um território tão extenso não foi capaz – dificilmente seria – de promover um processo de urbanização, regional e local equitativo e constante ao longo da história nacional. As diversas regiões do país conheceram e ainda conhecem ritmos de urbanização muito diferenciados. Em escala intrarregional o processo também não é menos desigual.

Visando compreender melhor como se deu a urbanização no contexto nacional, foram considerados quatro diferentes períodos de análise⁵⁵: o período colonial, quando são instalados os mais antigos núcleos urbanos do país, a maioria de caráter mais administrativo do que econômico; o período imperial que, apesar de relativamente curto (1822-1889), foi responsável direta ou indiretamente por importantes alterações nas cidades brasileiras; a fase compreendida entre a proclamação da república e a década de 1980, quando a economia altera-se profundamente abandonando o modelo agrário-exportador e tornando-se cada vez mais industrial e urbana; e o processo de urbanização posterior a 1980, quando o país se insere na economia globalizada e as cidades ganham cada vez mais importância consolidando-se como centros econômicos e de gestão, ampliando sua influência para áreas cada vez maiores ao mesmo tempo em que se deparam com o agravamento de seus problemas sociais internos, em parte conseqüência dessa nova função urbana de lócus da prosperidade.

⁵⁵ Santos (1994) considera três períodos: a urbanização aglomerada (aumento do número e da população respectiva dos núcleos com mais de 20.000 habitantes); a urbanização concentrada (multiplicação de cidades de tamanho intermédio) e a metropolização (aumento considerável do número de cidades médias em torno de meio milhão de habitantes). Fernandes e Negreiros (2004), considerando os impactos das mudanças socioeconômicas sob o espaço urbano, dividem o processo em três períodos: Colonial, da Independência até 1980 e Após 1980.

2.1.1 O Período Colonial

Tratava-se [a criação urbana brasileira ao longo do período colonial] muito mais da geração de cidades, que mesmo de um processo de urbanização. Subordinado a uma economia natural, as relações entre lugares eram fracas, inconstantes, num país com tão grandes dimensões territoriais. Mesmo assim, a expansão da agricultura comercial e a exploração mineral foram a base de um povoamento e uma criação de riquezas redundando na ampliação da vida de relações e no surgimento de cidades no litoral e no interior (SANTOS, 1994, p. 20).

A colonização portuguesa no Brasil escolheu as planícies e os terraços litorâneos próximos às baías e enseadas para a implantação dos primeiros núcleos urbanos, o que era necessário para o sistema econômico de base agrícola e voltado para o mercado externo que viria a ser implantado mais eficazmente a partir de 1530 (SCARLATO, 2009). As aglomerações urbanas deste período tinham basicamente a função de porto comercial e/ou de defesa militar. Os sítios selecionados favoreciam a ligação com as zonas de produção agrícola ao mesmo tempo em que garantiam a instalação de bases militares para manutenção da posse da colônia. As exceções foram São Paulo, ainda no início do período colonial, Curitiba, no século XVII, e os núcleos urbanos do ciclo da mineração no século XVIII que promoveram o deslocamento do eixo de ocupação para o interior brasileiro.

As condições naturais existentes no Brasil foram de grande relevância para a instalação das atividades agrícolas e para a fundação de vilas e cidades⁵⁶. Merece destaque a planície litorânea nordestina que, associada ao clima tropical, permitiu a instalação e o sucesso da economia e da sociedade canavieira especificamente nas

⁵⁶ De acordo Abreu (1997 apud TEIXEIRA, 2003), a diferenciação entre vila e cidade no período colonial é em sua essência jurídica, não hierárquica. O termo vila se refere a uma localidade que constitui o centro de uma jurisdição territorial, a sede do município, sendo composto por um governo local, o senado da câmara com a casa de câmara e o pelourinho na praça central (BLUTEAU, 2000 apud TEIXEIRA, 2003). O termo, de dimensão político-administrativa, denominava então, uma pequena comunidade urbana dotada de relativa autonomia política na esfera municipal. A cidade, por sua vez, era o mais alto nível hierárquico de uma aglomeração, apresentava praticamente as mesmas características da vila, sendo que sua maior diferenciação dava-se pela fundação: os donatários e outras autoridades tinham o direito concedido pela Coroa de fundar apenas vilas, as cidades só podiam ser fundadas pela Coroa, além disso, as mesmas tinham um estatuto próprio e sua fundação era dada em terras subordinadas diretamente ao rei. Somente a cidade poderia ser sede de alguma arquidiocese. Apesar das diferentes denominações empregadas, povoação, vila e cidade não se diferenciavam necessariamente quanto ao nível de desenvolvimento ou de crescimento urbano, tais aglomerações, com poucas exceções, eram muito limitadas, tanto que, localidades com o título de cidade eram bastante precárias (TEIXEIRA, 2003). Conforme Oliveira (1982 apud FERNANDES e NEGREIROS, 2004) as cidades e vilas coloniais eram lugares não-produtivos que mantinham-se articulados aos diferentes sistemas econômicos regionais baseados em ciclos, a estes sistemas regionais, as aglomerações ofereciam apenas suporte quanto à administração e à exportação de seus produtos.

áreas da Zona da Mata e do Recôncavo Baiano⁵⁷. O latifúndio, a casa grande e o engenho foram as bases territoriais da ocupação brasileira e durante muito tempo os locais onde se alicerçou de modo efetivo o poder econômico e político na colônia (SCARLATO, 2009).

As cidades brasileiras do período colonial configuravam-se como meros prolongamentos da economia rural. A ausência de uma burguesia urbana permitiu o poder da oligarquia rural, controladora da câmara municipal e do exercício das funções mais importantes. Os centros urbanos eram os locais onde se formalizavam juridicamente os atos praticados no latifúndio, assim, vilas e cidades eram o fórum de direito do poder político que, de fato, era exercido pelo senhor de engenho (IBID).

O local de residência das famílias mais importantes, dos seus agregados e de seus escravos era o campo. O deslocamento para as aglomerações urbanas dava-se apenas em períodos de festejos e solenidades. As vilas e cidades eram habitadas em sua maioria por funcionários da administração municipal, oficiais portugueses, artesãos e comerciantes. Este tipo de relação entre a oligarquia agrária e os centros urbanos permaneceria até a independência (IBID).

Inicialmente, a colonização manteve-se restrita à costa. Era proibida a penetração e a instalação de núcleos urbanos no interior sem permissão da Coroa⁵⁸. Com a crise da agricultura no final do século XVII e a expansão da mineração do ouro e da prata no século XVIII houve uma maior permissão para a instalação de núcleos urbanos no interior. Neste período foram fundadas Vila Boa (atual cidade de Goiás), Vila Rica (atual Ouro Preto) e Cuiabá e Campinas foi elevada a categoria de vila (IBID).

A fundação de vilas e cidades no interior foi muito descontínua, dependente do povoamento relativo às oscilações do mercado externo, do esgotamento dos recursos ou da concorrência com outros produtos. À medida que um novo produto orientava e incitava a economia exportadora, as áreas onde ocorria sua produção eram estimuladas e rapidamente povoadas, recuando posteriormente, permanecendo com uma produção econômica restrita e fixando uma população que sobrevivia da economia de subsistência, a exemplo de Ouro Preto (SCARLATO, 2009). Pelo contrário, as grandes cidades, principalmente as portuárias,

⁵⁷ Cf. Santos (1994) Salvador foi responsável pelo comando da primeira rede urbana das Américas.

⁵⁸ Na colonização espanhola, pelo contrário, as cidades fundadas nas áreas de mineração eram o centro de residência dos fidalgos hispano-americanos e evitou-se a fundação de cidades na faixa litorânea (SCARLATO, 2009).

apresentavam um crescimento contínuo visto que serviam como via de exportação de pequenos centros regionais nos quais a estagnação de um era compensada pelo dinamismo do outro. Exemplo claro é a cidade do Rio de Janeiro que se beneficiou da exportação do ouro e posteriormente do café e o Recife que, apesar do declínio da economia agroexportadora açucareira, encontrou no algodão uma maneira de diversificar suas exportações (SIMONSEN, 1957 apud SINGER, 1974).

No período colonial, portanto, já se esboçavam no território brasileiro algumas redes urbanas encabeçadas por centros regionais fundados pela Coroa em sítios privilegiados e que se transformariam em verdadeiros polos articulados entre si e complementados por núcleos de menor importância (vilas) espalhados pelas capitanias e fundados pelos donatários (SCARLATO, 2009).

Ao término do século XVIII, Salvador permanecia como a maior cidade da colônia com 50 mil habitantes, seguido pelo Rio de Janeiro, elevado à capital colonial, com 40 mil pessoas e por Vila Rica, em terceiro lugar, com 30 mil habitantes, já em decadência com o declínio da mineração e a consequente emigração populacional (IBID). O Recife ao iniciar o século XIX já contava com 25.000 habitantes apresentando um crescimento natural superior a 100% entre 1709 e 1809 (SINGER, 1974).

A partir do século XIX as antigas cidades litorâneas voltam a crescer com a retomada do dinamismo do setor agrário. A cana-de-açúcar fez com que Salvador e Recife voltassem a crescer colocando-se, em número de habitantes como a segunda e a terceira maior cidade, respectivamente. O Rio de Janeiro torna-se a cidade mais populosa (SCARLATO, 2009). Do ponto de vista do comércio com a Grã-Bretanha, o Recife era a principal praça comercial brasileira no período, ocupando a terceira posição entre as cidades portuárias do Brasil, sendo suplantado apenas pelo Rio de Janeiro e por Salvador, primeira e segunda posição, respectivamente. Nos anos de 1805, 1815, 1818 e 1819, graças à retomada das exportações de açúcar e do contínuo crescimento da exportação de algodão a cidade ocupou o primeiro lugar neste ranking (SIMONSEN, 1957, apud SINGER, 1974).

É somente a partir do século XVIII que a urbanização se desenvolve (SANTOS 1994), atingindo sua plena expansão no século XIX (BASTIDE, 1978 apud SANTOS, 1994) e depois de mais um século adquirindo as características atuais.

2.1.2 O Período Imperial

No século XIX houve um acentuado crescimento urbano acompanhado por importantes transformações na dimensão espacial e no perfil arquitetônico das cidades do país. A partir da segunda metade do século as principais cidades começaram a receber muitas benfeitorias “como a implantação de sistema hidráulico, de iluminação, de transporte coletivo com tração animal e redes de esgoto até planos urbanísticos de logradouros públicos, praças e vias arborizadas” (SCARLATO, 2009, p. 419).

O século XIX registrou também um surto de fundação de novas vilas e cidades no interior das diferentes regiões. A independência do país e o poder nas mãos das antigas oligarquias agrárias, além da permanência da economia de caráter agrário-exportador, incentivada mais ainda pela Revolução Industrial na Europa e a consequente demanda por novas matérias-primas no mercado mundial, levou o Estado brasileiro a estabilizar suas fronteiras consolidando as conquistas territoriais além do limite de Tordesilhas (SCARLATO, 2009).

A exploração do látex na Amazônia, do café no Centro-Sul e o estímulo à colonização europeia na região Sul marcaram a fundação de importantes cidades nessas regiões. No Nordeste, novas cidades surgiram a partir da expansão da criação e do comércio de gado e de algumas produções agrícolas nas ilhas de umidade do sertão, os brejos de altitude. A partir de Salvador e do Recife deu-se a conquista e a urbanização do sertão. Fatores econômicos e políticos foram os estímulos para a fundação de novas cidades, ao passo que o sítio e a situação determinaram a localização para a implantação e o crescimento dos novos centros urbanos (IBID).

O crescimento econômico do século XIX e também do início do século XX foi baseado ainda na exportação de bens agrícolas, a exemplo do açúcar que teve sua demanda retomada no mercado externo e do café que surgiu como importante produto na pauta de exportações do Brasil. O surgimento de novas cidades, apesar da grande quantidade, deu-se num ritmo lento, assim como o crescimento populacional das cidades já existentes. A população brasileira mostrava-se predominantemente rural (IBID).

Conforme Prado Júnior (1979 apud SCARLATO, 2009) em 1872 apenas 10% da população do país era urbana e concentrava-se em cinco cidades: Rio de

Janeiro, Salvador, Recife, São Luís do Maranhão e São Paulo que já respondiam por 162.450 habitantes (SANTOS, 1994). As vilas concentravam somente 5,7% da população urbana composta por 2.850.000 pessoas. Quase trinta anos depois, em 1900, conforme cálculos aproximados com base nos censos anteriores, a população urbana respondia por pouco mais de 10% do contingente demográfico nacional. (SCARLATO, 2009).

A taxa de urbanização tão reduzida pode ser explicada pela expansão econômica da sociedade agroexportadora que reproduzia as relações sociais de trabalho e promoviam a fixação da população no campo. Ao longo do período em que foi predominante a mão de obra escrava e a incipiente industrialização, as cidades não foram capazes de atrair população, fato que se manteve apesar do surgimento de novas aglomerações urbanas (IBID).

Somente a partir do final do século XIX com as transformações ocorridas no cenário político e nacional do país, a exemplo da introdução do trabalho livre e assalariado, foi possível uma nova orientação quanto à ocupação do território. À medida que o mercado externo ia se expandindo para os produtos brasileiros, com destaque para o café, foi possível a conquista de regiões interioranas do país e o fortalecimento das bases sociais do trabalho livre associadas ao cultivo, o que incentivou o crescimento das cidades. À proporção que se consolidava o trabalho assalariado os mercados urbanos desenvolviam-se e as cidades passavam a abrigar cada vez mais trabalhadores empregados nos setor terciário estimulado pela maneira empresarial como os novos fazendeiros organizaram a economia (SCARLATO, 2009).

A nova situação do trabalhador, agora assalariado e responsável por sua subsistência, demandava que ele buscasse na cidade os gêneros para seu provimento e a sua habitação. A cidade representava também para a população, até pouco tempo escrava, o lócus das novas oportunidades vindas com as novas relações de trabalho, agora mais capitalistas. Os aglomerados urbanos cresceram, sobretudo aqueles situados nas áreas onde as mudanças nas relações trabalhistas foram mais significativas, neste sentido destaca-se a região sudeste, com maior ênfase para as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. Em resumo, do

segundo Império até o final da República Velha, com a notável expansão da economia cafeeira e com o primeiro e expressivo surto

de industrialização, ampliaram-se as relações mercantis entre as diferentes regiões brasileiras, até então meros arquipélagos regionais [...] fundamentalmente articulados em torno das atividades agrícolas, [que] apresentavam um sistema de cidades polarizado pelas capitais, formando uma embrionária rede urbana, basicamente litorânea. As capitais centralizavam os principais serviços públicos, a intermediação comercial e financeira das atividades econômicas regionais, em particular aquelas ligadas à exportação e importação. No início do século XX, as cidades mais importantes eram: Belém e Manaus, na Região Norte do País; Salvador, Recife e Fortaleza, no Nordeste; Porto Alegre e Curitiba no Sul. Apenas Cuiabá, no Centro-Oeste, fugia à tendência litorânea. Na região Sudeste, o Rio de Janeiro, capital da República e São Paulo sofriam o impacto demográfico da expansão da economia cafeeira e da incipiente industrialização. Nessas duas últimas residiam mais de 50% da população de todas as capitais dos estados da federação (BRITO, 2006, p.221).

2.1.3 Da Proclamação da República a 1980

Do fim do período colonial até o final do século XIX o índice de urbanização brasileiro pouco se alterou. Como fenômeno relevante para a consolidação das relações capitalistas, o processo só teve início com a substituição da produção agroexportadora pela industrial, da minimização da incompatibilidade campo-cidade e da efetiva integração do mercado interno (FERNANDES e NEGREIROS, 2004). Nestes termos a urbanização é muito recente, inicia-se apenas no século XX.

A taxa de urbanização do país, segundo Villela e Suzigan (1973, apud SANTOS, 1994) cresceu menos de 4% entre 1890 e 1920⁵⁹, aumentando de 6,85% para 10,7%, mas, em apenas vinte anos (1920-1940) essa taxa triplicou, chegando a 31,24%. A população residente nas cidades passou de 4.552.000 pessoas, em 1920, para 6.208.699, em 1940 (IBID).

O primeiro momento do processo de urbanização nacional a partir da proclamação da República se estendeu até a década de 30, quando novas condições políticas e organizacionais permitiram que a industrialização⁶⁰

⁵⁹ Segundo Brito (2006), em 1920 o país contava com uma população total de apenas 27,5 milhões de pessoas e com somente 74 cidades com contingente demográfico acima de 20 mil habitantes que juntas contabilizavam 4,6 milhões de pessoas (17% da população total brasileira). O Sudeste já apresentava indícios de se tornar a região mais urbanizada do país, nesta época, a região abrigava metade da população urbana nacional.

⁶⁰ Conforme Santos (1994), "o termo **industrialização** não pode ser tomado, aqui, em seu sentido estrito, isto é, como criação de atividades industriais nos lugares, mas em sua mais ampla significação, como processo social complexo, que tanto inclui a formação de um mercado nacional, quanto os esforços de equipamento do território para torná-lo integrado, como a expansão do consumo em formas diversas, o que impulsiona a vida de relações (leia-se terciarização) e ativa o

conhecesse, de um lado, uma nova impulsão, vinda do poder público e, de outro, começasse a permitir que o mercado interno ganhasse um papel que se mostraria crescente na elaboração de uma nova lógica econômica e territorial para o país.

O surto de industrialização vivido pelo Brasil no período pós Guerra provocou um impacto muito forte na estrutura tradicional da rede urbana nacional, levando a grandes distorções e exigindo uma maior integração da rede de cidades⁶¹. As distorções são claramente observadas no desequilíbrio entre as grandes metrópoles e os centros secundários à medida que as primeiras concentram grande parte, se não todas, as funções urbanas em detrimento dos demais centros menores. Da mesma forma, áreas de grande extensão do território nacional permanecem ainda desocupadas e/ou sem núcleos de apoio à economia local. O processo de transformação funcional e estrutural engendrado a partir de então exigiu que a grande maioria das cidades do país redefinisse seus papéis na rede urbana e, conseqüentemente, se renovassem para poder cumpri-los (BNB, 1981).

Neste processo de urbanização, observado em grande parte dos países subdesenvolvidos decorrente da industrialização tardia da periferia, o poder de atração dos polos industriais sobre o grande contingente de mão de obra expulsa do

próprio processo de urbanização. Essa nova base econômica ultrapassa o nível regional, passa a situar-se na escala do País; por isso a partir daí uma urbanização cada vez mais envolvente e mais presente no território dá-se com o crescimento sustentado das cidades médias e maiores, incluídas, naturalmente, as capitais de estados” (p. 27, grifo do autor).

⁶¹ De acordo a CEPAL (1963), entre 1945-1960 a industrialização na América Latina foi mais um dos fatores vinculados ao crescimento célere das grandes cidades. Conforme o estudo, o crescimento urbano, sobretudo das grandes cidades principais, foi precedente à industrialização de forma que o aparecimento de setores sociais médios e de massas urbanas é bastante anterior à criação de estruturas produtivas mais modernas, assim, ao que parece, a expansão da indústria somente contribuiu para incentivar o crescimento já em curso caracterizado pela concentração populacional em grandes núcleos urbanos. Tal informação baseia-se nos índices de emprego industrial: em sete países latino-americanos: a proporção de trabalhadores industriais em 1950 era a terça ou quarta parte da população residente em cidades com 20 mil habitantes ou mais. Corroborando esta informação, Furtado (1965, pp. 282-3 apud GRACIARENA, 1967, p.177) afirma que “no Brasil, as indústrias absorveram pouca mão de obra, muito menos que a própria agricultura, especialmente a partir de 1950. Se se comparam os dados dos censos de 1950 e 1960 se comprova que a mão de obra ocupada na agricultura aumentou em mais de 4,5 milhões de pessoas, ao passo que as indústrias manufatureiras criaram apenas 434.000 empregos novos. No primeiro caso, a taxa de crescimento anual foi de 3,5% e no segundo de 2,8 apenas. **A urbanização resulta sobretudo do forte crescimento demográfico, da grande concentração na distribuição de renda, do aumento das atividades estatais, da forma em que a tecnologia agrícola poupa mão de obra, e de fatores sociológicos que atuam com particular intensidade nos países em que o nível de vida no campo e na cidade é muito díspar...** Assim, em números redondos, enquanto a população total crescia a 3,2% ao ano e a urbana a quase 6%, a produção agrícola aumentava em 4,5% e a manufatureira em 9%. Mas o que interessa assinalar aqui é que, enquanto a população urbana crescia a quase 6%, o emprego nas atividades manufatureiras crescia a menos de 3%. Dessa maneira, as grandes massas rurais que se iam acumulando nas cidades tinham que se acomodar em serviços ou sobreviver subempregadas nas conhecidas condições de miséria que caracterizam as grandes aglomerações urbanas do Brasil” (grifo meu).

campo, principalmente nas nações que receberam empresas multinacionais que aceleraram a transição de economias agroexportadoras para “semi-industrializadas” (FERREIRA, J., 2000), levou a partir dos anos 1960 a explosão de grandes polos urbanos nos países periféricos, tais polos, não receberam o fornecimento de moradias, infraestrutura e equipamentos urbanos suficientes para garantir a qualidade de vida da nova população. Em muitos casos esta ausência foi acompanhada por um baixo interesse do poder público em decorrência da abundância de mão de obra (com menor poder reivindicatório) e de seu envolvimento com as elites dominantes com interesse na manutenção dos baixos salários e do custo da mão de obra⁶². Este processo, chamado por Ferreira, J., (2000) de urbanização desigual, apresentou como resultado “gigantescas metrópoles industriais fordistas subdesenvolvidas, concentradoras da produção industrial e da massa de mão de obra disponível e marcadas pela divisão social do espaço [...]” (IBID, p.13).

A urbanização em curso fazia o país transitar de uma sociedade rural para uma industrial, mas de modo desigual, sendo mais intensa tal transição no Rio de Janeiro e em São Paulo. Resultante deste processo seria ainda a pouca participação da população urbana no conjunto da população total do país, apenas 36% em 1956 e 45% em 1960, cabe ressaltar o rápido incremento demográfico urbano de 9% em apenas quatro anos (IBID).

Apesar de na década de 1960 a população rural ainda responder por mais da metade do contingente demográfico do país, o crescimento da população urbana correspondeu a dois terços da ampliação demográfica nacional favorecida pelo êxodo rural e pelas migrações inter-regionais com destino principalmente a São Paulo, ao Rio de Janeiro e ao Paraná (CANO, 2011).

A desaceleração do crescimento demográfico rural mostrou-se muito mais acentuada em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, onde já apresentava números negativos entre 1960 e 1970, por sua vez, nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, tal redução foi menos intensa (IBID), conseqüentemente, tais regiões na década de 1980 apresentavam os menores índices de urbanização do país (**Tabela 3**).

⁶² Conforme Cano (2011), já entre as décadas de 1940 e 1950 houve um aumento de 1,5 milhão de empregos urbanos ao passo que na zona rural o aumento foi de apenas 0,5 milhão; entre as décadas seguintes 1950-1960, o incremento seria de 3,6 milhões e 2 milhões, respectivamente.

Tabela 3 – Taxa de urbanização (%), áreas selecionadas, 1940-2010

	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2007	2010
Brasil	31,24	36,16	44,67	55,92	67,59	75,59	81,23	83,48	84,36
Norte	27,75	31,49	37,38	45,13	51,65	59,05	69,83	76,43	73,53
Nordeste	23,42	26,4	33,89	41,81	50,46	60,65	69,04	71,76	73,13
Sudeste	39,42	47,55	57	72,68	82,81	88,02	90,52	92,03	92,95
Sul	27,73	29,5	37,1	44,27	62,41	74,12	80,94	82,9	84,93
Centro-Oeste	21,52	24,38	34,22	48,04	67,79	81,28	86,73	86,81	88,8

FONTE: Séries Estatísticas, IBGE, 2014.

A expansão do processo de urbanização e da rede urbana no Brasil deram-se com bastante intensidade durante o Desenvolvimentismo⁶³ favorecido, sobretudo, pela expansão da industrialização, bem como por uma maior intervenção do Estado na economia e organização territorial do país (FERNANDES e NEGREIROS, 2004). A nova fase econômica brasileira demandava um mercado interno maior e mais integrado, neste contexto as áreas urbanas eram fundamentais, naturalmente pela maior concentração demográfica que apresentam e conseqüentemente, por uma maior disponibilidade de renda em seu território, ao menos de forma teórica se considerarmos maior contingente populacional como sinônimo de maior renda disponível.

Em 1970 o Brasil já contava com quatro cidades de um milhão de habitantes, nove centros urbanos com população acima de 500 mil pessoas e 49 cidades com população entre 100 e 500 mil habitantes, porém, já concentrados na região Sudeste que detinha 62% da população urbana nacional residente em centros acima de 20 mil habitantes. São Paulo sozinho representava mais da metade da população urbana da região e apresentava uma taxa maior do que a das regiões Nordeste (19%) e Sul (13%). Neste mesmo período o país possuía nove regiões metropolitanas que concentravam 54% da população urbana nacional residente em cidades acima de 50 mil pessoas. O grau de urbanização passava de 50% e o crescimento da população urbana era muito superior ao da população rural, 5,4% contra 1,5%, respectivamente. Os centros médios e grandes ganharam mais importância impulsionada pelo crescimento vegetativo e pelo aumento do fluxo migratório campo-cidade (IBID).

⁶³ Segundo Fonseca (2004), o termo refere-se a um período da história política e econômica do Brasil geralmente associado aos governos a partir da década de 1950, a exemplo de Vargas e de JK, permanecendo também durante o governo militar instituído em 1964. O Desenvolvimentismo é composto por um “núcleo duro” (IBID, p.2) norteado pelo ideário positivista e representado pela defesa da industrialização, do intervencionismo pró-crescimento e do nacionalismo (IBID).

Visando adequar os espaços urbanos do país ao novo contexto, a política urbana nacional voltou-se para a expansão das infraestruturas de transporte e de comunicação e para a promoção de alguns programas redistributivos de renda, objetivando tornar tais áreas mais “atraentes” ao capital incentivando a expansão da classe média, a maior integração regional e a transferência de renda entre as regiões (IBID), ou seja, a nova política adotada procurava diminuir o grau de desigualdade regional, promovendo (ou consolidando) uma nova concentração, agora intrarregional, nos centros urbanos, sobretudo nas antigas cidades litorâneas fundadas no período colonial⁶⁴.

Em resumo, a partir da década de 1960 inicia-se no país uma fase de transição entre o crescimento da população total e da população urbana. Em números absolutos, entre as décadas de 1940-1950 e 1950-1960 a população urbana nacional cresceu num ritmo menor que o da população total, já na década de 1960-1970 os valores se aproximam e na década de 1970-1980 o processo de urbanização chega a um novo patamar tanto do ponto de vista quantitativo quanto qualitativo, como resultado o crescimento numérico da população urbana superou o da população total, tanto que na década de 1980, a população urbana do país multiplica-se por sete vezes e meia e a taxa de urbanização passa para 68,86%⁶⁵. Na década seguinte o processo de urbanização se consolida.

Num período de vinte anos (1960-1980), segundo Santos (1994), a população urbana brasileira aumentou de forma espetacular, recebendo um acréscimo de cerca de 50 milhões de pessoas, um aumento quase igual à população total do país em 1950. Num curto período de dez anos (1970-1980) é incorporada ao contingente de população urbana uma quantidade equivalente à população total urbana de 1960, aproximadamente 31.900.000 habitantes (IBID).

⁶⁴ Vale ressaltar, contudo, que a nova política urbana também promoveu a criação de cidades médias no interior do país, o que, de certo modo, levou a uma redução do desequilíbrio urbano e demográfico nacional (FERNANDES e NEGREIROS, 2004). Neste sentido merece destaque a criação de Brasília e a maior implantação de infraestrutura de transportes, comunicações e energia no Centro-Oeste, no oeste do Nordeste e no Norte, o que acarretou significativo crescimento dos centros urbanos fora da faixa litorânea associados à expansão da fronteira agrícola em direção ao interior com bases capital-intensivas (IBID).

⁶⁵ A realidade urbana nordestina mostra-se bastante diferenciada. Conforme Santos (1994), em 1940 a taxa de urbanização da região era de apenas 23%, aumentando para somente 26% em 1950. Em 1980, o Nordeste ainda se apresentava como a região menos urbanizada do país, com pouco mais da metade da sua população (50,44%) vivendo em cidades. Atualmente a região ainda configura-se como a menos urbanizada do país (IBGE, 2014). Para uma análise mais aprofundada sobre o ritmo de urbanização nas diversas regiões do país, ver Santos (1994).

2.1.4 Após 1980

Entre as décadas de 1980 e 1990, como resultado do processo de reestruturação econômica em curso, a urbanização brasileira manteve-se num nível acelerado⁶⁶ apresentando grande diversidade e heterogeneidade no território nacional destacando-se a interiorização do fenômeno urbano, a acelerada urbanização das áreas de fronteira econômica, o crescimento das cidades médias⁶⁷, a periferação dos centros urbanos e a formação e consolidação de aglomerações urbanas metropolitanas e não metropolitanas (IPEA, 2001).

Com o colapso do Desenvolvimentismo⁶⁸ a rede urbana sofreu algumas modificações: as cidades menores tornam-se locais visados para a instalação de atividades industriais que objetivavam fugir das deseconomias comuns nas áreas metropolitanas (consequentemente as cidades pequenas conseguem ter mais êxito no enfrentamento da crise); nos anos 1990 o fluxo migratório antes destinado aos grandes centros urbanos volta-se para as cidades médias de 200 mil a 800 mil pessoas. Apesar destas mudanças a rede urbana nacional ainda apresentava bastante polarização tendo como centro as cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro (FERNANDES e NEGREIROS, 2004).

A década de 1990 inaugura uma nova economia para o Brasil baseada no neoliberalismo o que, consequentemente, também leva a uma nova orientação política: se antes (décadas de 1960, 1970 e 1980) era atraente, se não preciso, desenvolver e integrar as cidades brasileiras, a partir de então, a nova “ordem” econômica não demandava tais necessidades, era mais interessante a existência de maior eficiência e centralização de capital para suas deliberações, formando “ilhas

⁶⁶ Entre 1980 e 1990, a população urbana brasileira aumentou mais de 40%, algo em torno de trinta milhões de pessoas (SANTOS, 1994).

⁶⁷ “[...] As cidades de porte médio passam a acolher maiores contingentes de classes médias, um número crescente de letrados, indispensáveis a uma produção material industrial e agrícola, que se intelectualiza. Por isso, assistimos, no Brasil, a um fenômeno paralelo de metropolização e desmetropolização, pois ao mesmo tempo crescem cidades grandes e cidades médias, ostentando ambas as categorias incremento demográfico parecido, por causa em grande parte do jogo dialético entre a criação de riqueza e de pobreza sobre o mesmo território. As cidades entre 20.000 e 500.000 habitantes veem sua população total passar de cerca de sete milhões em 1950 para perto de 38.000.000 em 1980, enquanto as cidades com mais de um milhão de habitantes passam de seis milhões e meio em 1950 para 29.000.000 de residentes em 1980” (SANTOS, 1994, p. 55).

⁶⁸ “A crise econômica e social vivenciada pela economia brasileira, nas duas últimas décadas do século XX, levou a uma grande redução da capacidade de inserção da população no mercado de trabalho nos aglomerados metropolitanos, assim como ampliou a seletividade do mercado imobiliário, servindo ambas como ‘freio’ à tendência que se anunciava, na década de 1970, de uma ‘hipermetropolização’” (BRITO, 2006, p.226).

de produtividade⁶⁹ (IBID, p.26 grifo do autor). As cidades tornaram-se mais especializadas e interdependentes à medida que a economia nacional distanciava-se do antigo modelo agrário exportador, tornava-se mais industrial e promovia uma maior desconcentração econômica (IBID).

O país estava promovendo a concentração necessária para a expansão do capital à medida que se ampliava o comércio e as migrações inter-regionais (SINGER, 1974 apud FERNANDES e NEGREIROS, 2004). Tal concentração, por sua vez, mostrou-se bastante intensa consolidando São Paulo e a região Sudeste como as áreas de economia mais dinâmica do Brasil e incentivando uma maior urbanização e metropolização principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo que desde 1960 já havia se tornado a maior cidade do país com cerca de 3,8 milhões de pessoas (FERNANDES e NEGREIROS, 2004).

Regionalmente, mas a passos lentos, a indústria crescia favorecendo certa modernização e crescimento urbano dos antigos centros coloniais como Salvador e Recife, porém, tal ritmo de crescimento não foi suficiente para dinamizar a economia nordestina e fazê-la competir com a do Centro-Sul, a região consolidou-se numa posição periférica à medida que a economia tornava-se mais urbano-industrial.

Em outras palavras, o abandono do modelo Desenvolvimentista e a adoção de políticas de cunho neoliberal visando inserir o país no processo de globalização acentuaram as disparidades regionais frente a uma reversão da desconcentração econômica já em curso desde a segunda metade dos anos 1980 (DINIZ, 1993 apud FERNANDES e NEGREIROS, 2004), ou seja, houve uma tendência de retorno à concentração econômica.

São características da economia do período e seus reflexos sobre o desenvolvimento urbano (FERNANDES E NEGREIROS, 2004):

- a) Maior endividamento do setor público nacional e conseqüentemente menos investimento em desenvolvimento urbano;

⁶⁹ Neste contexto cabe observar “o processo pelo qual a burguesia ‘moderna’ garante seus interesses de hegemonia, sobrepondo-se às elites mais conservadoras (‘atrasadas’) e promovendo o avanço capitalista internacional por sobre uma estrutura social arcaica baseada em relações de desigualdade e dominação herdadas do Brasil colonial. Essa é a estrutura do que muitos autores brasileiros, e Florestan Fernandes em especial, chamaram de **desenvolvimento desigual** – em relação ao desenvolvimento do capitalismo hegemônico dos países industrializados, **e combinado** –, pois dispõe novas estruturas econômicas e sociais trazidas do centro sobre estruturas internas arcaicas (SAMPAIO JR., 1999 apud FERREIRA, J., 2000, p.12, grifo meu)

- b) Maior competição entre estados e municípios para incentivar a instalação de indústrias (“guerra fiscal”);
- c) Crescimento do desemprego, “manifestação clara da insuficiência dinâmica do desenvolvimento” (CEPAL, 1963 in PEREIRA, 1969, p. 90), precarização do trabalho e diminuição dos rendimentos, sobretudo nas principais regiões metropolitanas do país, com conseqüente mudança estrutural na ocupação da população economicamente ativa que passa a empregar-se principalmente no setor terciário, que apresenta maior capacidade e elasticidade de absorção de mão de obra (GERMANI, 1962), em detrimento do secundário⁷⁰;
- d) Maior seleção das atividades econômicas quanto ao espaço de instalação (intensifica-se a especialização de cidades);

Atualmente as grandes aglomerações urbanas periféricas apresentam, em virtude da urbanização desigual, acelerado ritmo de crescimento das periferias pobres em relação aos centros urbanizados e um absoluto quadro de pobreza. Maricato (2000 apud FERREIRA, J., 2000) mostra que, apesar de melhorias significativas nas condições de alguns indicadores populacionais como a expectativa de vida e a taxa de mortalidade infantil em virtude do aumento da infraestrutura urbana básica, como o maior acesso ao saneamento e à água tratada, os índices socioeconômicos (crescimento, renda, desemprego, violência) e urbanísticos (crescimento urbano, aumento de favelas) pioraram, ou seja, o que se verifica é que **“a urbanização é, de fato, concentradora da pobreza”**. (FERREIRA, J., 2000, p. 13, grifo do autor).

Fernandes e Negreiros (2004) apresentam duas tendências divergentes quanto à rede urbana nacional e sua relação com as transformações em curso no país: i) a permanência ao longo da década da proporção atual entre as cidades de diferentes tamanhos juntamente com a inércia da rede urbana que deverá inibir mudanças significativas e; ii) o aprofundamento das desigualdades históricas

⁷⁰ Segundo a CEPAL (1963), a análise histórica do fenômeno permite perceber que a estrutura ocupacional em expansão foi que se adaptou às exigências de uma crescente mão de obra, decorrente do crescimento acelerado da população e do êxodo rural promovendo tal desequilíbrio na estrutura do emprego urbano.

produzidas pelo desenvolvimento brasileiro, sobretudo, a partir das reformas recentes. Para as autoras

[...] a configuração urbana do início do século XXI já reflete escolhas políticas feitas nos anos 1990, em favor de um menor número de espaços econômicos produtores e consumidores, porém mais eficientes, seletivos e competitivos, escolhas estas liberadas da construção de um “projeto civilizatório” para a sociedade brasileira como um todo, dentro das fronteiras territoriais do país. Sendo assim, é provável que o outro lado da moeda, que retrata a proliferação de disputas acirradas pelo comando e apropriação da produção de espaços competitivos em áreas dinâmicas, em sintonia com estratégias locacionais globais, seja o crescimento das parcelas do território e da população brasileiras que são deixadas de fora das oportunidades produzidas pela ordem do mercado. [...] Sendo assim, a urbanização brasileira hoje apresenta características semelhantes a de muitos países subdesenvolvidos: rápido crescimento populacional, áreas extremamente densas carentes de infraestrutura urbana e serviços sociais, acentuada especulação imobiliária, periferização da população de rendas mais baixas e segregação espacial, ocupação informal da terra urbana, proliferação de favelas⁷¹, sistemas ineficientes de transporte coletivo urbano e severas agressões ao meio ambiente (2004, pp. 26-55).

Por sua vez,

a grande **crise urbana**, com a sua falta de oportunidades econômicas e sociais, com os conflitos sociais inerentes à segregação social e espacial, acaba fazendo que os emigrantes, para o interior ou para os outros estados, saiam mais da capital do que da periferia metropolitana. A capacidade de retenção migratória das capitais tem diminuído expressivamente e esta longe de se recuperar (BRITO, 2006, p. 235, grifo meu).

2.2 A ECONOMIA E A URBANIZAÇÃO NO NORDESTE

Difícilmente se encontrarão formas de utilização dos recursos dos solos que se possam rivalizar com a agroindústria canavieira quanto à capacidade de condicionar um tipo de sociedade e de economia, de modelar um tipo de paisagem e de estruturar um tipo de arranjo econômico do espaço. No Nordeste do Brasil temos uma demonstração disso. *A agroindústria canavieira, gerando a chamada civilização do açúcar, imprimiu características peculiares às áreas*

⁷¹ Segundo Ferreira, J., (2000, p. 14) “nas grandes metrópoles brasileiras, estima-se que cerca de 50% da população, em média, resida na informalidade, o que só em São Paulo representa cerca de 6 milhões de pessoas. Os moradores de favelas chegam a cerca de 20% da população dessa cidade, assim como em Porto Alegre, Belo Horizonte e Rio de Janeiro, chegando a 46% em Recife (BUENO, 2000 apud CLICHEVISKY, 2000)”.

onde se implantou. E o fez de um modo definitivo ou, pelo menos, de um modo dificilmente reversível (MELO, 1975, p. 19, grifo meu).

Em virtude da economia voltada para o mercado externo desde o período colonial, o sistema urbano da região Nordeste organizou-se sob a forma de três bacias urbanas justapostas e drenadas pelos principais centros urbanos regionais, as atuais regiões metropolitanas de Salvador, do Recife e de Fortaleza que tinham como principal função facilitar o escoamento da produção rural nordestina para o mercado internacional ao mesmo tempo em que deveriam organizar a produção de suas zonas de influência conforme a demanda externa e provê-las de bens industrializados geralmente importados (LINS, 1990).

Os centros urbanos do interior, por sua vez, possuíam a função de coletar a produção de sua zona rural e enviá-la para a “Capital”. Tal organização urbana levou a formação de uma estrutura primaz definida pela “importância bastante acentuada do nível metropolitano sobre um conjunto de pequenos núcleos, e pela ausência ou ocorrência rarefeita de núcleos intermediários” (FERNANDES e NEGREIROS, 2004, p. 37) e conseqüentemente marcada pelo contraste entre as dimensões demográfica, econômica, social e política (IBID).

O sistema de transporte ferroviário implantado na região veio consolidar o modelo existente. A estrutura da rede de transporte convergia para os centros “cabeças de sistema” e ponto de transbordo de mercadorias. Formava-se uma hierarquia urbana na região: muitos centros urbanos localizados ao longo das estradas de ferro tornaram-se centros de convergência da produção agrícola de sua área de influência imediata e de zonas mais distanciadas do eixo de transporte. Estabeleceram-se a partir de então dois níveis hierárquicos: um maior, de entreposto comercial ao longo das vias férreas e outro menor, de simples coletor de bens agrícolas (LINS, 1990).

O processo de urbanização da região foi influenciado também pela modernização da produção açucareira na zona da mata. À medida que ocorriam melhoramentos na parte industrial do processo promovendo aumento da produção, redução dos custos e acréscimos nas quantidades de cana produzidas, as culturas de subsistência eram expulsas dos engenhos e junto com elas os moradores que iam se tornando trabalhadores assalariados, o que era mais lucrativo para o proprietário. Essa nova dinâmica produtiva formou as bases para a estruturação de

um mercado interno rudimentar, mas que ainda assim permitiria a instalação de indústria de bens de consumo na região (BNB, 1981) que, por sua vez, não conseguiu tornar-se independente da agricultura, a exemplo da importância da agroindústria açucareira e da indústria têxtil, e que não foi capaz de promover suficiente divisão social do trabalho a ponto de alterar as relações campo/cidade, assim,

as leis de reprodução da economia agrícola continuaram a marcar as possibilidades de expansão das demais atividades econômicas, notadamente as da indústria. Por essas, o surto industrial mesmo permitindo o fortalecimento do Recife como polo regional, não conseguiu alterar a dependência estrutural em que ainda hoje se encontra a rede urbana nordestina em relação à agricultura (IBID, p. 33).

Cano (2011) reitera que a região Nordeste foi a que menos se beneficiou da industrialização mais por suas próprias condições – “estrutura socioeconômica, inserção marginal no comércio exterior, concentração fundiária” (p.156) – do que por efeitos negativos da integração⁷² ou da concentração industrial em São Paulo.

Como resultado do padrão de desenvolvimento industrial e agrícola regional houve uma macrocefalia do sistema urbano caracterizada por uma grande polarização das atividades econômicas (BNB, 1981), tal macrocefalia, por outro lado, foi atenuada pela presença de outros centros urbanos litorâneos, com exceção de Teresina, que posteriormente se tornaram regiões metropolitanas, visto que, em decorrência de serem as sedes dos Governos Estaduais e exercerem função administrativa, estes centros passaram a apresentar também certa importância

⁷² Conforme Cano (2011) “[...] o processo de integração geraria três tipos de efeito. Os efeitos de **estímulo**, no sentido de que o avanço da industrialização e da urbanização, embora acentuadamente concentradas em São Paulo e no Rio de Janeiro, passava a exigir do resto do país notável esforço de complementaridade agrícola, mineral e industrial, não só pela sua expansão física, mas também porque o abastecimento externo esteve seriamente contraído durante todo o período [da Primeira Guerra a 1940]. Desta forma, a periferia nacional não apenas aumentava suas compras de mercadorias de São Paulo, como também passava a lhe vender mais. Os de **inibição ou bloqueio**, que consistiram no fato de que, instaurado o **processo de industrialização** no centro dominante (São Paulo), determinadas atividades já lá instaladas (ou que viessem a sê-lo) com capacidade e economia de escala para operar em âmbito nacional (ou para abastecer o mercado do centro dominante) não se repetiriam na periferia, bloqueando ali seu surgimento, por longo período de tempo. Os do terceiro tipo, os **efeitos de destruição**, poderiam manifestar-se através da concorrência entre produtores de distintas regiões. Contudo, pelo fato de o mercado nacional ter se tornado cativo à indústria nacional – de um lado, pela longa restrição às importações e, de outro, pela possibilidade de se renovar o parque fabril –, ele ‘dava para todos’, isto é, era reduzida a competição” (pp.154-5, grifo do autor), para Santos (2008) “[...], **na grande maioria dos casos a quebra do isolamento de uma região induz ao crescimento urbano**” (p. 89, grifo do autor).

política, econômica e demográfica, vindo reproduzir numa menor escala o modelo precedente das regiões metropolitanas mais antigas da Bahia, de Pernambuco e do Ceará. Consolidou-se assim o sistema urbano nordestino concentrado no litoral, o qual Mueller (1996 apud IPEA, 2001) denominou “sistema sub-regional agroexportador tradicional” em associação ao complexo sucroalcooleiro da zona da mata, ao plantio do cacau e à pecuária bovina⁷³. Nesta área está concentrado grande número de aglomerados urbanos que remontam, ao período colonial. Geralmente tais aglomerações possuem grandes divergências em âmbito intrarregional e interpessoal de produtividade, renda e instrução (IPEA, 2001), além de não estarem preparadas para oferecer empregos e serviços em quantidade e qualidade suficientes às necessidades básicas da população.

O processo de desconcentração econômica da segunda metade do século XX, por sua vez, apesar dos movimentos direcionados à expansão das fronteiras agrícola e mineral, não foi capaz de promover significativas mudanças na rede urbana regional mais densa ao longo da costa. No decorrer dos anos 70 registrou-se um grande crescimento dos aglomerados urbanos metropolitanos e das capitais que conforme Lacerda e Leitão (1997) chegaram a responder por 35,3% da população regional em 1980, o que demonstra o quadro urbano pouco denso da região e seu menor grau de urbanização.

Característica marcante da rede urbana regional é também a concentração de mais da metade da população urbana em municípios com menos de 50 mil habitantes, neste sentido, Barreiros em 2010 figurava em relação à sua microrregião como o segundo maior município quanto à porcentagem de população urbana, sendo superado apenas por Escada (83% e 84%, respectivamente). Quanto à proporção de população urbana residente na sede, o município colocava-se em primeiro lugar, apresentando índices muito superiores se comparados à microrregião, mesorregião e mesmo ao estado (**Tabela 4**). Merece destaque também no contexto microrregional a participação relativa dos municípios de pequeno porte, indicando acentuado desequilíbrio da rede e precariedade das condições de acesso a serviços públicos, o que individualiza também a maioria dos municípios nordestinos (IPEA, 2001).

⁷³ É importante salientar que outro fator preponderante à concentração urbana litorânea foi o quadro natural da parte ocidental da região que dificultava sua ocupação (LINS, 1990).

Tabela 4 – Aspectos demográficos, áreas selecionadas - 2010

Município	População Residente Total	População Residente Urbana	População Residente Urbana na sede municipal	População Residente Urbana (percentual)	População Residente Urbana na sede municipal (percentual)
Água Preta	33.095	18.750	16.957	56	51
Amaraji	21.939	16.045	16.045	73	73
Barreiros	40.732	33.982	33.833	83	83
Belém de Maria	11.353	7.991	4.969	70	43
Catende	37.820	28.861	24.093	76	63
Cortês	12.452	7.901	7.901	63	63
Escada	63.517	53.964	49.706	84	78
Gameleira	27.912	19.504	18.966	69	67
Jaqueira	11.501	7.082	7.082	61	61
Joaquim Nabuco	15.773	11.504	11.504	72	72
Maraial	12.230	8.559	7.381	69	60
Palmares	59.526	46.886	45.846	78	77
Primavera	13.439	8.579	8.579	63	63
Quipapá	24.186	11.813	10.957	48	45
Ribeirão	44.439	34.003	31.483	76	70
Rio Formoso	22.151	13.373	12.069	60	54
São Benedito do Sul	13.941	7.158	5.651	51	40
São José da Coroa Grande	18.180	13.436	13.436	73	73
Sirinhaém	40.296	21.484	13.163	53	32
Tamandaré	20.715	15.170	14.390	73	69
Xexéu	14.093	9.170	9.170	65	65
MICRORREGIÃO DA MATA MERIDIONAL PERNAMBUCANA	559.290	395.215	363.181	67	62
MESORREGIÃO DA MATA PERNAMBUCANA	1.378.220	1.028.400	916.166	71	65
PERNAMBUCO	8.796.448	7.052.210	6.353.505	62	56

FONTE: Sinopse do Censo 2010, IBGE, 2014.

A configuração espacial do sistema urbano nordestino está também diretamente associada ao macro-ordenamento territorial da região, sobretudo no que tange à concentração fundiária que, conforme estudos disponíveis, nos espaços onde ela é predominante e a produção é voltada para o mercado externo, a contribuição das respectivas economias não é expressiva para a solução do problema social (IPEA, 2001), logo, em regiões ou áreas com menor dinamismo ou despreparadas para acolher novas atividades produtivas, as cidades pequenas,

espaços nos quais é inegável a determinação de relações tradicionais de articulação e de hierarquização entre os diferentes centros, a economia é controlada por setores tradicionais⁷⁴ e a renda gerada é relativamente reduzida (IPEA, 2001). A evolução maior dos preços dos produtos industrializados frente aos produtos agrícolas define o destino de tais cidades cuja estrutura econômica depende diretamente da agricultura. A dinâmica “concentracionista” (BNB, 1981) impede o desenvolvimento de outras funções nestes centros, que permanecem como meros intermediários de transações comerciais primárias, ou seja, funções comuns dos primeiros estágios de escoamento da produção agrícola.

Como os pequenos centros não podem contar com atividades diretamente produtivas, sua vocação econômica mostra-se extremamente dependente dos fluxos econômicos que passam por eles, tal característica é agravada pelo sistema produtivo predominante na região nordestina que mantém o poder aquisitivo dessas populações relativamente baixo (IBID), segundo o IPEA (2001) a maior parte dos municípios da região caracteriza-se pela presença destes pequenos centros⁷⁵ que exercem precárias funções urbanas apresentando grande parte da população concentrada em atividades agrícolas ou de baixa qualificação, com reduzido grau de escolaridade e, conseqüentemente, possuindo baixo índice de renda familiar.

Outro elemento que vem contribuir para o quadro regional urbano nordestino, sobretudo das pequenas cidades é a estrutura fundiária que

hostil desde cedo a maior distribuição de renda, a maior consumo e a maior terciarização, ajudava a manter na pobreza milhões de pessoas, e impedia uma urbanização mais expressiva. Por isso, a introdução de inovações materiais e sociais iria encontrar grande resistência de um passado cristalizado na sociedade e no espaço, atrasando o processo de desenvolvimento. Um antigo povoamento assentado sobre estruturas sociais arcaicas, atua como freio às mudanças sociais e econômicas, acarreta retardo da evolução técnica e material e desacelera o processo de urbanização. Esta é recentemente menos dinâmica no Nordeste, se comparada a outras áreas do País⁷⁶ (SANTOS, 1994, p. 62-63).

⁷⁴ Um desses setores é o canavieiro, cujo espaço, marcado pela grande propriedade monocultora, é, conforme Melo (1975 apud IPEA, 2001) “[...] compartimentado em porções centradas pelas usinas para onde se destina a matéria-prima que produzem e a que ficam subordinadas. Por isso, e porque as operações comerciais e financeiras são realizadas não em âmbito municipal, mas nas capitais estaduais, o arcabouço urbano tem papel pouco relevante na organização do espaço. São poucas as cidades com função de centros regionais” (p. 109).

⁷⁵ Cf. Tabela 4, p. 75.

⁷⁶ Cf. Tabela 3, p. 66.

Cano (2011) reitera que as relações sociais rurais predominantes na região associada à grande concentração fundiária paralisaram o desenvolvimento do sistema capitalista e, por sua vez, a fraqueza do desenvolvimento socioeconômico das regiões periféricas ao Sudeste do país não poderia resultar numa importante urbanização.

Em síntese, MELO (1975) esclarece que a produção açucareira desenvolvida no Nordeste:

- a) “[...] constituiu uma fonte de formação de capitais. As próprias áreas produtoras tornaram-se no setor rural, os espaços de maior densidade econômica e de maior densidade de capitais investidos. A ele se deve, sobretudo a ele, também o desenvolvimento de algumas grandes cidades, especialmente de cidades-portos, como é o caso do Recife, que iriam oferecer condições locacionais e economias externas para empreendimentos industriais” (p. 22);
- b) “[...] formou uma aristocracia de qualidades reconhecidas, que teve presença e influência marcantes, durante muito tempo, na vida nacional e atuação destacada nos altos escalões administrativos e políticos do país” (p. 22);
- c) “[...] condicionou, no passado, a formação de um tipo patriarcal de sociedade e de organização agrária possuidor de valores socioculturais incontestáveis. Mas condicionou também a formação de comunidades caracterizadas por uma estrutura social rigidamente estratificada e de grandes distâncias sociais, acentuadas pelo componente étnico. Em termos econômicos, isso significa extrema assimetria na repartição da renda e baixa capacidade de compra das populações vinculadas à atividade” (p. 22);
- d) “[...] foi responsável por um tipo de organização agrária acentuadamente monocultor, o que, influenciando negativamente sobre os níveis das comunidades produtoras, condicionou, também negativamente, o grau de significação dessas comunidades enquanto mercado consumidor” (p. 23);

- e) “[...] possui no poder de permanência um dos seus principais característicos. Os fatores que, para isso contribuem também ajudam a explicar ser a atividade açucareira nordestina mais acentuadamente monocultora. A estreita faixa de alternativas oferecidas pelo meio natural para outras formas de atividades rurais e a incorporação à terra, em alta escala, de investimentos não apenas agrícolas mas também industriais, destinados à produção açucareira, constituem, no Nordeste, os motivos principais da continuidade da agroindústria nos mesmos espaços ao longo de séculos” (p. 23).

2.2.1 As Cidades da cana-de-açúcar

Nas regiões canavieiras, as cidades interioranas, salvo umas poucas exceções de centros portuários, jamais exerceram a função de entrepostos ou centros de convergência da produção rural. Muito mais do que as cidades, são as usinas que exercem tal função. Esse fato sempre deixou sem maior dinamicidade e sem maior poder de comando espacial os pequenos centros que, na paisagem, se apresentam como ilhotas urbanas cercadas de cana por todos os lados. Cercadas de cana e, obviamente, dos domínios tributários das usinas ou a elas pertencentes. Comandando a vida econômica e possuindo suas áreas de influência, as usinas é que exercem mais efetivamente o papel de pontos focais da organização do espaço. Acresce que, segundo, a outro propósito [...] as suas vinculações econômicas, condicionadas pela comercialização do açúcar e do álcool, realizando-se diretamente com as cidades-capitais, pouco contribuem para dinamizar a vida local. Nas capitais, com efeito, situam-se [...] os seus escritórios centrais e nelas ficam os portos por onde se escoam a sua produção (MELO, 1975, p. 124).

Na zona canvieira nordestina o processo de urbanização ocorreu de forma mais lenta. Scarlato (2009) reitera que a resistência e o tradicionalismo da oligarquia agrária impediram uma transformação mais profunda do quadro urbano da região que, associado ao sistema da parceria e da presença do latifúndio, mostrou resistência à industrialização retardando o êxodo rural e dificultando a instalação do trabalho assalariado nesta sociedade pouco elástica quanto à oferta de empregos.

Nas áreas fortemente influenciadas pela agroindústria açucareira o surgimento dos centros urbanos adquiriu características próprias e bem definidas.

As usinas, primeiramente coexistentes e depois substitutas dos engenhos centrais, demandavam uma grande quantidade de terras em virtude da sua ampla capacidade de moagem, que precisava constantemente de mais matéria-prima, a

qual deveria ser assegurada, o que só poderia ser feito através do domínio não só da parte industrial, mas também da parte agrícola. A experiência dos engenhos centrais demonstrou a inviabilidade da separação das etapas de produção. Para manter o fornecimento da matéria-prima em volume suficiente tornou-se necessário a manutenção ou reconstituição de imensos latifúndios de dezenas de milhares de hectares, algo comum apenas no início da colonização (SINGER, 1974).

A instalação das novas unidades produtivas onde havia os tradicionais banguês acarretou mudanças também significativas nas relações de trabalho. O antigo parceiro ou arrendatário foi expulso da terra ou reduzido à condição de trabalhador assalariado o que, em outras palavras, significou a transferência de mão de obra e de terra agrícolas voltadas para a subsistência para o setor de mercado primeiramente externo e posteriormente interno (IBID).

Singer (1974) propõe que a instalação de novas usinas a partir do final do século XIX pode ter levado a uma grande expansão da economia de mercado na Zona da Mata pernambucana, a hinterlândia contígua do Recife. Com a expulsão dos trabalhadores do campo e a transformação de grande parte deles em trabalhadores assalariados, a capital pernambucana teve uma das bases de seu surto de industrialização verificado no final do século⁷⁷ (IBID).

Apesar da formação de ampla mão de obra disponível, as transformações decorrentes da modernização do setor restringiram bastante a formação de um mercado interno importante visto que tornava regressiva a divisão da renda e conseqüentemente reduzia o poder de consumo da população, além de aumentar o desemprego ao substituir o trabalho pelo capital na produção açucareira (IBID).

O emprego oferecido pela agroindústria açucareira era também muito limitado, visto que a mão de obra passou a ser substituída pela máquina, desta forma, a única maneira do proprietário industrial saldar seus investimentos em maquinário era obter um produto de maior qualidade com menor emprego de trabalhadores (SINGER, 1974), resumindo,

⁷⁷ Conforme o autor (1974), no Recife, a grande praça de comercialização do açúcar, a modernização do setor promoveu o surgimento de novas indústrias (algumas delas voltadas exclusivamente para o atendimento da demanda de equipamentos mecânicos pela atividade, a exemplo da primeira fundição do Brasil destinada ao setor, instalada na cidade já em 1829) ao passo que criou mercado para certos produtos como cal, sacaria e veículos; ampliou o mercado de bens de consumo à medida que provocou alterações nas relações de produção no meio rural com a expansão da economia de mercado e o declínio da de subsistência, além de expulsar do campo trabalhadores que passaram a compor o exército industrial de reserva da cidade.

o processo de industrialização da cana absorve uma quantidade limitada de mão de obra, que não chega a proporcionar grande vitalidade econômica às cidades da Zona da Mata, devido aos baixos salários prevalentes, insuficientes para animar o comércio urbano e abrir um mercado amplo às atividades industriais (IBID, p. 334).

O debilitamento do mercado interno caracterizado pela pouca quantidade de pessoas absorvidas acarretou um segundo fator: o baixo poder aquisitivo da mão de obra empregada no setor de mercado da economia (IBID). O grande contingente de desocupados e de semidesocupados promoveu a redução dos salários, que raramente ultrapassava o mínimo necessário à sobrevivência do trabalhador e de sua família. Somente a partir de 1963 o trabalhador da agroindústria começou a receber o salário mínimo instituído por lei desde 1940, a partir de então a renda do trabalhador deve ter dobrado, visto que, antes os valores pagos deveriam corresponder a apenas 50% do total estabelecido por lei (IBID), claramente houve uma significativa dinamização da economia em toda a zona da mata pernambucana. Apesar desta mudança, grande parte dos rendimentos proporcionados pela atividade açucareira continuava indo parar nas mãos da reduzida elite industrial da área que, geralmente, não consumia os produtos ou serviços oferecidos pela região, mas outros de qualidade superior provenientes de outras áreas, assim, a indústria local não era estimulada pelo consumo de parcela importante detentora dos mais altos volumes de capital, acresce-se a este quadro o fato de que o lucro obtido com a agroindústria açucareira era muitas vezes reinvestido no próprio setor ou em áreas mais desenvolvidas do país ou mesmo do exterior (SINGER, 1974).

Conforme Maciel (1961 apud SINGER, 1974) era em Barreiros e Rio Formoso que mais se acentuava a representação dos trabalhadores ativos não remunerados, ou seja, trabalhadores em idade de trabalhar mas sem emprego, sobretudo no Censo de 1940. Segundo o autor (1961) o fato é explicado pela presença de grandes usinas e a conseqüente redução da mão de obra agrícola familiar e o aumento dos rendimentos, este que permite a desocupação da mulher e dos filhos. Singer (1974), claramente discorda da questão dos altos rendimentos pagos pela usina, segundo ele, mesmo que a renda proveniente do trabalho na usina fosse alta, dificilmente alcançaria um grau que permitisse à mulher trabalhar apenas em casa, além disso, altos salários nunca foram obstáculos à integração da mão de obra de mulheres e jovens ao mercado de trabalho, desde que este apresentasse condições favoráveis. O elevado número de ativos não remunerados é decorrente mesmo da

modernização açucareira e das grandes usinas que inevitavelmente contribuíram para formação do exército industrial de reserva que acompanha a penetração das formas de produção capitalista na agricultura (IBID).

Segundo Maciel (1961 apud, SINGER, 1974) a zona meridional da mata pernambucana evolui de maneira acelerada para o ciclo da indústria com instalações e capacidades suficientes para absorverem a produção açucareira dos antigos engenhos. É nesta região que se encontram as maiores usinas de Pernambuco (IBID), por sua vez, na Zona da Mata Norte relativa escassez de cursos d'água de maior regularidade e mais abundância podem ser apontados como fatores limitantes para a localização de usinas nessa região, contribuindo assim para a permanência de banguês durante mais tempo no local (MELO, 1975).

3. PANORAMA GEO-HISTÓRICO E TRANSFORMAÇÕES URBANAS BARREIRENSES

Segundo Singer (1983), a relação entre o surgimento da fábrica e da cidade é muito intrincada. Quando a fábrica não surge na cidade, a cidade surge em torno da fábrica. Em ambos os casos surge uma cidade diferente que contrasta com a antiga cidade comercial que submetia o campo ao seu domínio político para então explorá-lo de acordo com uma complexa rede de monopólios, a cidade industrial, por sua vez, se impõe em virtude de sua superioridade produtiva. As relações de poder mudam, a nova burguesia de origem industrial toma o poder e sobre a bandeira do liberalismo exclui a competição de formas produtivas arcaicas. O capital de origem comercial perde seus privilégios, se subordina ao capital industrial e torna-se apenas intermediário.

São inegáveis as observações de Singer (1983) quanto à dicotomia entre a cidade comercial e a industrial, porém, no caso específico de Barreiros, conforme se observará, não irá existir uma cidade essencialmente comercial anterior à industrial, mas já uma cidade fortemente influenciada pelas relações estabelecidas por, ou em virtude de, um tipo específico de indústria que nela se estabeleceu desde cedo.

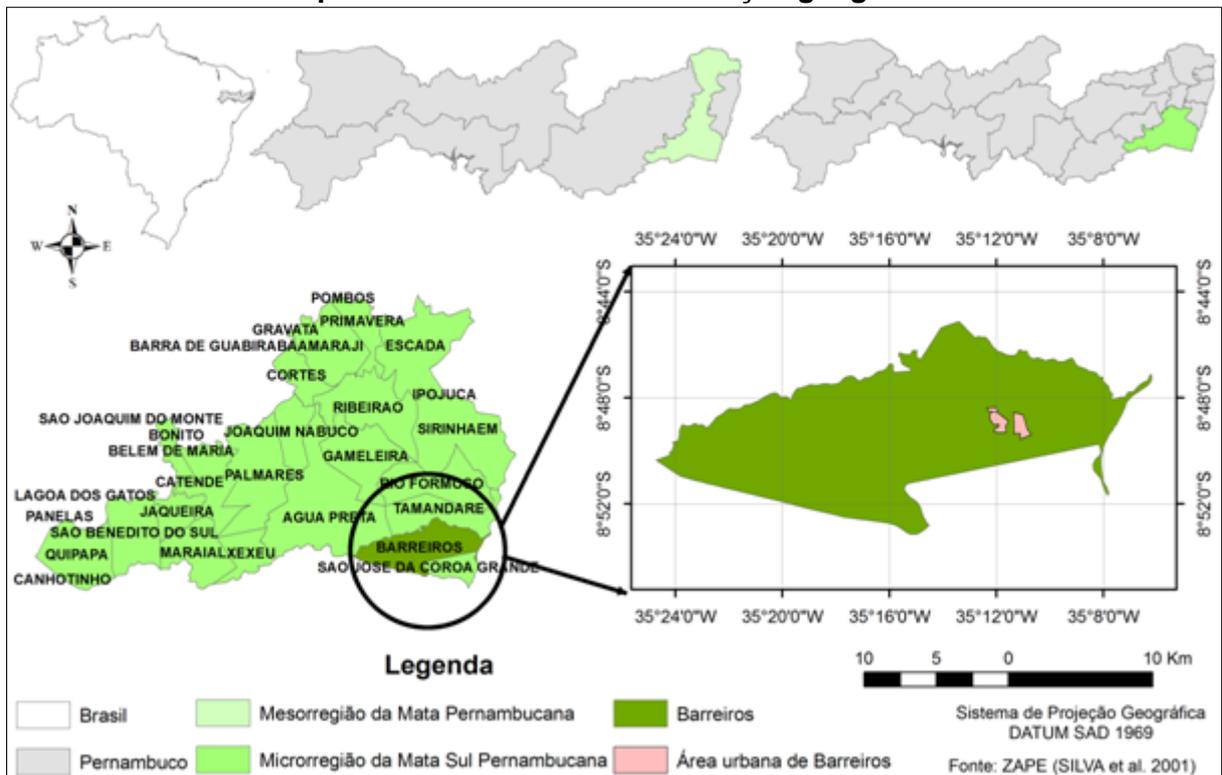
Como entender os impactos da atividade sucroalcooleira sobre o espaço urbano deste município? Acredita-se que antes disso é necessário fornecer as bases sobre as quais tais transformações realizaram-se, a importância da Usina, considerada aqui como força motriz dessas mudanças e a realidade concreta, tangível de tais realizações no espaço geográfico.

Neste momento, sobretudo a partir da análise de documentação bibliográfica mais específica ao objeto de estudo deste trabalho e através de imagens obtidas em pesquisa de campo, aqui consideradas como de maior relevância na paisagem barreirense, apresentar-se-á um breve panorama das características geográficas e históricas do município, da Usina Central Barreiros desde sua instalação, das diferentes administrações pelas quais passou e de sua produtividade em alguns anos ao longo de sua existência até o encerramento de suas atividades, concluindo com as transformações urbanas vivenciadas por Barreiros e sua relação, em alguns momentos direta, noutros indiretamente, com as diferentes fases de sua mais importante unidade fabril.

3.1 O MUNICÍPIO DE BARREIROS

Barreiros localiza-se na Mesorregião da Mata Pernambucana, especificamente ao sul, na Microrregião da Mata Meridional (IBGE) a $08^{\circ}49'06''$ S e $35^{\circ}11'11''$ O (CONDEPE/FIDEM, 2014). Ao norte limita-se com o município de Tamandaré, ao Sul, com São José da Coroa Grande e Maragogi (AL), ao Oeste, com Água Preta e a Leste com o Oceano Atlântico (**Mapa 1**). A sede do município situa-se a 22 metros de altitude e o acesso a ele, distante 107,7 quilômetros do Recife (IBID) é feito pelas rodovias PE-060, que o liga à capital pernambucana, e através da AL-101, interligando-o ao estado vizinho (ANDRADE, Y., 2007).

Mapa 1 – Barreiros e sua localização geográfica



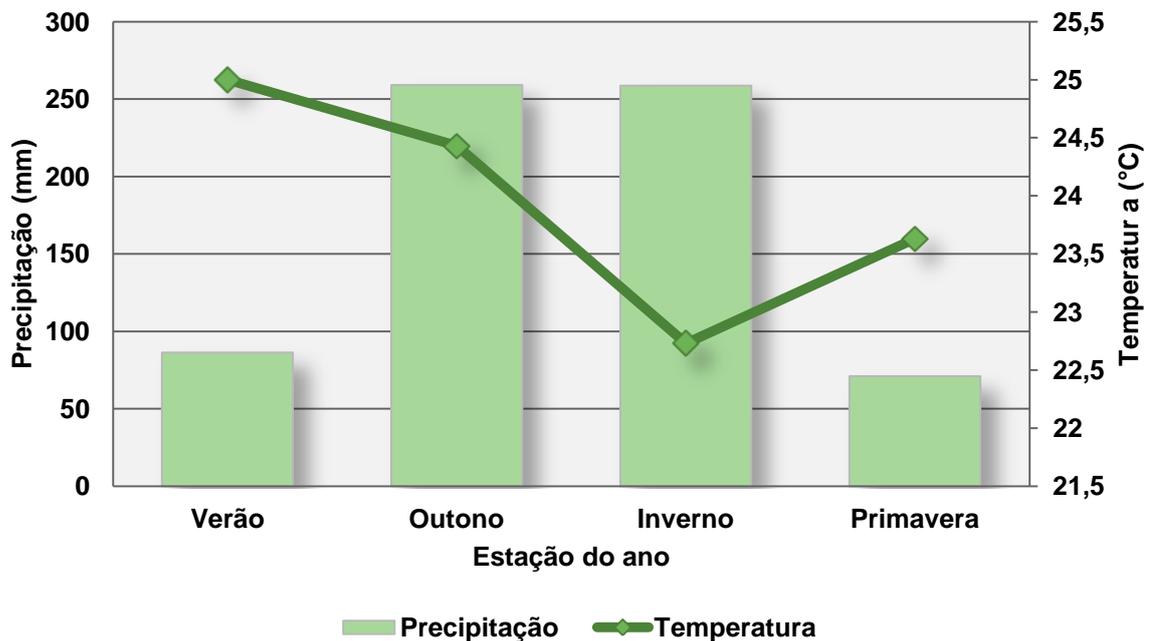
ELABORADO POR: NETO, Manuella Vieira Barbosa, 2014.

O município de Barreiros localiza-se ao sul de Pernambuco já na divisa com o estado de Alagoas.

Quanto aos aspectos fisiográficos, o município possui, segundo a Agência CONDEPE/FIDEM (2014), clima úmido, vegetação composta por floresta subperenifólia (alguns remanescentes de Mata Atlântica), relevo caracterizado por planícies e tabuleiros costeiros e solo do tipo areno argiloso (Latosolo Amarelo), o

massapê, elemento fundamental para a instalação da monocultura canavieira no município associado à elevada pluviosidade que chega a índices superiores a 250 milímetros no outono e no inverno e à baixa amplitude térmica inferior a 3°C (Gráfico 3). Em geral o município apresenta terras agricultáveis de potencial que varia de bom, regular a restrito, que podem ser destinadas preferencialmente ao cultivo de cana-de-açúcar⁷⁸, algodão herbáceo, mamona e mandioca (IBID).

Gráfico 3 - Climograma de Barreiros*, PE - 2011



* Estimativa das médias trimestrais.

FONTE: IPEADATA, 2014.

Quanto à hidrografia é marcante a presença do rio Una que

[...] nascendo no meio das caatingas de São Bento⁷⁹ [do Una], segue para o município de Altinho, penetra no município açucareiro de Bonito, [...] encaminha-se para o município de Palmares, [...] dirige-se para o município de Água Preta, [...] dirigindo-se em seguida para Barreiros, separando-o em certa extensão do de Rio Formoso [...]; e em Barreiros, [banha] [...] as usinas Central Barreiros e Rio Una, e desemboca no Atlântico, no povoado de Gravatá, após um longo

⁷⁸ Principalmente em Pernambuco e Alagoas as porções da zona da mata que não estão cultivadas com a cana-de-açúcar são muito reduzidas, "insignificantes, inexpressivas" (ANDRADE, M., 1988, p. 57).

⁷⁹ Em correção posterior à obra, cabe salientar que o referido rio tem sua nascente localizada atualmente em Capoeiras que foi elevada à município pela lei estadual nº 4.998, de 21 de dezembro de 1963, sendo desmembrada de São Bento do Una (IBGE, 2014a).

percurso de 300 quilômetros⁸⁰, atravessando uma próspera e fértil zona açucareira (DÉ CARLI, 1942, p. 269).

Em 2010 a população do município era de 40.732 habitantes (IBGE, 2014b), em 2013 era estimada em 41.987 pessoas (IBID), o que configura, para o período 2010-13 uma taxa de crescimento demográfico de cerca de 3%, enquanto que a densidade demográfica seria de cerca de 180 hab/km² em 2013.

A taxa de urbanização do município em 2010 era de 83%, com 33.982 habitantes residindo em sua zona urbana, desse total, 33.833 habitavam a sede municipal⁸¹. O litoral do município é fracamente povoado, neste predominam grandes fazendas de coqueiros, manguezais, restingas, lagoas a beira mar e formações rochosas, estas que surgem em algumas áreas do rio Una (CARVALHO, 2009).

O núcleo urbano do município desenvolveu-se a alguns quilômetros de sua faixa costeira, às margens dos rios Una, o principal da cidade, e Carimã, afluente daquele.

A ocupação das terras que posteriormente viriam a formar o município deu-se por índios Caetés (BELLO, 1984). Ainda no período colonial, a pedido do donatário Duarte Coelho⁸², o governo português estabeleceu no local uma missão franciscana, composta por quatro padres capuchinhos, estabelecendo como padroeiro São Miguel Arcanjo. Segundo Willeke (1969 apud BELLO, 1984) a fundação desta missão deu-se ainda no século XVI, entre 1590 e 1594, sendo a segunda missão instalada no sul de Pernambuco, posterior apenas a de Escada, fundada aproximadamente em 1589 (BELLO, 1984).

A missão de São Miguel de Una ou Iguna situava-se ao sul do rio Una, a um quilômetro da atual cidade, neste lugar os franciscanos com o auxílio dos indígenas ergueram uma simples habitação de taipa no estilo de convento. Atualmente no local situa-se o Hospital Colônia Dr. Vicente Gomes de Mattos (IBID) (**Figura 5**).

⁸⁰ Segundo o Relatório da Bacia do Una, GL 4 e GL 5 (CONDEPE/FIDEM, 2006), o rio tem extensão de 255 quilômetros.

⁸¹ Cf. TABELA 3, p. 68.

⁸² Segundo Andrade, M., (2011), a expansão promovida pelo donatário de Pernambuco e por seus filhos em direção à várzea do rio Una estendendo-se o povoamento europeu até as proximidades da foz do rio São Francisco foi resultante do fortalecimento dos colonizadores e da necessidade de terras e mão de obra para a economia canavieira, a este tempo, apesar da bacia do rio caracterizar-se como “uma zona de criação e de lavoura, visando o abastecimento da própria capitania em produtos como o feijão, mandioca, milho, arroz, cereais, fumo e frutas [...] havia de permeio, alguns engenhos” (IBID, p. 80).

Figura 5 – Hospital Colônia Dr. Vicente Gomes de Mattos

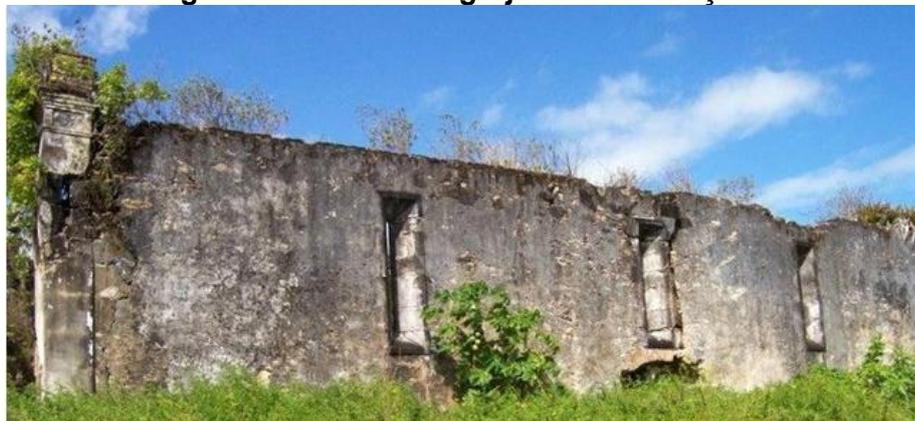


FONTE: Edvaldo de Souza Gomes Palmeira, acervo particular, s.d.

O Hospital Colônia marca o local de início do povoamento do território barreirense.

Posteriormente, em 1619, a aldeia foi entregue ao clero secular por ordem da autoridade eclesiástica. Por interesse dos nativos e dos colonos instalados no local os franciscanos foram chamados a reassumir a missão, porém, com a recusa dos mesmos em 1624 os jesuítas assumiram o trabalho de catequese (BELLO, 1984). Entre 1624 e 1625 em terras doadas à Cúria por Diogo Paes Barreto, senhor do engenho Una, deveria ser edificada uma igreja a São Gonçalo do Amarante. Ao que tudo indica a construção da igreja foi efetivada (**Figura 6**).

Figura 6 – Ruínas da Igreja de São Gonçalo



FONTE: Prefeitura Municipal dos Barreiros, 2014.

A igreja de São Gonçalo do Amarante, século XVI, foi construída para ser a matriz da futura freguesia do Una.

No período de expulsão dos holandeses a aldeia, que aquartelava um terço de regimento de infantaria, foi duramente atacada e não tendo condições de resistir por muito tempo os moradores foram obrigados a retirar-se para um local chamado Pau Amarelo no vale do rio Persinunga (atual divisa entre os municípios de São José da Coroa Grande e Maragogi), terras que posteriormente, em 1698, seriam doadas aos índios pelo Governo Português como meio de compensação por seu auxílio no combate ao quilombo dos Palmares. O novo aldeamento foi chamado de Nossa Senhora da Assunção de Pirassinunga ou Persinunga (IBID). Passado o conflito, a aldeia voltou a instalar-se nas proximidades do rio Carimã, seu local de origem, a partir de uma permuta entre as terras de Persinunga e as do aldeamento antigo, agora pertencentes ao Capitão-Mor João Paes Barreto, morgado⁸³ do Cabo, proprietário de uma sesmaria de cinco léguas de terra (IBGE, 1960 apud ANDRADE, Y., 2007) que se estendia desde a Pedra do Conde em Tamandaré até a margem esquerda do rio Persinunga (BELLO, 1984).

O reestabelecimento da aldeia é anterior a 1681, visto que data de 28 de fevereiro deste ano uma provisão régia que ordenava o pagamento de trinta mil réis aos missionários da aldeia restaurada (IBID).

A propriedade indígena com o tempo passou a crescer devido a outras doações do morgado, por sua vez, os indígenas, sem condições de efetivamente cultivá-las aforaram grande parte das terras para agricultores da redondeza ou de fora o que, posteriormente, acarretou a expulsão daqueles para pequenos sítios (IBID). Apesar da revolta dos indígenas sobre esse processo, os mesmos não foram atendidos já devido à importância dos senhores de engenho frente ao governo.

Em 27 de março de 1872 o Ministério da Agricultura declarou a extinção da aldeia de São Miguel de Barreiros e distribuiu lotes de terra aos indígenas, lotes tão reduzidos que nem se quer ultrapassavam os altos dos montes onde se instalou nos primeiros anos a aldeia de São Miguel do Una (IBID). O restante do território, onde já havia se estabelecido doze grandes engenhos⁸⁴, foi considerado propriedade legítima dos seus ocupantes.

⁸³ O termo, proveniente do direito português, refere-se ao conjunto de bens indivisíveis e inalienáveis, geralmente vinculado a um título de nobreza, que só poderiam ser transmitidos ao filho primogênito. Identifica tanto os bens possuídos quanto o possuidor (BELLO, 1984).

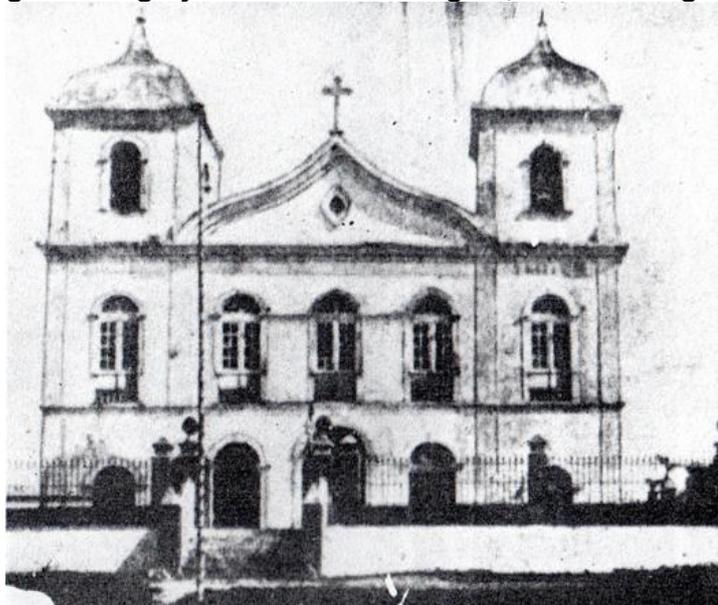
⁸⁴ Carassú e Buenos Aires foram os primeiros engenhos fundados em terras que viriam a compor o município de Barreiros (BELLO, 1984).

Os fluxos migratórios para as terras que posteriormente viriam a constituir o município dirigiram-se para a aldeia de São Miguel de Igua, um agrupamento humano já consolidado. A essa altura a população indígena havia reduzido-se muito, sendo representada, conforme Pereira da Costa (1962 apud BELLO, 1984) em 1855 por apenas 374 indivíduos, incluindo crianças e inválidos. A população nativa ia cada vez mais sendo substituída por brancos e pelo nascimento de mestiços.

Em 1786 por ato da Mesa de Consciência e Ordem foi criada a paróquia de Barreiros, tendo seu território desmembrado da freguesia de Sirinhaém, mantendo o mesmo padroeiro da aldeia de Una, São Miguel Arcanjo. Em 1846 a paróquia foi extinta sendo restaurada três anos depois (BELLO, 1984).

A primeira matriz da paróquia, segundo Pereira da Costa (1962 apud BELLO, 1984) teria sido uma capela construída em honra a Santo Antônio por iniciativa de Diogo Paes de Castro que também instituiu um patrimônio em favor do santo de cerca de 3.300 metros (meia légua) a leste do antigo aldeamento. A antiga capela teria funcionado como matriz da paróquia até pouco depois de 1849⁸⁵, a partir deste ano lançou-se a pedra fundamental da atual matriz (**Figura 7**), que posteriormente foi submetida a uma grande reforma (**Figura 8**).

Figura 7 – Igreja Matriz de São Miguel, fachada original



FONTE: Bello, 1984.

Construída em estilo Barroco e com o altar-mor em talha dourada (BELLO, 1984), a Igreja data do século XIX.

⁸⁵ Bello (1984), afirma que é ainda problemática a existência desta capela de Santo Antônio e que não há recordação entre os habitantes do município quanto à existência e à localização da mesma.

Figura 8 – Igreja Matriz de São Miguel pós reforma



FONTE: Barbosa, Ago. 2013.

Fachada da edificação pós reforma datada de 1913 (BELLO, 1984). “Certamente o lugar mais representativo para a cidade dos Barreiros, a partir da memória de sua população” (CARVALHO, 2009, p. 93).

Segundo Ferreira, L. (2007), ao longo de quase todo o século XIX, o local onde posteriormente se instalaria a cidade de Barreiros configurava-se apenas como uma insignificante povoação, apesar de já representar um importante centro de produção e de escoamento do açúcar. Neste período os engenhos não passavam de “uma espécie de subúrbio” do povoado (BELLO, 1967 apud FERREIRA, L., 2007).

Gradativamente ia surgindo uma nova povoação no território, a qual foi denominada Barreiros, devido às escavações feitas no solo de barro vermelho pelos porcos caititus abundantes no local que, conforme Carvalho (2009), “fuçavam as margens dos rios e assim formavam barreiros nos lamaçais” (p. 69), segundo ele, “reza a tradição oral que, pelo fato de existirem várias depreciações deste tipo nessas terras, tal lugar era sempre referido como o **local dos barreiros**” (IBID, 2009, grifo do autor). O antigo aldeamento, local do atual hospital Colônia, passou a ser identificado como **Barreiros Velho** e a nova sede, urbana, denominou-se **Barreiros Novo** (IBID, grifo do autor).

Em torno da igreja o novo povoado começou a se expandir em várias direções, na maioria das vezes ao longo de estradas e de caminhos que posteriormente se transformariam em ruas (BELLO, 1984) (**Figura 9**).

Figura 9 – Praça Estácio Coimbra em construção



FONTE: Edvaldo de Souza Gomes Palmeira, acervo particular, s.d.

O local marca o centro do novo povoado. “O aspecto era quase o mesmo de hoje: no alto da colina, a igreja e, partindo de seus oitões, o casario, que descia a encosta, dando ao pátio uma forma aproximadamente triangular, tendo a matriz no vértice” (BELLO, 1984, p. 21).

Outra importante área urbana do município é a Praça Barão de Gindaí, onde se localiza o Mercado Público e o pátio da feira livre. A partir deste ponto ramificam-se as ruas comerciais da cidade. A origem desta praça deve-se a antiga importância do transporte fluvial, estando ligada ao cais do Porto do Una, local que servia de embarque e desembarque de mercadorias, destacando-se o açúcar, e de pessoas até o porto de Gravatá onde seguia por via marítima para o Recife e outros destinos (CARVALHO, 2009). A partir de 1970 foi retificado o cais do Rio Una com a construção de muro de arrimo e pavimentação do pátio. Posteriormente deu-se a ocupação da margem do rio e em 1980 a construção de “boxes” (pequenas lojas) que conseqüentemente extinguiu o porto já decadente (IBID).

Além da povoação principal outros núcleos de povoamento menores vieram a se estabelecer nas proximidades do estuário do Una, os povoados de Abreu do Una e de Vau e Várzea do Una. Tais povoações caracterizam-se por uma população de pescadores e pessoas assalariadas com ocupações nos canaviais ou nos sítios de coqueiros da área (IBID). Dentre estas merece destaque Abreu e Várzea do Una por sua importância portuária que lhes conferiram, durante muito tempo, certa dinâmica

social e econômica, embargada pelo assoreamento da desembocadura do canal decorrente da deposição de sedimentos por parte da ação do vento e do mar.

Administrativamente, conforme o IBGE (2014c), Barreiros foi elevado à categoria de Vila, com a denominação de São Miguel de Barreiros em 1786. Em 1853, por meio da lei provincial nº 315 de 13 de maio, a Vila adquire o distrito de Água Preta, desmembrado do município de Rio Formoso. A Vila é efetivamente instalada em 19 de julho de 1860. Posteriormente o distrito de Água Preta é desmembrado e elevado também à categoria de vila pelas leis provinciais nº 460 de 02 de fevereiro de 1869 e nº 1.045 de 12 de maio de 1879.

A vila de Barreiros foi elevada à categoria de cidade trinta e nove anos depois no governo de Barbosa Lima Sobrinho pela lei estadual nº 38 de 03 de junho de 1892 (IBID). No ano seguinte, em 23 de fevereiro, Barreiros passa a ser constituído como município. Segundo a lei municipal nº 5 de 30 de dezembro de 1901 são criados os distritos de Barreiros, Coroa Grande e Pracinha permanecendo até 1911. Pela lei municipal nº 44 de 27 de janeiro de 1914, o distrito de Pracinha passa a ser denominado Muitas Cabras. Em 1933 o município continua a ser constituído por três distritos e Coroa Grande passa a denominar-se São José da Coroa Grande, mantendo essa divisão administrativa até 31 de dezembro de 1937. Pelo decreto-lei estadual nº 235 de 09 de dezembro de 1938, o distrito e São José da Coroa Grande passa a chamar-se Puirassu⁸⁶ e em 1943, pelo decreto-lei estadual de 31 de dezembro, Muitas Cabras passa-se a se chamar Carimã. Até 1955, Barreiros permanece composto pelos distritos de Barreiros, Carimã e Puirçu. Pela lei estadual nº 3.277 de 10 de novembro de 1958, o distrito de Puirçu volta a chamar-se São José da Coroa Grande e em de 31 de dezembro de 1958, pela lei estadual nº 3.340 este distrito é desmembrado de Barreiros e elevado a categoria de município. Barreiros passa a constituir-se de dois distritos, Barreiros e Carimã, permanecendo tal divisão até hoje (IBID).

3.2 A USINA CENTRAL BARREIROS

A Usina Central Barreiros originou-se da antiga Usina Carassú, situada no engenho de mesmo nome, “era um modesto aparelho fundado entre 1885 e 1895

⁸⁶ A grafia do nome é alterada para Puirçu pela lei estadual nº 421, de 31 de dezembro de 1948 (IBGE, 2014c).

por João Carlos de Mendonça Vasconcelos e João Paulo Moreira Temporal” (SILVA, 2009, p. 36) dez anos após a instalação da usina de São Francisco da Várzea, primeira do estado. Antes de ser transformada na Central Barreiros, a Carassú era dona de cerca de vinte propriedades agrícolas, quatro locomotivas, cinquenta vagões e vinte e oito quilômetros de ferrovia; transportava cana e lenha pela via férrea e por meio de caminhões, e açúcar e álcool por via marítima. Tinha capacidade de moagem de vinte mil toneladas de cana esmagada por safra (IBID).

Desativada a Carassú foi instalada pela Companhia A. M. de Pernambuco, pertencente a Alfredo Osório e Estácio de Albuquerque Coimbra (GASPAR, 2009) a Central Barreiros na várzea do baixo curso do rio Una⁸⁷ (ANDRADE, M., 1988) nas proximidades da sede do município em 1930⁸⁸ (**Figura 10**) na região formada pelo Sítio Costa Barros. A montagem, em estrutura metálica (GASPAR, 2009) foi iniciada em 1928 pela empresa holandesa *Werkspoor Amsterdam*, detentora da mais moderna tecnologia para o setor (ANDRADE, Y., 2007). O proprietário da usina era o Dr. Estácio Coimbra⁸⁹, que fora prefeito de Barreiros em 1895. “Político hábil e de

⁸⁷ De acordo com Campagnol (2008), os engenhos e mesmo as usinas eram geralmente implantados próximos à foz dos rios para que, com a alta da maré, tivessem condições de embarcar o açúcar e desembarcar bens importados.

⁸⁸ Conforme Silva (2009) não é possível apontar com exatidão o motivo de instalação da usina na sede do município e não em sua zona rural, tendência predominante para a instalação desse tipo de indústria mais interessada na proximidade da matéria-prima que precisava ser processada em menor tempo para obter-se maior rendimento, acresce-se a este fato a produção da mesma destinar-se principalmente à exportação não justificando a necessidade de localização próxima ao mercado consumidor local. Há a hipótese da abundância de mão de obra local barata, expulsa dos engenhos pela própria cultura açucareira, ter influenciado sua localização no centro da cidade.

⁸⁹ “[...] Estácio de Albuquerque Coimbra, nasceu em 1872, em Barreiros, no sul da Mata, a dez quilômetros, se tanto, do mar, no rio Una. Seu pai, João Coimbra, foi um ilustre político do Império e dono de pelo menos sete engenhos na região de Barreiros – Rio Formosa (sic.). O filho adotou o nome materno, Albuquerque ao invés do patronímico, Belo. Excelente aluno, foi eleito presidente da sua classe, na Faculdade de Direito do Recife. Formou-se aos vinte anos e entrou para o legislativo estadual três anos depois. Logo dominava a assembleia, intervindo nos debates mais do que qualquer outro deputado, a despeito da sua mocidade. Embora a família tivesse pertencido ao Partido Liberal de José Mariano, Estácio bandeou-se para o PRF [Partido Republicano Federal] de Rosa e Silva, como fizeram também seus primos, os Bello. Visto com bons olhos pela máquina estadual, Coimbra ascendeu a líder da maioria e presidente da assembleia estadual [na qual foi elevado, interinamente, a presidente do Estado durante a crise de 1911, que provocou a intervenção federal] depois foi para a Câmara dos Deputados, no Rio (1900-1911). Depois de um curto exílio, quando o partido de Rosa e Silva perdeu o poder, voltou à política nacional, tornando-se líder da maioria, em seguida ministro da Agricultura e, por fim, vice-presidente da república [governo de Arthur Bernardes, 1922-1926]. Quando seu termo expirou, em 1926, voltou a Pernambuco como governador e líder do PRF. Era o herdeiro natural do velho Rosa e Silva. No curso da sua carreira política, **Estácio Coimbra representou lealmente os interesses açucareiros de Pernambuco**. Importante usineiro e agricultor, era também o dono da mais moderna fazenda de criação de gado do sul da Mata. Com a revolução de 1930, fugiu para a Europa, mas dois anos depois voltou, recolhendo-se à vida privada, no Rio, onde ficou até a morte em 1937. Era homem alto, bem parecido, e tão elegante quanto Rosa e Silva, apenas mais extrovertido e sociável do que ele. Estácio Coimbra foi sempre figura central na sua roda, tanto no Recife quanto no Rio” (LEVINE, 1980, pp. 180-1, grifo meu).

grande prestígio e usineiro de preocupações modernizadoras⁹⁰ (ANDRADE, M., 1989, p. 67), em 1928 implantou reformas principalmente no setor industrial, que transformaram a modesta Carassú na supermoderna Central Barreiros a partir de investimentos na contratação de técnicos, na modernização das instalações, na experimentação agrícola e mesmo na assistência social o que a levou poucos anos após ser implantada a concorrer com a Santa Teresinha e a Catende na disputa pela maior produção açucareira pernambucana e nacional⁹¹ (ID, 1994).

Figura 10 – Usina Central Barreiros



FONTE: Edvaldo de Souza Gomes Palmeira, acervo particular, s.d.

A imagem retrata a UCB, por muito tempo a maior empresa barreirense.

A UCB explorava as terras por arrendamento e administração direta. Comentava-se que a usina era a mais moderna e eficiente de sua época, empregando no período de moagem cerca de 180 operários (GASPAR, 2009).

⁹⁰ Segundo Andrade, M. (1994), os usineiros faziam-se muito presentes na política pernambucana defendendo seus interesses frente ao governo federal e conseguindo manter o controle do estado exercendo diretamente o poder ou por meio de prepostos seus. Tais figuras compunham a elite de Pernambuco, tanto que a maioria dos naturais do Estado provinha da Mata, com destaque claramente para o Recife, origem de 72% da elite estatal, seguida, de muito longe por Barreiros (4%) (LEVINE, 1980).

⁹¹ Na parte industrial do processo açucareiro, somente próximo a 1929 é que começava a entrar em funcionamento as grandes centrais. Nos anos 1930, antes da fundação do IAA, a região Nordeste era quem dominava a produção açucareira nacional. Algumas grandes usinas com capacidades aproximadas de processar 1.500 toneladas de cana-de-açúcar estavam em construção nessa época, tanto que das 13 usinas com maior capacidade de produção, dez localizavam-se na região. Pernambuco ocupava a quinta posição com a Usina Central Barreiros (ANDRADE, M., 1994).

Após a conclusão da instalação, em sua primeira moagem, entre setembro de 1930 a abril de 1931⁹², a Usina produziu 300.000 sacos de açúcar de 60 quilos⁹³ e 800.000 litros de álcool anidro⁹⁴ (ANDRADE, Y., 2007). O superintendente da empresa até o final de 1933 era o Dr. Armando de Queiroz Monteiro, pai do empresário e político Armando Monteiro Filho. Posteriormente, com a morte de Estácio Coimbra, em 1937, o processo de modernização da usina entrou em declínio. A empresa passou a ser gerida pelos irmãos Jayme e João Coimbra Neto, filhos do proprietário, que, em 1942, venderam a usina ao Grupo Carlos de Britto e Cia., proprietário das Fábricas Peixe em Pesqueira, que se desenvolvera em função da produção de doces e de enlatados de tomate (ANDRADE, M., 1989) e diversificaram suas atividades adquirindo fábricas de biscoito no Rio de Janeiro e usinas de açúcar em Pernambuco (Santo André e Central Barreiros) e em Alagoas (Santana) (ID, 1994). O diretor-presidente passou a ser Manoel Caetano de Britto e o superintendente, Álvaro de Oliveira Azevedo (ANDRADE, Y., 2007).

Sob nova administração, na safra 1942-43, a usina produziu 341.042 sacas de açúcar, alcançando o dobro da produção em apenas cinco anos. (FOLHA DA MANHÃ, 1948).

Na safra 1947-48 a UCB atingiu a produção recorde de 606.600 sacas de açúcar, valor que correspondeu a cerca de 8,1% da produção açucareira pernambucana⁹⁵ e que superou todos os recordes anteriores de qualquer outra usina do país, configurou-se, dessa forma, em “um acontecimento que inaugura[va] um novo ciclo na produção de açúcar no Brasil” (IBID, p. 10) e colocava a Usina “entre as maiores da América”(IBID, p.10).

Nesse período,

segundo alguns relatos, a nova superintendência da usina instituiu um modelo administrativo baseado na compreensão recíproca entre os escalões superiores e as demais faixas funcionais. [...] Quanto à

⁹² Segundo Szmrecsányi (1979), “adotou-se no Brasil para fins de planejamento e de controle estatístico da produção, o **ano-safra**, unidade de tempo que se estende de 1° de junho a 31 de maio do ano subsequente” (p. 115, grifo do autor).

⁹³ Uma produção espetacular se comparada a de 1914 quando a usina, ainda Carassú, havia registrado 183.194 sacos, mas já se posicionado como uma das três únicas usinas do estado com produção acima de 100.000 sacos no ano (ANDRADE, M., 1989).

⁹⁴ Segundo Andrade, M. (1989) as grandes usinas eram proprietárias também das maiores destilarias com produção superior a 3 milhões de litros de álcool, neste conjunto insere-se a Central Barreiros.

⁹⁵ Nesse período, as 56 usinas do estado produziram 7 milhões e 500 mil sacas de açúcar (FOLHA DA MANHÃ, 1948).

produção, a usina atingiu, nesta época (década de 1950), a produção anual de 650 mil sacos de açúcar de 60 quilos (SILVA, 2009, p.37).

Na safra 1953-54, segundo Andrade, M. (2001), a produção de açúcar em Pernambuco registrou 8.985.242 sacas de 60 kg, desse total, a Central Barreiros foi responsável pela produção de 733.400 sacas (cerca de 8%), a maior do estado no período, e por 6.556.500 litros de álcool (IAA, s. d., apud ANDRADE, 1989).

Na safra seguinte a UCB produziu um milhão de sacos de 60 quilos de açúcar, um recorde histórico para a época (JORNAL DO COMMERCIO, 1999).

Com o falecimento do líder da família Britto, o grupo foi adquirido por outros. Em setembro de 1961 a UCB foi novamente vendida, desta vez para o Grupo Othon Linch Bezerra de Melo que, enriquecido com o comércio de tecidos, resolveu ampliar seus negócios para a indústria têxtil, para o ramo hoteleiro e para usinas de açúcar em Pernambuco e Alagoas⁹⁶ (ANDRADE, M., 1994). A direção da empresa passou a ser exercida por Renato Bezerra de Melo e posteriormente por seu irmão Roberto Brito Bezerra de Melo (ANDRADE, Y., 2007). Ao longo da administração Othon reformas foram realizadas, a exemplo da instalação de um moderno laboratório de pesquisas relacionado à elevação do rendimento da matéria-prima.

Na safra de 1963-64, segundo Dé Carli (1982), de um total de 583.034 toneladas de cana moídas pela Usina Central Barreiros, 45,6% foram próprias. Nesta safra a empresa, adaptada à tecnologia de então, alcançou a produção de 1.300.000 sacos de açúcar⁹⁷ e cerca de 12 milhões de litros de álcool ao longo das safras posteriores (ANDRADE, Y., 2007).

Com as reformas implementadas em sua mais importante usina, Barreiros se tornou um exemplo extremo de compensação no setor agroindustrial canavieiro (SZMRECSÁNYI, 1979). Colocado em último lugar quanto ao rendimento industrial, o município ocupava a segunda colocação entre os municípios açucareiros quanto à eficiência medida pela relação entre os períodos de safra e moagem (**Tabela 5**).

⁹⁶ O grupo já havia adquirido outra usina em Barreiros, a Rio Una, que, situada às margens do rio Una, a três quilômetros da UCB tinha proporções mais modestas, realizando sua primeira moagem em 1914 e sendo desativada em 1963 pelo grupo que passou a ser proprietário das duas empresas. As terras da unidade menor, a Usina Rio Una, com a sua desativação foram destinadas ao cultivo de cana para abastecer a Central Barreiros (CARVALHO, 2009). Segundo Levine (1980) e Andrade, M. (2011), a família Bezerra de Melo era dona de mais de 70.000 hectares de terra em volta das quatro refinarias que possuíam em Pernambuco e Alagoas.

⁹⁷ As informações prestadas pelo autor são muito divergentes daquelas expostas por Andrade, M. (1989, p.84) com base em dados fornecidos pelo IAA, segundo este, a usina produziu nesse período 783.150 sacos de açúcar e 3.828.457 litros de álcool.

Tabela 5 – Posição de Barreiros entre os 20 municípios brasileiros de maior produção açucareira* – Safra 1971/72 – Aspectos Selecionados

Aspecto considerado	Valor	Posição
Produção (em sacos de açúcar)	1.055.060	17 ^a
Toneladas de cana moída	759.455	16 ^a
Rendimento Industrial (kg por tonelada)	78,4	20 ^a
Quantidade de dias de safra	273	20 ^a
Quantidade de dias de moagem	227	20 ^a
Eficiência safra/moagem	1,203	2 ^a

***Entre os municípios classificados neste conjunto, 12 localizavam-se em São Paulo, 1 no Rio de Janeiro, 1 no Paraná, 5 em Pernambuco e 1 em Alagoas.**

Fonte: Szmrecsányi (1979, p. 147)

Na safra de 1972-73, a UCB moeu 694.663 toneladas de cana, produzindo 923.815 sacos de açúcar, valor inferior apenas ao registrado pela Usina Catende (MELO, 1975), já na safra 1973-74 a Usina foi responsável pela produção de 848.002 sacos de 60 quilos (IAA, s.d., apud ANDRADE, M., 1989) e na safra seguinte, 1974-75, produziu 1.016.696 sacos (DÉ CARLI, 1982). Em 1984 a produção foi de 876.600 sacos de açúcar de 50 quilos (IBID), registrando uma queda de produção bruta em torno de 7 mil toneladas de açúcar⁹⁸. Para a safra de 1986-87 era prevista a produção de 951.920 sacos de açúcar de 50 quilos, indicando uma retomada de mais de 3 mil toneladas frente a produção da safra anterior, além de 15.833.000 litros de álcool.

A expressividade da usina permaneceu em períodos posteriores tanto que na safra 1995-96 ela foi responsável pela produção de 824.390 sacos de açúcar, número maior que a produção das 36 usinas sergipanas juntas (ANDRADE, M., 2001).

Em 1997 a UCB encerrou suas atividades, segundo especialistas do setor, porque na década anterior a empresa acumulou mais dívidas do que o seu ativo e foi perdendo competitividade⁹⁹ (JORNAL DO COMMERCIO, 1999). No quadro nacional,

⁹⁸ Conforme o próprio autor (1988) a Central Barreiros estava entre as usinas pernambucanas que já haviam ultrapassado a produção de um milhão de sacos de açúcar na safra 1983-84.

⁹⁹ Dé Carli (1982) já informava que “devido [...] a compressão drástica e continuada dos preços de açúcar, a economia setorial começou a se endividar de maneira mais acentuada. Parte, devido, também, ao processo de ampliação do parque açucareiro nacional. Pernambuco não poderia escapar ao programa de expansão de suas usinas, e com a política espoliativa dos preços do açúcar, com a rentabilidade exígua do investimento, a acumulação de débitos era inevitável” (p. 107). Andrade, Y.

a crise recente – associada a problemas de mercado, à menor prioridade atribuída pelo Governo à produção do álcool, à crise fiscal e financeira do Estado Brasileiro, que vem reduzindo os estímulos fiscais e financeiros aos produtores, e ao enorme grau de endividamento alcançado pelos proprietários das usinas e destilarias e pelos fornecedores revela, novamente a fragilidade dessa economia e a incapacidade da grande maioria dos empresários de encontrar saída sem a generosa intervenção do Estado, através de subsídios e créditos abundantes e a prática de rolagem permanente ou até perdão de suas dívidas (DABAT e NETO, 1998, p. 101).

Quanto à situação em Pernambuco,

na década de 1990, o setor sucroalcooleiro [...] passou por um profundo processo de reestruturação produtiva que culminou com a redução da área plantada e no fechamento de várias usinas, especialmente as **mais endividadas**, menos eficientes no cultivo e no processamento da cana e com plantas industriais obsoletas (GALINDO, 2009, p. 34, grifo meu)¹⁰⁰.

Para pagar as dívidas, a UCB chegou a repassar cerca de 7,5 mil hectares de terra para o Banco do Brasil em 1997, quando chegou também a anunciar um plano de reestruturação para equilibrar suas finanças. Posteriormente houve uma mudança na administração da empresa. Em 1999 a Justiça Trabalhista avaliou que seriam necessários mais de R\$ 15 milhões para quitar os débitos que a usina tinha somente nessa área (JORNAL DO COMMERCIO, 1999). Em 3 de março de 1999 foi decretada a falência da empresa, mas a determinação judicial só foi publicada no Diário Oficial do Estado em 22 de maio (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1999). Quando faliu, a UCB tinha cerca de 5.000 trabalhadores, 20 hectares de terra e era a principal fonte de emprego e renda da região (GASPAR, 2009).

(2007) reforça que outros fatores que podem ser atribuídos à falência da empresa são problemas internos (desentendimentos familiares) e efeitos externos da economia sobre o mercado sucroalcooleiro e o Plano Real que ao por fim à elevada inflação do país provocou a diminuição dos rendimentos econômicos, essa nova economia anti-inflacionária precipitou, segundo ele, negativamente o esquema financeiro baseado principalmente na “farra” das aplicações diárias.

¹⁰⁰ “Em trabalho recente (setembro de 1996), a SUDENE mostra o quadro geral da crise assinalando, para o caso de Pernambuco, os seguintes pontos: (i) ‘A Mata Sul concentra o maior número de unidades industriais (26) sendo que 11 encontram-se operando em condições normais, dez estão funcionando precariamente e cinco estão paralisadas...’ [...]. Mais adiante, depois do balanço das unidades que estão funcionando e as que assinalam problemas ou estão paralisadas, o estudo destaca que: ‘Das considerações acima, deduz-se que a área crítica de Pernambuco corresponde a 15 municípios, dos quais 12 se localizam na Mata Sul (Quipapá, Maraiá, Catende, Palmares, Água Preta, Ribeirão, **Barreiros**, Rio Formoso, Escada, Pombos, Cabo e Jaboatão)’” (SUDENE, 1996, p. 42 e 45 apud DABAT e NETO, 1998, pp. 101-102, grifo meu).

Em 2006, a justiça pernambucana apresentou decisão favorável quanto à venda de quatro moendas e da destilaria da usina por R\$ 395 mil para o empresário goiano Carlomberto Alves do Nascimento (MELO, J., 2006)¹⁰¹. Posteriormente, sobre requerimento da prefeitura do município, em janeiro de 2007 o Tribunal de Justiça do Estado suspendeu a liminar e a sentença anteriores (BRASIL, 2007).

Em 2007 os ex-trabalhadores da usina receberam a primeira parcela da indenização a qual tinham direito, três anos depois começaram a receber a segunda parcela, 20%. Somando cerca de R\$ 2 milhões as indenizações impulsionaram a economia municipal e contribuíram para reconstruir parte das residências destruídas pela enchente ocorrida em junho. Não se tem ainda previsão de quando o restante da indenização (50%) de cerca de R\$ 6 milhões será pago (CUT-PE, 2010) perfazendo créditos trabalhistas da ordem de R\$13 milhões sobre um parque fabril avaliado em R\$ 5 milhões (MELO, J., 2007). Além dos ex-funcionários, o Estado tem mais de R\$ 20 milhões de créditos junto à empresa (IBID).

O patrimônio edificado da empresa, a exemplo do antigo edifício administrativo (**Figura 11**) e a destilaria (**Figura 12**), ainda encontram-se de pé, apesar das péssimas condições de conservação.

Figura 11 – Antigo escritório administrativo da UCB



FONTE: Barbosa, Ago. 2013.

Observa-se o avançado processo de degradação da edificação, antigo local de gerenciamento da Usina Central Barreiros.

¹⁰¹ Conforme o mesmo site (2007), o valor venal arrematado pelo próprio empresário foi de R\$ 495 mil.

Figura 12 – Ruínas da destilaria da Usina Central Barreiros



FONTE: Barbosa, Ago. 2013.

Nota-se a degradação do patrimônio da empresa e a presença da vegetação retomando o espaço que ora ocupara.

Recentemente, por R\$ 393.000,00 com recursos próprios do Poder Executivo, a prefeitura do município obteve a desapropriação direta por utilidade pública de mais de 70.000 m² de terra que pertencem a massa falida da usina. Na área objetiva-se realizar um projeto arquitetônico para aproveitá-la instalando um novo mercado público, o pátio da feira livre, um centro de convenções, uma academia da saúde e um complexo administrativo para abrigar todas as secretarias do município (PREFEITURA MUNICIPAL DOS BARREIROS, 2013).

3.3 AS TRANSFORMAÇÕES URBANAS

Considerando a história da formação do município e as diferentes administrações da UCB, sua principal e mais influente indústria, as transformações pelas quais o espaço urbano municipal passou podem ser agrupadas em cinco períodos. O primeiro estende-se da formação territorial do município até 1930, ano de instalação da UCB; o segundo, de 1930 a 1941, englobando o início das

atividades da empresa até sua primeira venda; o terceiro período estende-se de 1942 até 1960, quando a empresa passa a ser administrada pelo Grupo Carlos de Britto; a quarta fase, de 1961 a 1997, que vai da compra da usina pelo grupo Othon até o seu fechamento; e o último período, posterior ao encerramento das atividades da empresa até o início deste século.

A nova condição política na qual Barreiros se encontrara, elevado a categoria de vila efetivamente em 1860, trouxe-lhe alguns melhoramentos. No período anterior à instalação da Usina Central Barreiros, o município já contava com a Igreja dedicada a São Gonçalo (1629), a instituição do ensino oficial, iniciada em 1855 com a fundação de uma escola primária¹⁰² (ANDRADE, Y., 2007), o início da construção da Igreja Matriz de São Miguel (1849), com o Mercado Público (**Figura 13**), datado de 1871; e com serviço de telégrafo, correio e jornal, estes datados do final do século XIX.

Figura 13 – Posição do Mercado Público Municipal de Barreiros



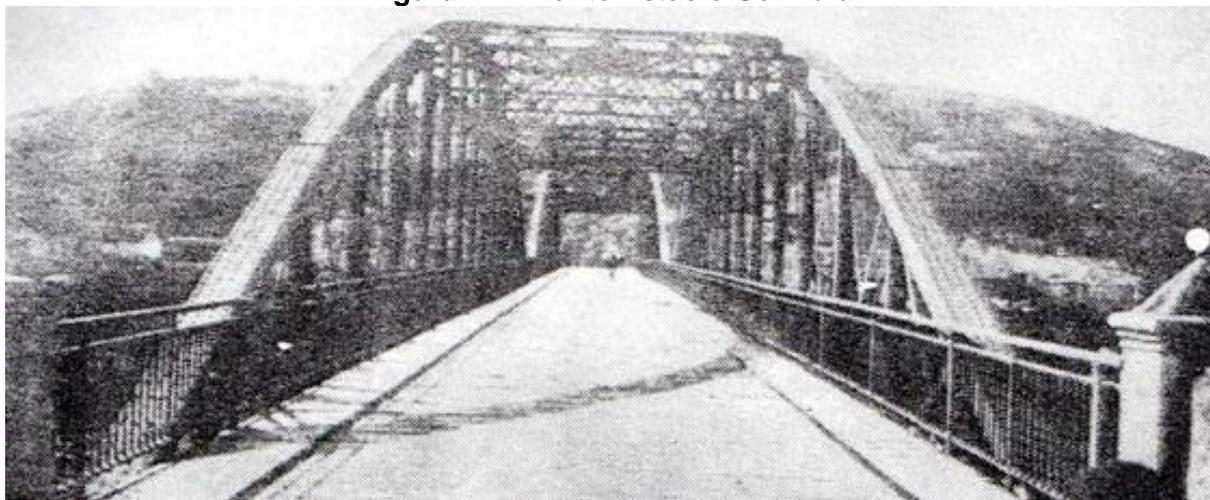
FONTE: Acervo da Prefeitura Municipal dos Barreiros, Ago. 2013.

Situado próximo à confluência dos rios Una e Carimã, o Mercado Municipal (destaque), originalmente uma pequena edificação em estilo Neoclássico, foi reformado em 1970.

¹⁰² “Fontes manuscritas nos revelam que em 1837, já se encontrava instalada na povoação [Barreiros] – a pedido do maioral dos índios da aldeia – uma unidade de ensino de primeiras letras, que era frequentada em sua maioria por crianças indígenas” (FERREIRA, L., 2007, p. 20).

No início do século XX o município conheceu alguns melhoramentos em sua infraestrutura, destacando-se um ramal de linha férrea que passou a conectá-lo ao município de Ribeirão, bem como uma ponte sobre o rio Una (**Figura 14**) construída em 1908 e formada por vários arcos¹⁰³. Estas intervenções foram responsáveis pela substituição do transporte fluvial pelo ferroviário, conseqüentemente, as povoações litorâneas passaram por um processo de esvaziamento, ao mesmo tempo em que a sede do município e seu perímetro urbano conheceram substancial ocupação (CARVALHO, 2009). Neste período ocorreu também a arborização de ruas, iluminação pública com lâmpadas a álcool e a mudança da prefeitura para uma nova sede (BELLO, 1967), reformada em 1981, 2000 e 2002. Uma estação ferroviária da *Great Western*, a Capela de São José (**Figura 15**) e o cemitério público, datam ainda da primeira década do século passado (1908). Posteriormente, ergueu-se a Capela de Santo Antônio, em 1914, a Usina Rio Una, um cinema, em 1920 e em 1928, o hospital Santa Francisca, (**Figura 16**), o Matadouro Público e o Hospital Colônia Doutor Vicente Gomes de Mattos (1928-29).

Figura 14 – Ponte Estácio Coimbra



FONTE: Bello, 1967.

A estrutura da ponte foi substituída em 1941 pela atual ponte sobre o rio Una (BELLO, 1967).

¹⁰³ Após falta de manutenção a antiga ponte foi vendida como ferro velho e substituída por outra de cimento armado (BELLO, 1967), acresce-se a este fato o estilo da construção que não favorecia a circulação de caminhões carregados de cana.

Figura 15 – Capela de São José



FONTE: Barbosa, Ago. 2013.

Datada de 1908, não constam relatos de alterações na edificação original desta capela.

Figura 16 – Antigo Hospital Santa Francisca



FONTE: Barbosa, Ago. 2013.

Datada da primeira metade do século XX, a edificação atualmente funciona como sede da Defesa Civil do município.

Na fase que se estende de 1930 a 1941, o município passou a contar com uma delegacia de polícia (provavelmente instalada em meados da década de 1930, ou antes), com um Grupo Escolar fundado em 1932 pelo governo provincial de Estácio Coimbra. Nesta fase foi erguida a capela de São José no Engenho Baeté (1933), instituído o primeiro serviço de transporte coletivo municipal (1934), aberto um estabelecimento de crédito e fundada a Cooperativa Agropecuária (1937). O primeiro serviço de entrega de pães em domicílio data de 1938; uma plantação de palmeiras, de 1939, bem como a construção da Praça Estácio Coimbra, reformada entre 1969 e 1973. Em 1940 o município contava apenas com um bar, restaurante e sorveteria, neste ano Barreiros recebeu a Escola Agrotécnica Federal de Tamandaré, onde funcionava com a denominação de Patronato Agrícola João Coimbra, transferida para o município com o nome de Aprendizado Agrícola João Coimbra, atual Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – *Campus* Barreiros. O serviço de abastecimento de água em domicílio passou a funcionar a partir de 1941 (ANDRADE, Y., 2007).

Ao assumir o poder, o interventor federal nomeado por Vargas, Lima Cavalcanti (1930-1937), defensor do ideário tenentista¹⁰⁴ e combatente do grupo então hegemônico na política pernambucana, liderado pelo governador Estácio Coimbra, ordenou o confisco dos bens deste e adotou medidas punitivas contra Barreiros (LEVINE, 1980). Ponte, escola, faculdade, hospital, rodovia, ferrovia, entre outras benfeitorias em infraestrutura realizadas no início do século XX pela Companhia de Melhoramentos foram transferidas, interrompidas, suspensas e mesmo destruídas (CARVALHO, 2009).

Durante a administração do Grupo Carlos de Britto, foi instalada no município a primeira escola de datilografia (1942), o primeiro calçamento é datado também de meados de 1942, bem como um serviço de alto-falantes; de 1944 a 1946 houve a ampliação e a reforma da ponte José Canuto; em 1944 foi erguida a Capela de Nossa Senhora do Rosário (**Figura 17**). A Praça Domingos Tenório e o abrigo de menores Santo Antônio datam de 1945, a primeira banca de jornais e revistas, de 1946. De 1947 a 1951 foi construída a Ponte da Cigana. O Ginásio Municipal dos

¹⁰⁴ Segundo Fagundes (2010), o Tenentismo, “inserido no conjunto de manifestações políticas da década de 1920” (p. 127), tinha como objetivo provocar amplas transformações no modelo de Estado em vigor ao longo da Primeira República (1889-1930). O movimento, “mais do que uma disputa de caráter provincial, [...] pretendia combater os ‘vícios e desvios’ [regionalismo, corrupção eleitoral, ‘coronelismo’] criados pelos denominados políticos profissionais” (p. 127).

Barreiros foi fundado em 1949, mesmo ano de instalação da Agência de Correios e Telégrafos, e o SESI, em 1950. A Delegacia do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar no Estado de Pernambuco e o Dispensário Santa Inês datam de 1951, a Biblioteca Municipal, 1952, o sindicato dos Trabalhadores Rurais dos Barreiros, Rio Formoso e Sirinhaém, 1954, posteriormente (1956) registrado com o nome de Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiros (STRB)¹⁰⁵. Em 1957 foi instalado o serviço de entrega regular de gás de cozinha e de revenda de fogões a gás e em 1958, construído o ambulatório médico Júlio Bello, a essa época o município contava com uma rádio difusora de caráter experimental. Em 1959 iniciou-se a construção da ponte dos Lotes concluída em 1963 (ANDRADE, Y., 2007).

Figura 17 – Capela de Nossa Senhora do Rosário



FONTE: Edvaldo de Souza Gomes Palmeira, acervo particular, s.d.

A construção da capela deu-se por iniciativa da UCB.

Durante a administração de Álvaro de Azevedo (1942-1961) foram construídas moradias, uma igreja, novo campo de futebol, escolas e postos de saúde, clube recreativo, estalagem para homens solteiros, proporcionado atendimento médico-ambulatorial intensivo e em domicílio com fornecimento gratuito

¹⁰⁵ Segundo Andrade, Y. (2007), “o surgimento do STRB, como tantos outros na época, decorreu em consequência da política social adotada pela Igreja Católica, representada pelo padre Antônio Melo, vigário da cidade do Cabo, em prol da causa do homem do campo” (p. 180).

de medicamentos e possibilidade de internação no Hospital Barão de Lucena (Recife), em casos de necessidade cirúrgica, além de gratificação natalina. Os benefícios eram também estendidos ao trabalhador do campo e sua família¹⁰⁶. Houve o aproveitamento pela nova gerência de todos os antigos trabalhadores tanto da parte industrial quanto do campo (IBID).

No período da administração do Grupo Othon fundou-se no município a Liga de Assistência Social dos Barreiros (1961) para amparar o menor abandonado (extinta nos anos 1970) e instalou-se uma agência do INSS (1963). O tradicional Colégio São José foi fundado em 1964, no mesmo ano, a própria UCB construiu uma ponte para a passagem de suas locomotivas (ponte Othon Bezerra de Melo). Em 1965 construiu-se a Câmara Municipal, reformada em 1986. O estabelecimento do sistema de comunicação telefônica deu-se em 1966, com uma companhia telefônica municipal transferida para o controle do estado em 1972; um ano depois teve início a chegada de agências bancárias ao município¹⁰⁷, e foi iniciada a construção da ponte sobre a rodovia PE-60, concluída em 1971. Em 1968 a Casa de Saúde e Maternidade João Alfredo Correia de Oliveira foi construída; entre 1969 e 1973 foi reformada e ampliada a ponte Dr. Osmário Omena de Oliveira. O sistema de abastecimento de água foi implementado no município entre 1971 e 1973; em 1972 construiu-se a Praça Nossa Senhora do Rosário, reformada em 1985. Uma loja Maçônica e a Coletoria Estadual datam de 1978, o Terminal Rodoviário e a Biblioteca Municipal Júlio Bello, de 1979, esta reformada em 1983, ainda em 1979,

¹⁰⁶ Deve-se ter atenção para não considerar como assistencialismo voluntário tais medidas tomadas pela empresa, visto que, conforme o Estatuto da Lavoura Canavieira, Lei nº 3.855 de 21 de novembro de 1941, em seu Artigo 7º, “Nos contratos tipos deverão ser observados, a juízo do Instituto [IAA], os seguintes princípios: a) concessão ao trabalhador, a título gratuito, de área de terra suficiente para plantação e criação necessárias à subsistência do lavrador e de sua família; b) proibição de reduzir a remuneração devida ao trabalhador, com fundamento na má colheita, resultante de motivo de força maior; **c) direito a moradia sã e suficiente, tendo em vista a família do trabalhador; d) assistência médica e hospitalar; e) ensino primário gratuito às crianças em idade escolar; f) garantia de indenização no caso de despedida injusta do trabalhador**”. (BRASIL, 1941, s.p., grifo meu). Posteriormente, o decreto-lei nº 6.969 de 19 de outubro de 1944 que revogou alguns artigos do Estatuto da Lavoura Canavieira, em seu Artigo 6º, reforça algumas das medidas apresentadas pelo documento anterior ao instituir que a “A assistência médico-social abrange: **a) assistência médica, dentária e manutenção de ambulatórios; b) assistência hospitalar; c) manutenção de creche e maternidade; d) manutenção de escolas primárias e de cursos práticos de agricultura para filhos de colonos – fornecedores e de seus agregados ou empregados; e) manutenção de instituições peri-escolares e bolsas de estudos; f) manutenção de parques recreativos para crianças e de instituições de recreação para adultos; g) realização dos serviços de saneamento que se tornarem necessários, a fim de garantir a salubridade das zonas de moradia dos colonos - fornecedores e seus empregados ou agregados**” (BRASIL, 1944, s.p., grifo meu).

¹⁰⁷ Instalou-se uma agência do Banco Econômico (1967), do Banco do Brasil (1970), da Caixa Econômica (1982) e do Bradesco (1987) (ANDRADE, Y., 2007).

com o apoio da UCB foi fundada a Associação Barreirense de Assistência destinada ao amparo do idoso, reconhecida como entidade de utilidade pública em 1979. Uma repetidora de TV chega ao município em 1980. Em 1985 foi instalado o 10º Batalhão da Polícia Militar – 3ª Companhia de Polícia Militar, em 1986 erigiu-se uma capela em devoção a Nossa Senhora da Conceição e, em 1987, construiu-se o Hospital Distrital de Barreiros. Uma creche e uma passarela foram construídas no início dos anos 1990. Em 1993 instalou-se a Junta de Conciliação e Julgamento e em 1995, a Delegacia Regional do Ministério do Trabalho e Emprego. Entre 1993 e 1997 a ponte Lívio Tenório foi reformada (IBID).

Com o encerramento das atividades da UCB as vilas operárias remanescentes transformaram-se em bens indenizatórios aos antigos funcionários e ocorreu o parcelamento das propriedades rurais além da ocupação informal de algumas delas e a incorporação de alguns engenhos mais próximos do perímetro urbano ao tecido urbano do município (CARVALHO, 2009).

Em agosto de 2000 uma grande enchente atingiu o município levando a necessidade de um importante processo de reconstrução da cidade e o surgimento de novos bairros e assentamentos como a **Vila São Miguel** e **Barreiros Novo** (IBID, grifo do autor).

No início deste século, o município recebeu outras instalações, principalmente de órgãos da justiça, tais como o Conselho Tutelar da Criança (2001), o Ministério Público Estadual (2002) e o Fórum da Comarca de Barreiros (2003). Quanto à atenção a população, o município passou a contar com um Grupo de Resgate (2000), uma nova creche (2003) e a Associação Barreirense da Melhor Idade (2005). Referente à infraestrutura construiu-se a Ponte Tibiri (2001-2005) e a Praça Rio Una (2006). Em 2001 foi instalada uma Casa da Cultura e em 2004 o município recebeu uma agência do extinto banco Real, atual Santander (ANDRADE, Y., 2007).

4. IMPLICAÇÕES SOCIOECONÔMICAS NO ESPAÇO URBANO

Semi fechadas, longe dos centros urbanos e de quase toda autoridade pública, as plantações açucareiras criaram uma sociedade do trabalho sobre a qual a vida de homens e mulheres era moldada. Tudo em suas vidas se relacionava diretamente com o trabalho que executavam desde muito cedo: i) a casa em que moravam; ii) os alimentos que consumiam; iii) a água que bebiam; iv) as roupas que usavam; v) o ritmo, intensidade e jornada de seus trabalhos; vi) seu tempo de descanso e lazer etc. (FILHO, 2012, p. 145).

A economia barreirense sempre esteve associada ao ciclo açucareiro, praticamente desde sua origem até o final do século passado (CARVALHO, 2009). Pode-se acrescentar sem maior dificuldade que não só a economia, mas a estrutura social de Barreiros esteve sempre associada à cultura canavieira, representada antes pelos diversos engenhos banguês que processavam ainda de modo artesanal a cana-de-açúcar, propriedades que, se comparadas a outras da mesma época noutras cidades, apresentavam modestas instalações desde as casas-grandes até as fábricas; e depois pelas modernas usinas com grande capacidade produtiva que refletia no grande poder que emanavam, dentre outros, manifestado pela propriedade fundiária, pela empregabilidade promovida, pelos impostos pagos ao Estado e pelos conjuntos habitacionais, sistemas próprios de transporte e outros equipamentos que não se restringiam apenas ao campo, mas, sobretudo em Barreiros, também à zona urbana.

O presente capítulo aborda o quadro socioeconômico e o espaço urbano de Barreiros apresentando as principais alterações ocorridas nestes ao longo do tempo, considerando-se em geral o período de funcionamento da UCB como marco de coleta dos dados, mais indo além, até 2010, quando a empresa já de encontrava desativada, a importância destes dados mais atuais faz-se por um motivo: apresentam uma realidade muito diferente e mais consolidada quanto à sobrevivência econômica e social do município mais de dez anos após o encerramento de sua principal indústria. A partir deste levantamento objetiva-se posteriormente tecer considerações efetivas sobre a relação entre as atividades da Usina e seus impactos na vida das pessoas e no espaço urbano barreirense.

A partir da análise de algumas obras, da consulta a publicações e sites governamentais que disponibilizam dados estatísticos passíveis de serem

organizados em tabelas e gráficos e por meio das informações obtidas através de pesquisa de campo e entrevistas, foram reunidos neste capítulo elementos a respeito do município objeto de estudo, de sua microrregião, mesorregião na qual se localiza e informações referentes ao estado de Pernambuco. Dessa forma, em diferentes escalas temporais, pois muitas vezes os dados disponibilizados por diferentes fontes não apresentam padrões de continuidade, foram analisados aspectos relacionados às implicações socioeconômicas observadas no espaço urbano do município de Barreiros, fortemente influenciado pela atividade da UCB. Duas escalas foram consideradas na apresentação dos dados: a escala socioeconômica, englobando aspectos relacionados à população urbana e rural e os fluxos migratórios; o grau de escolaridade da população; o perfil ocupacional dos trabalhadores e a oferta de emprego; o Produto Interno Bruto e a relação entre renda *per capita*, pobreza e indigência. O segundo aspecto trabalhado relaciona-se aos indicadores urbanos, neste sentido foram levantados e analisados dados sobre aspectos de habitação, comércio e serviços e sistemas de transportes.

Em consequência da debilidade da vida urbana, são extremamente pobres e insuficientes os equipamentos funcionais das cidades e vilas em causa. Insuficiência aumentada com o ingresso dos trabalhadores que, em virtude da desruralização¹⁰⁸, se incorporam aos seus efetivos humanos. Esses pequenos centros, além de quase nada poderem oferecer, como horizontes de trabalho, aos egressos dos engenhos, longe estão de lhes poder proporcionar satisfatoriamente certos serviços essenciais como os de saúde, educação e habitação (MELO, 1975, p. 124).

4.1 INDICADORES SOCIOECONÔMICOS

Torna-se extremamente difícil analisar os indicadores socioeconômicos da Zona da Mata em seu espaço rural ou mesmo urbano sem considerar a estrutura latifundiária e monocultora canavieira que caracterizam a região na qual a maior parte das terras está ocupada, ou reservada para a cultura de cana para ou mesmo

¹⁰⁸ Com a proletarização o trabalhador-morador do campo passou a viver exclusivamente do seu salário, perdendo o vínculo que o prendia a terra, ou seja, as culturas alimentares que realizava, ao ter esse vínculo suprimido o trabalhador perdeu o interesse em permanecer morando no engenho, concomitantemente, o proprietário buscava se “livrar” desse trabalhador dado que a sua permanência na propriedade acarretaria também a existência de vínculo empregatício exigindo o cumprimento e o pagamento dos encargos instituídos pela legislação trabalhista e previdenciária, desta forma, o trabalhador vê-se expulso do campo tendo que direcionar-se para os pequenos aglomerados urbanos (povoados, vilas e/ou periferias). Esse processo é o que MELO (1975) denominou **desruralização**.

pelas usinas¹⁰⁹. Tal característica, aliada à densidade demográfica regional, origina sérios problemas sociais, muitos deles que permanecem ainda sem solução (SZMRECSÁNYI, 1979).

Em vários municípios de importante produção açucareira, a exemplo de Barreiros, considerando-se as propriedades de acordo com o valor, por falta de dados relacionados às suas dimensões¹¹⁰, nota-se a ausência completa da pequena propriedade, tanto que 1497 proprietários entre usineiros, bangueseiros ou fornecedores de cana, concentravam 47% da área do Litoral-Mata representando claramente gigantescos latifúndios: a área em poder das 60 usinas (394.062 ha) era quase equivalente à de 14 municípios da zona Litoral-Mata¹¹¹ (COSTA, 1945 apud DABAT, 2003),

uma das principais consequências dessa situação, se não a principal, é a abundante disponibilidade de mão de obra que ela gera. Trata-se da considerável parcela da população rural que devido à concentração da propriedade, não encontra outra alternativa para prover a sua subsistência que alhear a sua força de trabalho e se por a serviço dos grandes proprietários e fazendeiros. Circunstância essa, aliás, que torna possível o grande empreendimento agro mercantil (COSTA, 1945, p. 42 apud DABAT, 2003, p. 70).

Quanto à relação entre a grande propriedade e a persistência de um padrão de estratificação social, Germani (1962) esclarece que,

costuma-se assinalar a persistência da estrutura rural latifundiária como um dos fatores principais de sobrevivência do padrão tradicional de estratificação social, que por sua vez atua como uma barreira sumamente eficaz para impedir ou limitar a mudança social e anular ou reduzir a mobilidade. Será necessário apenas mencionar as repercussões de ordem mais geral atribuídas à persistência da grande propriedade: repercussões sobre a estrutura e o funcionamento da economia (baixos rendimentos, monocultivo etc.);

¹⁰⁹ Comparativamente à microrregião da Mata Seca e do Recife, a Mata Úmida pernambucana era a que apresentava a maior concentração fundiária: 55% das terras da microrregião era propriedade das usinas, o que corresponde a 328 mil hectares (MELO, 1975). Em Barreiros a situação era mais agravante: em 1965 63,7% (23.627 ha) das terras do município, incluindo São José da Coroa Grande, pertenciam às usinas (ROSA E SILVA NETO, 1966 apud MELO, 1975).

¹¹⁰ Dabat (2003) reforça que “para esboçar um quadro mais preciso da estrutura fundiária na zona canavieira de Pernambuco, enfrenta-se de antemão um obstáculo de grande importância: a ausência de séries históricas de dados cadastrais precisos. A eficácia das grandes famílias, por meio de política endogâmica, em manter seu domínio sobre as terras foi complementada pelo quase segredo mantido sobre informações a respeito de seus bens fundiários” (p.69).

¹¹¹ Segundo Levine (1980), em 1920 “as refinarias de açúcar da Mata tinham já [...] adquirido por compra a maior parte das terras circundantes, firmando seu controle sobre a economia local e forçado à baixa dos salários agrícolas” (p. 44).

persistência de uma aristocracia tradicional, com sua hegemonia política e social e conseqüente manutenção de uma imagem bipartida da sociedade, com seus conexos ideais de vida, tanto para os estratos baixos como para os altos (nestes: o estilo de vida senhorial, com nula ou escassa inclinação para atividades ou inversões propícias ao desenvolvimento; naqueles: a manutenção da relação de dependência, paternalismo e vínculos de tipo primário e particulares, apatia, escassa propensão para a mudança ou para aproveitar oportunidades novas, persistência de baixos níveis de aspiração, dificuldades para o surgimento de um estilo de vida e valores de classe média, mesmo quando possam existir os papéis ocupacionais correspondentes) [...] (p. 114).

Para DABAT e NETO (1998) quanto à estrutura social da Zona da Mata,

o que é importante ressaltar é que o quadro geral de carência que abrange a desnutrição, as condições precárias dos domicílios, o analfabetismo, a incidência de doenças e as altas taxas de mortalidade estão associados não só a formas de organização social da região e às relações de trabalho vigentes, como às formas específicas de atuação do Estado na região que historicamente, tem pautado sua ação pelo apoio sistemático aos grandes proprietários e industriais [...] e pela quase ausência de programas sociais voltados para a melhoria dos padrões de nutrição, saúde, educação, saneamento básico e habitação popular (p. 112).

4.1.1 População urbana e rural e fluxo migratório

Apesar de a zona urbana ocupar menos de 1% de Barreiros, o município apresenta a segunda maior taxa de urbanização entre os municípios da Microrregião da Mata Meridional Pernambucana, correspondendo a 83%, sendo superado apenas pelo município de Escada, com 84% de população urbana (IBGE, 2010).

Entre os anos de 1970 e 2000 a taxa de crescimento demográfico da Zona da Mata foi inferior a de Pernambuco como um todo e a do Estado, exceto essa região. A região mostrou também índices menores em relação ao Nordeste e ao país (GALINDO, 2009).

Quanto aos aspectos demográficos do município de Barreiros, da Microrregião da Mata Meridional Pernambucana, da Mesorregião da Mata Pernambucana e do estado de Pernambuco, a análise da evolução da população total e da distribuição da população urbana e rural dessas áreas entre 1940 e 2010 permite concluir que a população total em Barreiros entre as décadas de 1940 e 1950 recebeu um incremento de mais de 6.000 pessoas, fato que se repete entre

1950-1960, posteriormente sofrendo um forte decréscimo de mais de 5.000 habitantes entre 1960 e 1970 quando a população volta a crescer, porém, em ritmo menos acelerado excetuando-se o período 1980-1991 quando a população é incrementada em mais de 8.000 pessoas, a partir de então há leve declínio e aparentemente estabilização no crescimento demográfico no município, a partir de 2000, em ritmo muito menor. Ao contrário do município, tanto na microrregião quanto na mesorregião e no estado não há períodos de redução da população total de suas áreas entre 1940 e 2010¹¹² (Tabela 6).

Tabela 6 – População Total, Urbana e Rural, áreas selecionadas - 1940-2010

		Barreiros	Microrregião da Mata Meridional Pernambucana	Mesorregião da Mata Pernambucana	Pernambuco
	População Total	21.630	246.654	630.681	2.688.240
1940	População Urbana	8.319	57.922	135.833	787.808
	População Rural	13.311	188.732	494.848	1.900.432
	População Total	28.093	300.821	719.453	3.395.766
1950	População Urbana	9.631	73.020	172.855	1.169.786
	População Rural	18.462	227.801	546.598	2.225.980
	População Total	34.571	355.198	834.838	4.081.947
1960	População Urbana	15.461	158.736	373.442	1.828.424
	População Rural	19.110	196.462	461.396	2.252.177
	População Total	28.892	404.982	939.124	5.161.866
1970	População Urbana	17.666	167.873	381.329	2.811.656
	População Rural	11.226	237.109	557.795	2.350.210
	População Total	32.446	446.967	1.035.528	6.143.503
1980	População Urbana	19.619	224.849	541.505	3.784.990
	População Rural	12.827	222.118	494.023	2.358.513
	População Total	40.569	485.236	1.132.544	7.127.855
1991	População Urbana	27.558	279.270	702.727	5.051.654
	População Rural	13.011	205.966	429.817	2.076.201

¹¹² De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013), entre os anos de 2000 e 2010, Barreiros apresentou uma taxa média de crescimento anual de 0,40%, frente a uma taxa negativa de crescimento demográfico registrada no período 1991-2000 de 0,40%. Nos dois períodos, comparativamente às médias do estado e do país o município apresentou crescimento demográfico inferior em ambos os momentos: no Brasil e em Pernambuco as taxas foram baixas, mas positivas, em torno de 1%. Contraditoriamente ao reduzido crescimento demográfico, a taxa de urbanização do município cresceu 22,82% no período.

Tabela 6 – População Total, Urbana e Rural, áreas selecionadas - 1940-2010 (Conclusão)

		Barreiros	Microrregião da Mata Meridional Pernambucana	Mesorregião da Mata Pernambucana	Pernambuco
	População Total	39.139	506.479	1.207.274	7.918.344
2000	População Urbana	31.028	331.104	833.436	6.058.249
	População Rural	8.111	175.375	373.838	1.860.095
	População Total	40.732	559.290	1.310.638	8.796.448
2010	População Urbana	33.982	395.215	979.650	7.052.210
	População Rural	6.750	164.075	330.988	1.744.238

Fonte: IPEADATA, 2014.

Referente à população urbana os dados apresentados na tabela anterior registram que esta em Barreiros supera a rural em 1970, apesar de apresentar notável crescimento entre 1950 e 1960 com mais de 5.000 habitantes, fato que só se repetirá entre 1980 e 1991 e com intensidade ainda maior. Na microrregião e na mesorregião a população urbana supera a rural apenas na década de 1980, dez anos após o município. Assim como em Barreiros há um forte incremento demográfico na população urbana da microrregião e da mesorregião no período entre 1950 e 1960, quando a população urbana de ambas as áreas aumenta em mais de 100%. Em Pernambuco a população urbana supera a rural em 1970, assim como em Barreiros, porém, apesar de também registrar importante crescimento entre 1950 e 1960, os valores são menores que as demais áreas selecionadas. Neste sentido é de suma importância a observação trazida por Melo (1975) quanto ao deslocamento da população da zona rural para a zona urbana dos municípios de importante atividade açucareira. Segundo ele,

[...] esse fenômeno de deslocamento, não sendo acompanhado por uma mudança do tipo de atividade da população, que continua sendo o trabalho nos canaviais, não pode legitimamente ser considerado um processo de urbanização do efetivo humano das áreas açucareiras. Insistimos neste ponto: o que ocorre é, antes, uma mudança da forma e da localização do **habitat** rural, de dispersa nas unidades produtoras para agrupada nos aglomerados. Como, porém, as estatísticas brasileiras consideram urbana toda a população residente nas sedes dos municípios e distritos, tal mudança faz aparecerem as áreas canavieiras com muito elevados índices de urbanização no cotejo com as demais áreas [em 2010 a microrregião ainda colocava-se entre as dez maiores taxas de população urbana do estado, conforme observado na **Tabela 7**]. [...] Esse fenômeno pode ser considerado como de pseudourbanização. Mesmo assim, ele responde por uma nova estrutura do povoamento” (IBID, p. 125, grifo do autor).

TABELA 7 - População Urbana, Microrregiões de Pernambuco – 2010

Posição	Microrregião	Porcentagem
1°	Fernando de Noronha	100,0
2°	Recife	98,7
3°	Itamaracá	87,1
4°	Suape	85,6
5°	Vale do Ipojuca	78,0
6°	Vitória de Santo Antão	78,0
7°	Mata Setentrional Pernambucana	77,7
8°	Alto Capibaribe	74,8
9°	Mata Meridional Pernambucana	70,7
10°	Brejo Pernambucano	68,7
11°	Petrolina	64,4
12°	Pajeú	63,5
13°	Garanhuns	62,9
14°	Sertão do Moxotó	62,7
15°	Itaparica	57,5
16°	Salgueiro	57,2
17°	Médio Capibaribe	56,9
18°	Araripina	53,7
19°	Vale do Ipanema	48,0

FONTE: IPEA, 2014.

No que se refere à população rural é permitido observar que em Barreiros esta população mostra-se predominante até a década de 1960, na década seguinte, sobretudo pela forte redução da população do campo, mais em decorrência do êxodo rural do que da redução do crescimento natural, a população urbana passa a ser predominante. Na microrregião entre 1950 e 1960 há uma queda na população rural, na mesorregião tal queda dar-se-á apenas na década seguinte (1960-1970). Em Pernambuco apenas no intervalo 1940-1950 a população rural cresce em ritmo mais rápido mantendo crescimento até 1980, apesar de já superada desde a década anterior pela população urbana, posteriormente o ritmo de crescimento da população rural diminui significativamente.

O importante crescimento da população urbana frente à população rural tanto em Barreiros quanto no estado, mas, sobretudo na microrregião e na mesorregião indicaria um crescimento natural muito acelerado no espaço urbano e praticamente estagnado ou negativo entre a população rural, tal hipótese mostra-se menos plausível sendo mais provável ter havido um saldo migratório muito positivo em relação ao espaço urbano considerando-se que a transferência de população rural

para o espaço urbano das áreas selecionadas por si só não seria suficiente para responder a tal crescimento¹¹³.

Considerando ainda o aspecto migratório, ao contrário de São Paulo, a região Nordeste não recebeu imigrantes europeus. Primeiramente, de acordo com Andrade, M., (2011), eles não se adaptariam às sub-humanas condições de trabalho, além disso, havia uma abundante reserva de mão de obra representada pelos moradores de engenho da região, que, em decorrência de suas condições de vida, da sua ignorância e das condições de trabalho existentes seria absorvida sem maiores esforços pela agroindústria açucareira¹¹⁴.

Conforme Andrade, M., (1988) a microrregião da mata meridional pernambucana é uma área de emigração apresentando declínio no crescimento demográfico a cada decênio. Na década de 1950-1960 todos os municípios da microrregião, com exceção de Escada e Joaquim Nabuco, apresentaram crescimento pequeno, mas não negativo. É observado crescimento demográfico negativo na década seguinte em Barreiros¹¹⁵, dentre outros municípios.

Os levantamentos censitários entre 1980 e 1991 apresentaram para a Zona da Mata de Pernambuco um crescimento demográfico de cerca de 1%, aquém do crescimento vegetativo da população, presumindo-se ter havido importante processo de emigração (**Tabela 8**) (DABAT e NETO, 1998) vinculado mais a desruralização associada às transformações do campo que expulsaram o trabalhador do que a fatores de atração das áreas urbanas (MELO, 1976 apud DABAT e NETO, 1998).

¹¹³ Neste sentido vale ressaltar a importância da população imigrante no quadro demográfico barreirense na década de 1960, dado que grande parte da população era composta por pessoas provenientes de outros lugares. Confirmando esse dado, os cidadãos entrevistados informaram ser naturais de outras áreas de Pernambuco, ou mesmo de municípios do estado de Alagoas, apontando como causa de atração migratória a mudança da habitação familiar quando ainda criança, sobretudo, por fatores de ordem econômica, ou seja, em busca de melhores condições de trabalho, promovidas pela UCB quando os pais ou mesmo alguns entrevistados, migraram objetivando trabalhar nesta.

¹¹⁴ Apesar da abundante mão de obra local, as usinas situadas distantes do Agreste, como a Central Barreiros, às vezes necessitavam enviar caminhões às cidades agrestinas em dias de feira para agenciar trabalhadores e conseguir a mão de obra que necessitavam (ANDRADE, M., 2011).

¹¹⁵ -0,08% na década de 1960-70 e -1,18% na década de 1970-1980 (ANDRADE, M., 1988).

Tabela 8 – População não natural e total, áreas selecionadas - 1960-1980*

Área	1960		1970		1980	
	População não natural	População total	População não natural	População total	População não natural	População total
Barreiros	15.367	34.571	6.104	28.892	8.172	32.445
Microrregião da Mata Meridional Pernambucana	146.384	355.198	102.321	404.782	143.389	446.947
Mesorregião da Mata Pernambucana	231.875	834.838	190.258	922.171	269.973	1.035.502
Pernambuco	907.129	4.080.601	1.164.776	5.160.540	1.849.994	6.141.993

* Não foram obtidos dados para anos posteriores.

FONTE: Censos Demográficos de Pernambuco, 1960; 1970; 1980, Dados Distritais.

Conforme a tabela anterior, em Barreiros na década de 1960 a população proveniente de outros municípios era significativamente alta, respondendo por 44,4% de sua população total, valor próximo ao registrado para a microrregião (41,2%), e muito além dos valores da mesorregião (27,8%) e do estado (22,3%). Na década seguinte Barreiros conhece uma importante redução em sua população total (-16%), mais acentuada ainda na população não natural que passa a representar pouco mais de 21% no quadro demográfico geral do município. Pode-se afirmar que houve uma emigração muito alta não só de pessoas não naturais como de barreirenses, dado que somente a redução do crescimento vegetativo e o êxodo de população não natural não poderia explicar essa sensível queda registrada. No âmbito microrregional ocorreu também redução da população não natural que passou a responder por 25,3% do total. O contingente de imigrantes na mesorregião também sofre queda passando a 20,6% da população total, enquanto que no estado ocorre alta pouco significativa passando para 22,6%. Em 1980 há um leve aumento da população não natural em Barreiros que passa a responder por 25,1% do total, na microrregião a elevação é ainda maior chegando a 32% o valor da população não natural, sendo superior até mesmo ao índice registrado no estado (30%). Na mesorregião o aumento ocorre com menor intensidade, passando para 26%. Em resumo, na década de 1960 Barreiros e a microrregião na qual está inserido mostraram-se importantes zonas de recebimento de população. Em 1970 todas as áreas selecionadas reduziram o contingente de imigrantes em sua população, exceto o estado que apresentou crescimento pouco significativo. No município e na microrregião a quantidade de imigrantes volta a crescer na década de 1980, mas

aquém dos valores registrados em 1960 exceto na esfera estadual que passa a atrair mais pessoas do que as demais áreas selecionadas.

Torna-se importante ressaltar que na Zona da Mata as limitadas oportunidades de emprego associadas ao êxodo rural acarretam os citados fluxos emigratórios e o conseqüente reduzido crescimento demográfico regional (GALINDO, 2009), neste sentido destaca-se a saída de pessoas para centros urbanos de fora da região e mesmo para outras regiões do país, sobressaindo-se a Região Metropolitana do Recife como destino de grande parte dos migrantes, visto que, a crise que se abateu na economia do Sudeste, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, os principais destinos dos emigrantes, deve ter desviado os fluxos demográficos para a metrópole recifense aumentando a quantidade de desempregados e subempregados¹¹⁶ (DABAT e NETO, 1998), em outras palavras,

[...] provavelmente, a elevada concentração de renda na zona canavieira, aliada ao tamanho reduzido do mercado e ao baixo número de atividades básicas que criam economias de aglomeração impede que o dinamismo econômico se traduza em atração significativa para o deslocamento de contingentes populacionais oriundos de outras áreas mais pobres. [...] O que parece ser a principal motivação desse processo são as crescentes limitações das oportunidades de emprego na região, que coincidem com o relativo “encolhimento” da agroindústria sucroalcooleira, resultado do processo de reestruturação produtiva. (GALINDO, 2009, pp. 24-5).

4.1.2 Grau de escolaridade

Segundo informações obtidas junto aos moradores do município durante o período de funcionamento da usina a escolaridade em geral era baixa (**Tabela 9**), dado que o acesso à educação era mais restrito. Considerando-se a menor demanda quanto à exigência de estudos mais avançados no período, as pessoas alcançavam em sua maioria até o ensino primário¹¹⁷ (oferecido por poucos estabelecimentos públicos e privados), e, no máximo, até o ginásio. No campo a

¹¹⁶ Dabat e Neto (1998) sugerem que entre 1980 e 1991 um total de 124,7 mil pessoas deixaram a região da Zona da Mata pernambucana. Considerando a população rural da região, estimam que no mesmo período houve a saída de 168,3 mil pessoas que em parte teria se dirigido para os centros urbanos locais e/ou saído da mesorregião, apesar da importante emigração, a região ainda conta com significativo contingente de trabalhadores desempregados o que continua a pressionar a saída de população em busca de regiões de economia mais dinâmica (GALINDO, 2009).

¹¹⁷ Mais da metade dos entrevistados (55,5%) cursou apenas esse nível de ensino, um chegando ainda a não o completar.

oferta de educação dava-se por iniciativa da própria usina¹¹⁸. Na zona urbana havia também a oportunidade de estudos de nível médio¹¹⁹ e técnico oferecidos pela antiga Escola Agrotécnica Federal, o ensino superior foi instalado no município, mas teve duração muito efêmera¹²⁰. A educação era fortemente vinculada à renda, pessoas que possuíam maior renda e visavam maior grau de escolaridade dirigiam-se para o Recife.

Tabela 9 - Grau de Instrução, áreas selecionadas - 1940-1991

		Barreiros	Microrregião da Mata Meridional Pernambucana	Mesorregião da Mata Pernambucana	Pernambuco
1940	Pessoas de 5 anos de idade e mais de instrução declarada que não sabem ler nem escrever	14.132	167.356	435.438	1.690.422
1950	Pessoas de 5 anos de idade e mais de instrução declarada que não sabem ler nem escrever	17.710	199.358	484.638	2.053.675
1960	População acima de 5 anos de idade que não sabe ler e escrever e nem estuda	15.395	178.364	431.957	1.635.813
1970	População de 5 anos e mais sem instrução	14.344	234.824	549.175	2.571.158
1980	Pessoas de 5 anos ou mais não alfabetizadas	15.187	238.941	526.307	2.624.391
1991	População de 5 anos e mais sem instrução	16.213	229.404	499.917	2.487.787

FONTE: Recenseamento Geral do Brasil, 1940, v.1; Censos Demográficos, 1950, v.1; 1960; 1970; 1980, Dados Distritais; 1991.

Observa-se a partir da tabela acima que entre 1940 e 1950 em todas as áreas selecionadas a quantidade de pessoas com alguma dificuldade em sua formação

¹¹⁸ Conforme um dos entrevistados o ensino era oferecido não somente para os filhos dos funcionários da empresa.

¹¹⁹ Segundo Bello (1984) somente em 1949 é instituído o ensino médio em Barreiros.

¹²⁰ Bello (1984) informa que em 1929 foi fundada a Escola Superior de Agronomia, extinta no ano seguinte pelo governo revolucionário pernambucano que, conforme observado (capítulo 3), promoveu a destruição ou anulação de uma série de melhoramentos implementados pelo então governador Estácio Coimbra.

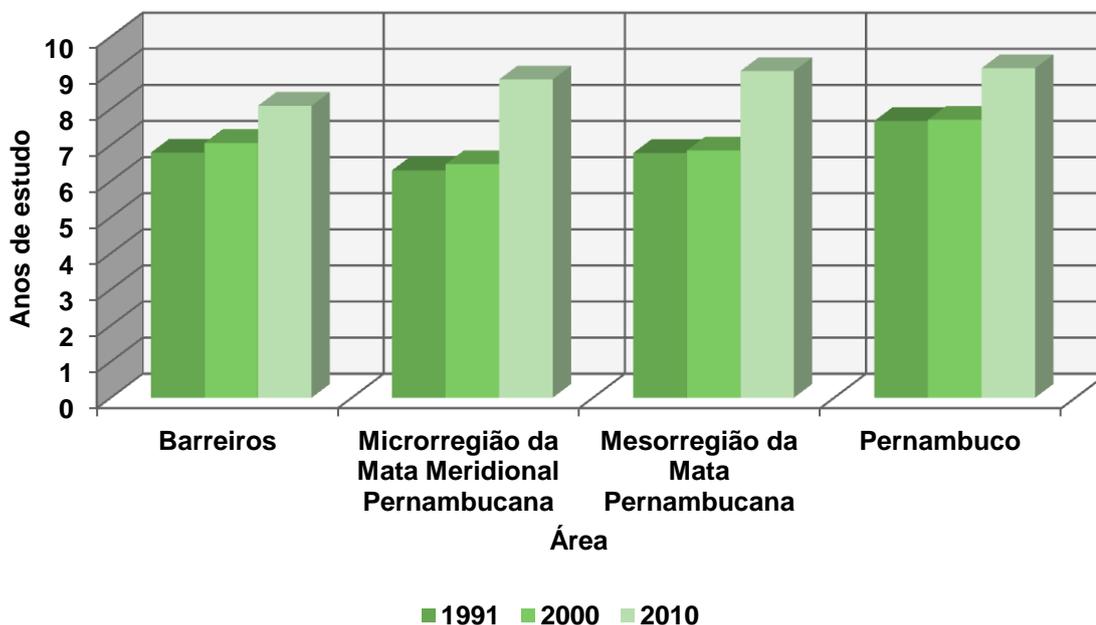
escolar aumentou, entrando em declínio no período 1950-1960 e voltando a crescer entre as décadas de 1960 e 1970 exceto em Barreiros. No período seguinte, 1970-1980, há redução da quantidade de indivíduos com déficit de formação escolar apenas na mesorregião. No último intervalo analisado (1980-1991) somente Barreiros mostrou crescimento no aspecto educacional considerado.

Quanto à acentuada taxa de analfabetismo que permanece na região, sobretudo entre sua população rural, DABAT e NETO (1998) consideram sua origem relacionada às lacunas do passado, mas também do presente. Como causa de tal realidade apontam a existência de uma rede escolar inadequada quanto ao ensino proposto (temáticas, calendário e formação docente), a elevada evasão e repetência dos estudantes filhos de canavieiros e à necessidade daqueles ainda crianças e adolescentes abandonarem os estudos para contribuir na renda familiar com seu trabalho na lavoura canavieira¹²¹.

Comparando-se os dados relacionados à expectativa de anos de estudo nas áreas selecionadas entre 1991 e 2010 (**Gráfico 4**) observa-se que apesar de em 1991 Barreiros apresentar expectativa de anos de estudo levemente superior à Microrregião na qual está inserido mostrava valor semelhante ao da Mesorregião e inferior ao do Estado. Comparativamente entre 1991 e 2000 este índice praticamente não sofreu alteração nas respectivas áreas consideradas. No período 2000-2010 o crescimento da expectativa de anos de estudo foi mais significativo, sobretudo para a Microrregião e para a Mesorregião. Especificamente, Barreiros não acompanhou tal evolução comparativamente as demais áreas, mantendo tal valor abaixo dos oito anos de estudo, ou seja, há pouca perspectiva das pessoas ao menos completarem o ensino fundamental, fato que se observa também nas demais esferas, mas que se apresenta com maior gravidade no âmbito municipal.

¹²¹ Em Barreiros a taxa de analfabetismo na população rural acima de 15 anos de idade encontrava-se entre 70% e 80% (IBGE, 1980 apud DABAT e NETO, 1998).

Gráfico 4 - Expectativa de anos de estudo, áreas selecionadas - 1991-2010



FONTE: PNUD, 2013.

4.1.3 Perfil ocupacional e emprego

Em toda mesorregião da Zona da Mata pernambucana a agroindústria canieira é responsável pela quase totalidade dos postos de trabalho disponíveis. No Estado, os 6.937 estabelecimentos agrícolas que estavam envolvidos com a cana-de-açúcar empregaram, em 1996, 106.349 trabalhadores, algo em torno de 3% da população economicamente ativa pernambucana (IBGE, 1996 apud MOURA; MÉLO; MEDEIROS, 2004), em época de safra o contingente de pessoas empregadas no setor, no mesmo ano, ficou em torno de 6% (BARROS, 1996 apud MOURA; MÉLO; MEDEIROS, 2004), por sua vez, sobre este setor,

o baixo nível de escolaridade, a elevada taxa de analfabetismo, o alto grau de concentração de renda e a elevada parcela de pobres e indigentes na população, coexistem em um cenário caracterizado pela presença hegemônica da agroindústria sucroalcooleira, portanto, moldam as características sobre as quais o mercado de trabalho na zona canieira é organizado (GALINDO, 2009, p. 22).

Considerando o município de Barreiros, a microrregião da mata meridional pernambucana, a mesorregião da mata pernambucana e o próprio estado de

Pernambuco no que se refere à ocupação dos trabalhadores por setor de atividade entre 1940 e 2010, pode-se afirmar que na década de 1940 a maior parte da população economicamente ativa no âmbito municipal estava empregada em atividades agropecuárias e do setor industrial, este que apresentava uma leve maioria de empregados, neste mesmo ano, nas demais regiões consideradas a predominância ocupacional dos trabalhadores dava-se no setor agropecuário. Em 1950, Barreiros passou a acompanhar as demais áreas quando a maior parte de sua população economicamente ativa vinculou-se ao setor agropecuário, neste ano a população empregada no ramo industrial caiu em torno de 36%. Até o ano de 1995 o setor agropecuário permaneceu como o maior empregador em todas as áreas selecionadas¹²². A partir do ano de 2000 observa-se acentuado contingente da população ocupada no setor terciário em todas as áreas selecionadas, exceto na Microrregião, onde as atividades agropecuárias são responsáveis, ainda que de modo pouco significativo comparativamente ao setor terciário, pelo emprego da maioria da população. Em 2010 consolidou-se o setor terciário como maior empregador em todas as áreas selecionadas (**Tabela 10**).

Tabela 10 - Pessoal ocupado por setores de atividade, áreas selecionadas - 1940-2010

	Barreiros	Microrregião da Mata Meridional Pernambucana	Mesorregião da Mata Pernambucana	Pernambuco	
1940*	Total	9.150	84.048	195.490	837.120
	Agropecuária	4.305	67.648	171.700	747.659
	Comércio	110	1.408	3.625	21.152
	Indústria	4.735	14.992	20.165	68.309
	Serviços	-	-	-	-
1950*	Total	9.223	106.253	201.407	1.001.794
	Agropecuária	6.866	89.458	172.008	858.602
	Comércio	482	3.031	5.897	36.870
	Indústria	1.722	12.779	21.412	90.935
	Serviços	153	985	2.090	15.387
1960*	Total	7.928	117.995	253.792	1.402.506
	Agropecuária	6.357	103.188	227.633	1.263.146
	Comércio	144	2.504	6.321	46.997
	Indústria	1.332	11.353	17.253	72.058
	Serviços**	95	950	2.585	20.305

¹²² Quanto à oferta de emprego, Andrade, M. (1988), esclarece que “[...] o setor primário é o maior empregador de mão de obra na região canavieira, sobretudo naquelas microrregiões e municípios que tem uma baixa taxa de urbanização. [...] Ocorre que a agroindústria do açúcar necessita empregar um grande contingente de mão de obra nos trabalhos agrícolas” (p. 167-9).

**Tabela 10 - Pessoal ocupado por setores de atividade, áreas selecionadas - 1940-2010
(Conclusão)**

		Barreiros	Microrregião da Mata Meridional Pernambucana	Mesorregião da Mata Pernambucana	Pernambuco
1970**	Total	5.541	97.330	231.587	1.346.978
	Agropecuária	3.907	79.679	195.687	1.128.264
	Comércio	550	5.008	12.064	87.637
	Indústria	883	10.807	19.584	95.929
	Serviços	201	1.836	4.252	35.148
1980**	Total	6.835	165.133	297.063	1.537.270
	Agropecuária	5.348	148.580	257.123	1.218.871
	Comércio	464	4.557	10.708	103.759
	Indústria	862	10.291	24.917	153.126
	Serviços	161	1.705	4.315	61.514
1995**	Total	7.518	107.484	218.191	1.435.940
	Agropecuária	3.553	71.265	143.360	975.288
	Comércio	685	4.818	12.881	168.251
	Indústria	3.116	29.418	56.811	166.457
	Serviços	164	1.983	5.139	125.944
2000***	Total	13.486	160.305	417.923	3.237.558
	Agropecuária	3.514	60.308	145.667	761.150
	Comércio	2.201	16.204	47.938	496.641
	Indústria	1.560	22.476	61.783	516.714
	Serviços	6.000	59.314	157.473	1.406.071
2010***	Total	11.779	185.147	476.884	3.843.266
	Agropecuária	2.232	53.788	132.567	724.840
	Comércio	2.061	20.233	57.047	625.299
	Indústria	952	24.015	61.093	422.375
	Serviços	4.672	66.047	171.018	1.603.026

OBS: Ao contrário dos dados dos anos anteriores, o total apresentado para os anos de 2000 e 2010 refere-se à população economicamente ativa de 10 anos ou mais de idade e não ao somatório do quantitativo da população empregada nas atividades apresentadas. Para estes anos não foi considerada a população ocupada no setor de construção e de extração mineral.

FONTE: *Recenseamento Geral do Brasil 1940, v. 2; Censo Demográfico 1950, v.1; Censos Econômicos, 1950; Censo Agrícola, 1960; Censos Comercial e dos Serviços, 1960; Censo Industrial, 1960. () IPEADATA, 2014. (***) PNUD, 2013.**

De acordo com o Observatório das Metrópoles (2010), no ano de 2000 a população economicamente ativa (PEA) de Barreiros estava ocupada em atividades do setor terciário (comércio e serviços, inclusive atividades da administração pública) que respondia por 62,12% das ocupações, em seguida vinha o setor primário (agropecuária, pesca, silvicultura e exploração florestal) empregando 25,65% dos trabalhadores e apenas 12,23% da PEA empregava-se em atividades do setor secundário (indústria e construção civil). A importância das atividades terciárias é

explicada pela transferência de renda do setor primário para atividades de serviço, do fechamento das usinas e engenhos, do enfraquecimento e da extinção do Proálcool entre 1987 e 1996 (MOURA; MÉLO; MEDEIROS, 2004), do êxodo rural e de condições climáticas não favoráveis a uma agropecuária de maior rentabilidade bem como da falta de incentivos a esta atividade (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2010).

Apesar da pouca oferta de empregos no setor secundário, Dabat e Neto (1998) afirmam que na Zona da Mata encontram-se cada vez mais presentes segmentos sociais urbanos que mantêm relação com a grande, média e pequena indústria de produção de tecidos, alimentos, material de construção e demais segmentos menos relevantes; e com as atividades terciárias, destacando-se o pequeno comércio, os transportes, a administração e com a prestação de serviços públicos de saúde, educação e segurança, e domésticos, tais como a oferta de alojamento, alimentação, diversão, serviços domiciliares de limpeza, reparação e conservação. Essas atividades, algumas delas, integram o setor informal urbano, este, vinculado principalmente ao pequeno comércio de rua, às feiras, ou mesmo à prestação de serviços pessoais¹²³ e atividades de transformação com processos predominantemente artesanais. A dinâmica da economia, do emprego e da renda gerada por estas atividades urbanas apresentam ainda importante dependência em relação à economia açucareira (IBID).

No período de funcionamento da UCB a maior parte dos postos de trabalho era proveniente da própria Usina, a maior empregadora do município¹²⁴ que constituiu durante mais de 60 anos o maior polo regional gerador de empregos e de impostos para o município e o Estado contribuindo para o desenvolvimento do comércio, de micro empresas e mesmo de subempregos (ANDRADE, Y., 2007) não concorrendo com as pequenas fábricas de bens de consumo não duráveis¹²⁵ e olarias. O comércio, apesar de reduzido, também era responsável pelo emprego de parcela da população¹²⁶.

¹²³ Segundo Singer (1974) a grande dimensão da oferta de serviços, sobretudo pessoais, é uma das formas mais notórias de desemprego disfarçado.

¹²⁴ Quanto à mão de obra empregada pela usina entre trabalhadores do campo e da indústria os dados obtidos por meio das entrevistas variaram de 2.000, 3.000, 3.500 a 5.000 pessoas empregadas formalmente (com registro em carteira profissional) pela empresa.

¹²⁵ Segundo os entrevistados destacava-se a produção alimentícia de fubá, café, doces, conhaque, vinagre, vinhos de jurubeba e de jenipapo.

¹²⁶ Lins (1990) ressalta aspectos de Barreiros entre o período de 1960 e 1970, conforme o autor, neste intervalo o município apresentou uma taxa de crescimento de 5,52% ao ano e importante

Segundo Andrade, Y. (2007), evidentemente um mercado funcionando com cerca de 8.000 postos de trabalho preenchidos mantém relativo equilíbrio com poucos problemas de falta de oportunidades de trabalho, essa era a realidade à época de funcionamento das duas usinas açucareiras do município. O primeiro impacto negativo foi sentido ainda no início de 1963 quando houve o encerramento da Rio Una com a consequente perda de cerca de 2.000 empregos diretos (IBID), o que foi atenuado pela Central Barreiros que conseguiu suprir parte da demanda por emprego na cidade até o seu encerramento em 1997¹²⁷, quando, segundo moradores do município, constatou-se sensível redução na oferta de emprego tanto no campo, com o fechamento de engenhos, quanto no meio urbano onde o comércio existente, ainda pequeno, não foi capaz de absorver o novo contingente de desempregados. De acordo com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiros (apud BELFORT, 1999) com o fechamento da UCB mais de quatro mil pessoas perderam seus empregos¹²⁸. João Marcolino, prefeito do município na época, chegou a alegar que “acabou a economia local, que vivia exclusivamente da movimentação gerada em torno da usina” (IBID, s. p.). A dificuldade no acesso ao emprego e o aumento significativo do desemprego promoveu a saída de trabalhadores da cidade em direção à Região Metropolitana do Recife ou para municípios próximos¹²⁹.

expansão de estabelecimentos de comércio varejista (10,69% ao ano) e da quantidade de estabelecimentos de serviços (10,69% ao ano). Neste período Barreiros obteve importantes taxas de expansão nos percentuais de domicílios com geladeira (12,05% ao ano) e fogão a gás (50,18% ao ano). O comércio atacadista apresentou também considerável desempenho visto que em 1960 o município não possuía nenhum estabelecimento deste tipo, passando a contar em 1970 com oito unidades.

¹²⁷ Segundo Dé Carli (1982) em março de 1965 já havia preocupação por parte dos produtores de açúcar, que sugerem medidas de emergência para “evitar o colapso da agroindústria de Pernambuco, que estava iminente” (p. 137). Segundo ele, nesse período já se observava o crescimento do desemprego na zona rural canavieira em decorrência da redução do número de dias de trabalho semanais e pela dispensa dos trabalhadores.

¹²⁸ “Terminou tudo para a minha família, faz oito meses que estou embolando”, afirmou o desempregado Nelson João da Silva, de 53 anos, que trabalhou na empresa durante 36 anos, juntamente com os seus cinco filhos. Oito meses depois de dispensado, ele ainda não conseguiu emprego” (BELFORT, 1999, s. p.).

¹²⁹ Neste sentido Silva (2009), salienta que “a maioria das políticas públicas e dos estudos voltados a essa área [Zona da Mata] sempre apontaram as principais causas da pobreza no campo como provenientes da expulsão das culturas de subsistência pela expansão desenfreada das lavouras de cana-de-açúcar das usinas. Atualmente, porém, sabe-se que pelo menos em alguns lugares, a situação deplorável das famílias é acentuada não mais pela influência da usina, senão pela falta dela: o fechamento de uma usina gera uma grande massa de trabalhadores desempregados e desqualificados para outros tipos de atividades. Se antes o trabalhador era mal remunerado, agora simplesmente não possui renda” (p. 55).

A partir da nova realidade econômica vivenciada com o decréscimo da atividade açucareira, a demanda de emprego urbano da Zona da Mata, vem sendo absorvida pelas atividades comerciais como feiras, comércio ambulante, pequeno comércio de alimentos e vestuário e na oferta de serviços pessoais, por meio de empregos domésticos, serviços de higiene pessoal e ocupações em serviços de alojamento e de alimentação. Tais atividades são reconhecidas como de baixa remuneração e concentram a maior parte da mão de obra empregada no setor informal urbano da região Nordeste (DABAT & NETO, 1998).

4.1.4 Produto Interno Bruto

Quanto à distribuição do Produto Interno Bruto em Barreiros, na microrregião da mata meridional pernambucana, na mesorregião da mata de Pernambuco e no estado observa-se que em 1939 predominava o setor industrial tanto em Barreiros quanto na microrregião; na mesorregião e no estado destacava-se o setor agropecuário como mais importante na formação do PIB, característica que se repete em 1949. Em 1959 a atividade agropecuária cresce significativamente na microrregião superando levemente o setor secundário; em Barreiros, na mesorregião e no estado a predominância dos setores se mantém como no período anterior. Na década de 1970 a contribuição da indústria para a formação do PIB em Barreiros cai cerca de três vezes em comparação ao período anterior e o setor de serviços já figura como o mais importante na formação do PIB municipal, fato que só vai repetir-se na esfera estadual; a microrregião e a mesorregião ainda vão possuir o setor agropecuário como o de maior importância. Na década seguinte Barreiros, a mesorregião e o estado mantêm as atividades de serviços como as mais importantes; apenas na microrregião o setor agropecuário se destaca. A partir de 1996 em todas as áreas selecionadas os serviços passam a responder pela maior parte do PIB (**Tabela 11**).

Tabela 11 - Produto Interno Bruto (PIB), valor adicionado*, áreas selecionadas – 1939-2010

		Barreiros	Microrregião da Mata Meridional Pernambucana	Mesorregião da Mata Pernambucana	Pernambuco
1939	Total	22.274,29	258.142,90	465.280,05	2.059.344,27**
	Agropecuária	5.399,83	93.737,84	208.669,21	598.101,64
	Indústria	10.092,12	108.271,96	137.473,79	408.820,33
	Serviços	6.782,33	56.133,11	119.137,05	1.052.422,29
1949	Total	36.259,93	348.879,34	608.495,68	2.730.449,00
	Agropecuária	7.812,59	109.266,15	220.059,35	757.460,12
	Indústria	17.460,44	153.342,88	214.973,19	586.579,83
	Serviços	10.986,89	86.270,31	173.463,13	1.386.409,05
1959	Total	51.805,64	470.151,06	880.291,80	4.279.192,44
	Agropecuária	15.355,89	185.815,98	360.130,97	1.244.884,50
	Indústria	28.572,82	184.182,25	284.127,84	672.697,39
	Serviços	7.876,93	100.152,83	236.032,99	2.361.610,56
1970	Total	36.166,58	488.401,39	1.090.108,68	8.308.357,37
	Agropecuária	11.663,14	189.270,14	415.536,89	1.178.540,76
	Indústria	10.373,58	114.140,42	269.855,44	1.819.283,55
	Serviços	14.129,87	184.990,83	404.716,35	5.310.533,06
1980	Total	62.559,43	910.517,17	2.494.989,52	19.230.891,25
	Agropecuária	21.910,73	321.782,99	817.366,04	2.119.286,15
	Indústria	15.615,72	286.250,65	833.862,00	6.410.465,29
	Serviços	25.032,98	302.483,53	843.761,48	10.701.139,81
1996	Total	73.051,42	867.126,56	2.125.850,73	25.843.945,79
	Agropecuária	18.494,19	276.331,72	560.731,80	2.784.672,88
	Indústria	5.926,68	240.079,85	678.855,05	7.742.768,63
	Serviços	48.630,55	350.714,99	886.263,89	15.321.572,26
2000	Total	59.746,52	983.393,04	2.490.370,21	26.959.112,38
	Agropecuária	3.394,10	111.233,26	271.586,59	2.295.139,51
	Indústria	5.187,30	201.913,72	548.698,03	8.434.699,81
	Serviços	51.165,11	670.246,06	1.670.085,59	16.311.964,91
2010	Total	86.008,42	1.430.766,73	3.664.859,58	42.472.223,49
	Agropecuária	5.056,38	160.708,92	370.822,46	1.567.427,12***
	Indústria	10.843,02	278.970,63	801.870,32	7.144.820,87***
	Serviços	70.109,02	991.087,18	2.492.166,80	23.800.657,85***

* preços básicos em reais do ano de 2000. **A preços constantes. ***Dados referentes a 2009.

FONTE: IPEADATA, 2014.

O fim das atividades da UCB trouxe impactos importantes para o PIB de Barreiros, sobretudo no que se refere à arrecadação de impostos. Os cofres municipais chegaram a perder em torno de trinta mil reais por mês em arrecadação de ISS (Imposto sobre Serviços), em 1999, pouco tempo após o fechamento da empresa, a receita deste tributo era de cinquenta mil reais mensais (BELFORT, 1999). O encerramento das atividades da usina levou ao fechamento de ao menos cinco empresas que lhe prestavam serviços e também era fonte de arrecadação de impostos para o município¹³⁰ (IBID),

para ilustrar a hegemonia da agroindústria sucroalcooleira, 14,45% do PIB da Zona da Mata do estado em 2004 era proveniente deste setor, enquanto em Pernambuco a importância deste segmento foi de apenas 1,76%. Ademais 51,3% da massa salarial do emprego formal de 2005 em Pernambuco derivavam de atividades desempenhadas neste segmento (RAIS/MTE, 2005 apud GALINDO, 2009, p. 112).

4.1.5 Renda *per capita*, pobreza e indigência

[...] o potencial de a nova atividade gerar desenvolvimento na região vai depender da distribuição de renda e da origem do capital investido [...]. Se a renda pessoal gerada pela nova atividade produtiva for insuficiente para produzir desconcentração da distribuição prevalecente, ou mesmo se a nova atividade reforçar a concentração, os efeitos induzidos serão menores. Da mesma maneira, se os capitais investidos na nova atividade forem oriundos de fora da região, os excedentes financeiros gerados podem não ser internalizados no novo ciclo produtivo da região (HADDAD, 1999 apud SHIKIDA e SOUZA, 2009, p.577).

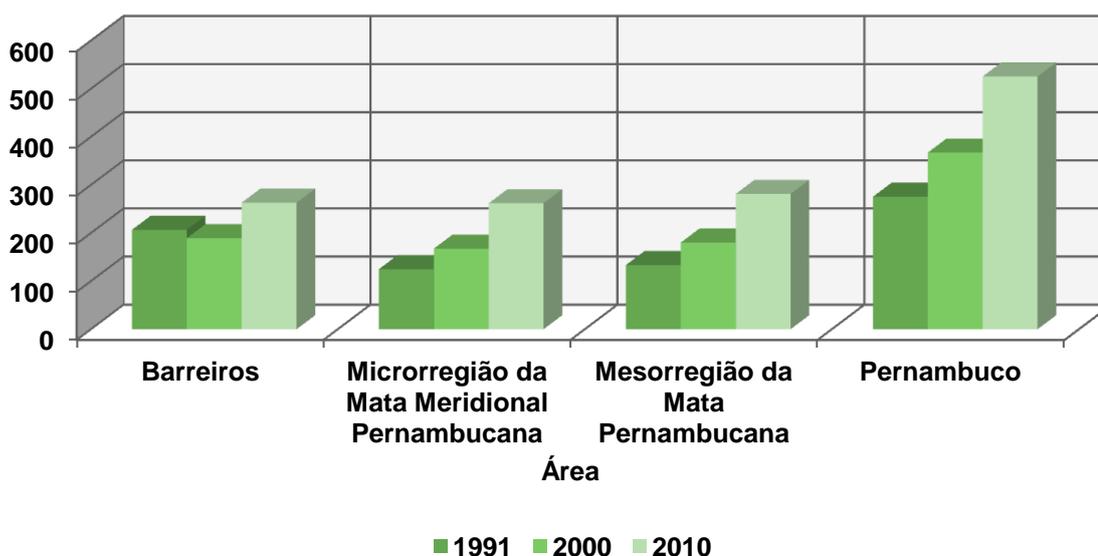
Considerando-se a usina como a “nova atividade” do município, instalada no final da década de 1920, a renda gerada por ela e sua distribuição, as observações acima se encaixam com a realidade vivenciada por Barreiros durante seu longo ciclo usineiro de mais de sessenta anos¹³¹. Tomando como base o ano de 1991, no

¹³⁰ Em Barreiros a Usina “[...] se portava como a única força efetiva, capaz de agir e intervir sobre a totalidade do espaço. Até porque os limites de suas terras excediam em muito aos do Município e até do Estado. [...] A ação da prefeitura seria insuficiente para impor uma ordem geral. **O governo local não teria a mesma força de ação, intervenção ou mesmo controle, que a Usina detinha, dado que se limitava a receber impostos, especialmente os pagos pela empresa, e assumir a incumbência, exigida pela população, da aplicação deles em melhorias públicas**” (SILVA, 2009, p. 66, grifo meu).

¹³¹ Ao longo do período de atividade da usina, os entrevistados apontaram que a renda não era muito alta, apenas necessária, suficiente para sobrevivência, numa época na qual o custo de vida era menor, além disso, foi apontada a variação salarial decorrente dos períodos de moagem da cana.

período em que a usina ainda estava em funcionamento, observa-se que quanto à renda *per capita* entre as áreas selecionadas Barreiros era a que possuía a mais elevada, menor apenas que a do estado. Em 2000, pouco tempo após o encerramento das atividades da UCB já se observa uma redução da renda *per capita*¹³², apesar disso ela se mantém superior a da microrregião e da mesorregião, porém, ao contrário dessas, apresentou decréscimo comparativamente ao período anterior. Em 2010, todas as áreas selecionadas apresentam crescimento neste item. Cabe ressaltar que em todos os períodos selecionados, o município, a microrregião e a mesorregião sempre mostraram renda *per capita* significativamente aquém do índice estadual¹³³ (**Gráfico 5**).

Gráfico 5 - Renda *per capita*, áreas selecionadas - 1991-2010



FONTE: PNUD, 2013.

Neste sentido cabe ressaltar os reflexos da renda *per capita* no índice de Gini, na proporção de extremamente pobres e no percentual da renda apropriada pelos 20% mais ricos e pelos 20% mais pobres da população nas áreas selecionadas.

Quanto à concentração de renda dos municípios da Zona da Mata, Galindo (2009) afirma que

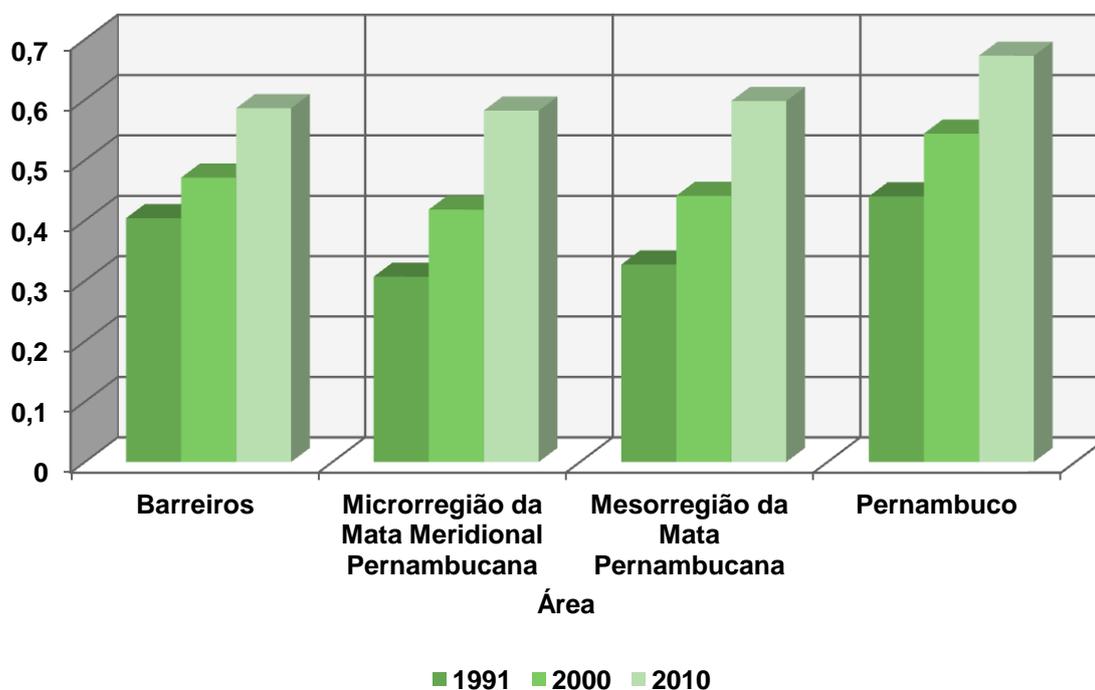
¹³² Fato confirmado pelas entrevistas realizadas.

¹³³ Galindo (2009) já apresenta que no período 2000-2004 a Zona da Mata pernambucana registrou PIB *per capita* menor que o do Estado, apresentando o equivalente a 50,5% do PIB *per capita* de Pernambuco e apenas 29,3% da renda *per capita* do Brasil.

[...] em 1991 o Coeficiente de Gini de 56% dos municípios estava incluso no intervalo de 0,51 a 0,60, em 2000 esse percentual aumentou para aproximadamente 75%. Esse agravamento do quadro distributivo pode estar associado à evolução da agroindústria sucroalcooleira. Com efeito, o final da década de 90 coincide com uma forte crise que abalou o setor, e resultou no fechamento de várias plantas processadoras de cana. Por essa razão, a safra da cana em 2000 foi a terceira menor do período 1990-2006 [...], de apenas 13,8 milhões de toneladas. Esses fatos sugerem que a distribuição de renda da maioria dos municípios da Zona da Mata parece ser bastante sensível ao desempenho da agroindústria sucroalcooleira (p. 18).

O índice de Gini não só na mesorregião da Mata, mas em todas as outras áreas selecionadas apresentou crescimento, o que significa maior concentração de renda. Vale ressaltar que tanto o município quanto o estado se mantiveram como espaços onde o índice mostrou-se mais elevado tanto em 1991 quanto em 2000 em comparação à microrregião e à mesorregião. Em 2010 o índice de todas as regiões, exceto o estado, mostra-se inferior a 0,6 (**Gráfico 6**).

Gráfico 6 - Índice de Gini, áreas selecionadas - 1991-2010

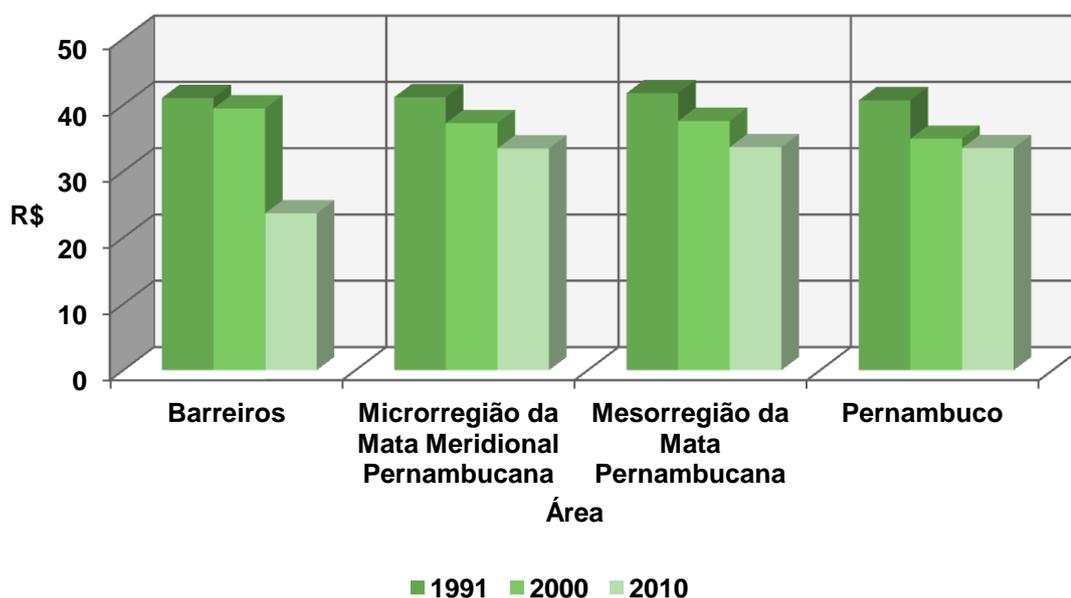


FONTE: PNUD, 2013.

Um dos reflexos dessa ampla concentração de renda é sentido na questão da renda *per capita* apropriada pela população extremamente pobre (**Gráfico 7**). Em

Barreiros e evolução deste item apresenta-se bastante destoante das demais áreas em determinados períodos. Em todos os espaços selecionados o valor da renda dessa fração da população estava em torno de R\$ 40,00 em 1991, apresentando, em 2000, declínio menos acentuado no município, moderado na microrregião e na mesorregião e mais forte no estado. Em 2010 na esfera municipal a renda apropriada pela população extremamente pobre cai para cerca de R\$ 20,00 enquanto que nas demais esferas se mantêm acima de R\$ 30,00, ou seja, 33,3% superior. Por outro lado, a redução deste fator pode também significar uma queda nessa população, ou seja, a proporção de extremamente pobres pode ter caído significativamente na esfera municipal em virtude de muitas pessoas ingressarem em programas governamentais de redistribuição de renda, os quais geralmente repassam à população mais carente valores a partir de R\$ 70,00, a exemplo do programa Bolsa Família.

Gráfico 7 - Renda *per capita* média dos extremamente pobres*, áreas selecionadas - 1991-2010



*Pessoas com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 70,00, em reais de agosto de 2010.

FONTE: PNUD, 2013.

Comparativamente a renda apropriada pelos 20% mais pobres e pelos 20% mais ricos da população das áreas selecionadas entre 1991 e 2010 permite chegar a algumas considerações (**Tabela 12**).

Tabela 12 - Percentual de renda apropriada, áreas selecionadas – 1991-2010

		Barreiros	Microrregião da Mata Meridional Pernambucana	Mesorregião da Mata Pernambucana	Pernambuco
20% mais pobres	1991	2,43	4,14	4,14	2,2
	2000	2,94	2,77	2,9	1,71
	2010	1,62	3,24	3,3	2,12
20% mais ricos	1991	76,04	57,59	57,99	69,81
	2000	60,22	58,7	58,23	69,79
	2010	57,46	53,97	53,73	66,18

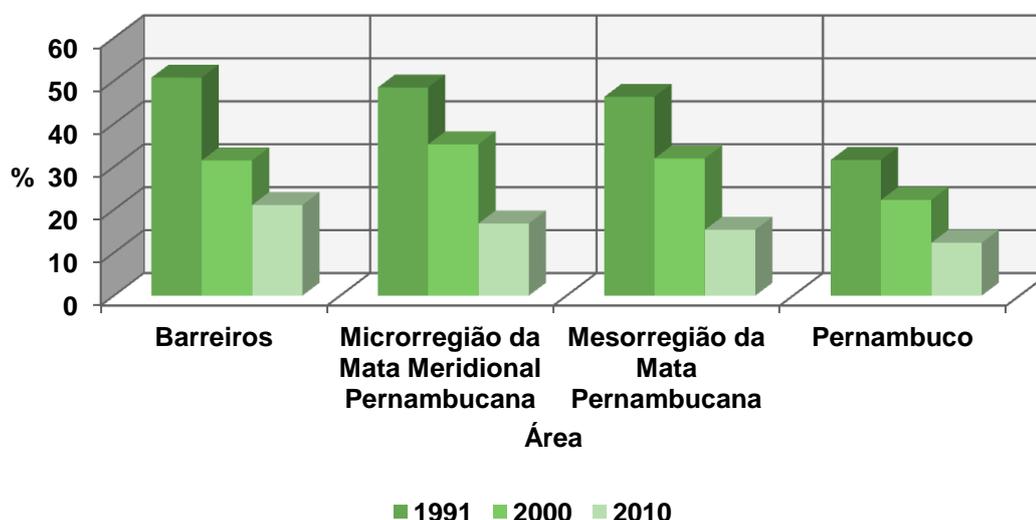
FONTE: PNUD, 2013.

Em Barreiros a porcentagem da renda apropriada pelos 20% mais pobres após leve aumento em 2000 apresentou queda em 2010. No intervalo 1991-2010 a proporção da renda apropriada pelos 20% mais ricos não aumentou, pelo contrário, manteve-se em queda, apesar de menos acentuada do que entre 1991 e 2000. Em outras palavras a redução da renda da população mais pobre não significou aumento da renda da população mais rica, o que reforça a hipótese de uma melhor, apesar de longe de ideal, redistribuição de renda pelos programas governamentais e a consequente saída de parte da população do quadro de indigência. Nas demais esferas analisadas, ao contrário do município, há primeiramente uma queda no percentual da renda apropriada pelos 20% mais pobres para depois ocorrer um aumento desta. Fato que se repete quanto ao percentual da renda apropriada pelos 20% mais ricos nas demais esferas. Apesar disso, a realidade atual mostra-se pior do que a de antes e com menor perspectiva de significativa mudança¹³⁴.

¹³⁴ Hoje (janeiro-fevereiro de 1964) a totalidade dos trabalhadores da cana, que há menos de ano contavam entre os setores mais explorados e miseráveis dessa já em conjunto tão miserável população rural brasileira, esta percebendo uma remuneração que, embora não tenha em si nada de extraordinário (se bem que ultrapasse o mínimo legal), representa para eles mais ainda que uma simples melhoria quantitativa, pois assume caráter de verdadeira transmutação em suas condições de vida. Basta citarmos os dados: há menos de um ano, percebiam de 80 a 120 cruzeiros diários. Hoje estão percebendo 900! A explicação desse considerável progresso e magnífica vitória obtida em tão curto lapso de tempo, e que subverteu por completo os tradicionais padrões e a escala de valores do interior pernambucano, se encontra, a par do fator político que em outras áreas do País não foi ainda devidamente aproveitado e mobilizado para o mesmo fim, na rapidez e eficiência que os trabalhadores pernambucanos lograram-se organizar-se e sindicalizar-se... mudou com isso a fisionomia da região pelos efeitos diretos e indiretos da brusca elevação dos padrões de vida da população local constituída em sua maioria de trabalhadores da cana e suas famílias. Modificou-se não apenas a existência dos trabalhadores... mas já se estão sentindo os efeitos da nova situação criada com a brusca elevação do poder aquisitivo dos trabalhadores, nas atividades comerciais da região... o comércio e a cidade (Palmares) em geral estão-se beneficiando com o grande afluxo de seus novos consumidores que são os trabalhadores da cana com os seus salários valorizados... o interior pernambucano passa indubitavelmente por transformação de grande alcance no que se refere à vida local, graças ao consumo crescente, pelos trabalhadores rurais, de artigos que há pouco tempo ignoravam completamente ou adquiriam em quantidades mínimas como sejam camas,

A queda mais acentuada da renda apropriada pelos 20% mais ricos da população principalmente na microrregião e na mesorregião permite estender a estas áreas a suposição da redistribuição de renda promovida pelo governo¹³⁵ e a consequente redução da proporção de pessoas extremamente pobres, sobretudo em Barreiros, na microrregião e na mesorregião onde o índice reduz-se em cerca de 30% entre 1991 e 2010¹³⁶, enquanto que no estado a redução foi menor, 20% (Gráfico 8).

Gráfico 8 - Proporção de extremamente pobres*, áreas selecionadas - 1991-2010



*Pessoas com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 70,00, em reais de agosto de 2010.
FONTE: PNUD, 2013.

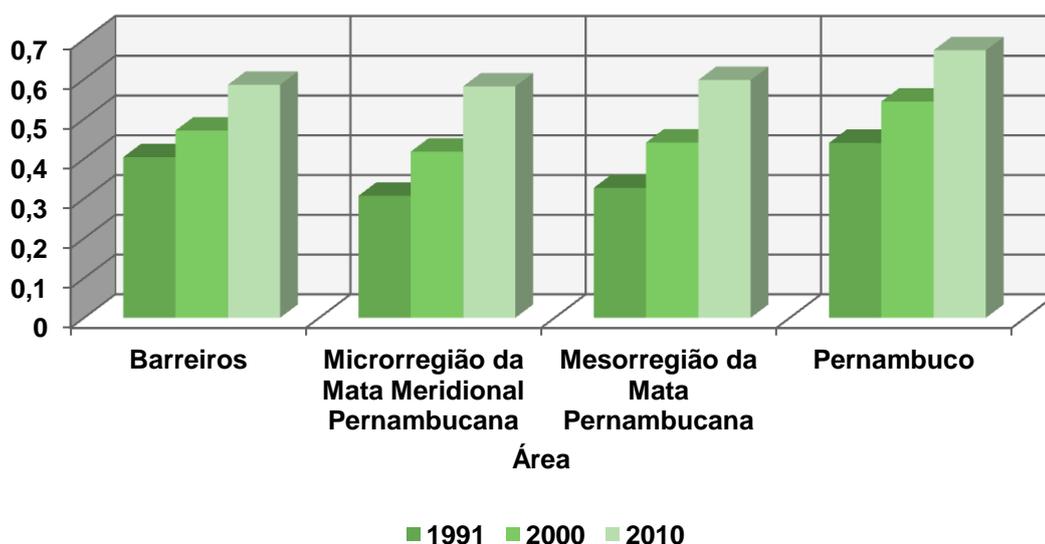
colchões, tecidos, calçados (na zona rural pernambucana era excepcionalíssimo encontrar alguém calçado), artigos de toucador, louça e até mesmo pequenos rádios de pilha. O comércio não tem mãos a medir para atender a esse brusco aumento de sua clientela e os pedidos que lhe vem de um setor até ontem praticamente ausente do mercado, embora constituísse o maior contingente demográfico local... Em suma, as consequências da valorização do trabalho rural, observadas nessa principal zona agrícola do Nordeste que vem a ser a da lavoura canavieira, são multiformes e se projetam em futuro mais ou menos próximo em transformações consideráveis e profundas da economia nordestina em geral. Não pode haver dúvidas de que o Nordeste está ingressando agora, e graças sobretudo à elevação dos padrões de vida do trabalhador rural, em nova fase de desenvolvimento bem distinta do passado (PRADO JÚNIOR, 1964 apud PEREIRA, 1969, pp. 69-70).

¹³⁵ Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2003) o percentual de pessoas com mais da metade da renda proveniente de transferências governamentais, no ano de 2000, em Barreiros era de 27,40%, enquanto que na Microrregião da Mata Meridional Pernambucana e na Mesorregião da Mata Pernambucana o índice era significativamente menor, 22,74% e 21,05%, respectivamente, acompanhando o índice registrado para o estado (22,40%). No que se refere ao percentual de pessoas com renda *per capita* inferior a R\$ 75,50 (metade do salário mínimo vigente em agosto de 2000), Barreiros apresentava índice de 67,07%, significativamente inferior ao registrado para a Microrregião (71,46%) e levemente abaixo ao da Mesorregião (68,88%), todavia, acompanhava de perto o registrado no estado (65,98%).

¹³⁶ Galindo (2009) aponta que ainda entre 1991 e 2000 os indicadores de indigência e de pobreza da Zona da Mata pernambucana eram superiores apenas aos da mesorregião do Sertão.

Todo esse contexto relacionado aos aspectos da renda e da sua distribuição reflete, dentre outros, no Índice de Desenvolvimento Humano das áreas selecionadas e sua evolução entre 1991 e 2010 (**Gráfico 9**).

Gráfico 9 - IDH, áreas selecionadas - 1991-2010



FONTE: PNUD, 2013.

No primeiro ano considerado, Barreiros apresentava índice semelhante ao do estado, em torno de 0,4, valor superior ao da microrregião e da mesorregião. Comparativamente ao período seguinte, 2000, todas as regiões apresentaram crescimento, Barreiros apesar de manter o valor superior ao da microrregião e da mesorregião¹³⁷, não acompanhou o ritmo de crescimento do estado, o que pode ser explicado por nesse período ocorrer o fechamento da UCB e seu citado reflexo sobre o nível de renda da população vinculada direta ou indiretamente à empresa. No último período o IDH do município da microrregião e da mesorregião estava em patamares semelhantes, acima de 0,5, enquanto que o estado estava acima de 0,6. No quadro geral observa-se um avanço no índice muito mais rápido entre 1991 e 2010 no contexto da microrregião e da mesorregião do que no estado e principalmente em Barreiros, onde a evolução ocorreu num ritmo mais lento, tanto

¹³⁷ Os indicadores socioeconômicos da mesorregião da Mata Pernambucana apontam para uma realidade de exclusão e desigualdade em que a pobreza e a falta de oportunidades de toda ordem convivem num ambiente natural em degradação, dificulta as perspectivas de melhoria da qualidade de vida da população. Esse cenário remonta, historicamente, à prática da monocultura da cana-de-açúcar. Além de tudo, o uso desordenado e indiscriminado dos recursos naturais e à falta de investimentos, interdita o desenvolvimento local (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2010, p.2).

que, segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013), Barreiros apresentava em 2010 IDH de 0,586, o que o colocava no conjunto de municípios de Desenvolvimento Humano Baixo (entre 0,5 e 0,599), apesar de haver importante crescimento de 24,42% em comparação ao ano de 2000, quando o Índice municipal era de 0,471, o que acarretou a redução do hiato de desenvolvimento humano¹³⁸ em 21,74% na década 2000-2010, sendo superior ao registrado no período 1991-2000, que foi de 11,24%, quando o IDH do município era de 0,404 (1991) e passou para 0,471 (2000) registrando um crescimento de 16,58%, inferior ao da década seguinte. Em suma, no período 1991-2010 o município apesar de ter registrado uma redução de 30,54% em seu hiato de desenvolvimento e incremento de 45,05% em seu IDH ainda mostrou crescimento significativamente abaixo da média estadual (52,95%), acompanhando de perto a média de crescimento do país (47,46%).

Em comparação aos demais municípios do país quanto ao IDH, em 2010 Barreiros ocupava a posição 4.495 em relação aos 5.565 municípios brasileiros, apresentando uma situação igual ou melhor que apenas 1.070 municípios (19,23%). Quanto aos 185 municípios do estado a posição de Barreiros, no mesmo ano, mostrou-se melhor ou igual a de 77 municípios (41,62%), colocando-o na posição 108 no *ranking* de Pernambuco (IBID).

4.2 INDICADORES URBANOS

O setor sucroalcooleiro apresenta-se muito importante, entre outros fatores, pela relação e influência sobre outras atividades econômicas tais como a agricultura, a indústria extrativa, de transformação e de construção civil, além de energia elétrica, comércio, transporte, armazenamento e telecomunicações, atividades financeiras, imóveis, serviços às empresas e serviços comunitários (JAFRIM, 1997 apud MOURA; MÉLO; MEDEIROS, 2004), ou seja, a atividade desenvolvida por este setor traz significativos impactos para o espaço urbano dos municípios, neste sentido, especificamente Barreiros era classificado como um centro urbano ligado diretamente à indústria sucroalcooleira (ANDRADE, M., 1988).

Segundo Lins (1990),

¹³⁸ Distância entre o IDH Médio do município e o limite máximo do índice que é 1.

situado na Zona da Mata Sul de Pernambuco, próximo ao litoral, Barreiros constitui importante centro agroindustrial açucareiro. Seu crescimento funcional, no período em foco [1960-1970], parece resultar principalmente de dois fatos: i) a expansão experimentada pela Usina Central Barreiros, situada, inclusive, dentro da cidade e ii) a intensificação do processo de ocupação do litoral pelos loteamentos e construções residenciais destinados ao lazer.

Efetivamente, é nesse período que se verifica uma grande modernização industrial, da qual resultou considerável aumento da produção açucareira da Central Barreiros que, inclusive, assumiu a liderança na produção de açúcar em Pernambuco.

Ao mesmo tempo, começa a crescer, no Nordeste, a demanda por locais de descanso, longe das grandes cidades que começam a se agitar e poluir em decorrência da demarcação do processo de industrialização moderna. Motivada pelo Programa Nacional de Habitação a investir no setor imobiliário, a classe média alta, sobretudo, se voltou para o litoral em busca da segunda residência, a de veraneio. As imobiliárias, conhecendo essa ocupação logo se voltaram para os loteamentos praieros. Dotado de ótimas praias, o litoral de Barreiros começou a ter sua ocupação intensificada.

Ampliado o seu mercado, tanto na própria cidade como na orla marítima, Barreiros expandiu consideravelmente suas funções [...] (p.96).

A instalação da planta industrial da usina Central Barreiros na zona urbana do município, daí o termo “Central” (SILVA, 2009), tornou menos evidente a distinção entre o que seria público do que seria privado. A cidade, apesar de não ter surgido em função da Usina, tinha grande parte do seu patrimônio e de sua infraestrutura sobre o poder dela, a exemplo de terras, casas, campo de pouso, estação ferroviária. Coube à empresa quase todo o investimento visando, certamente a ampliação de seus lucros. Com poucas exceções durante as diversas gestões pelas quais passou o interesse com o bem estar social era muito pouco¹³⁹ (IBID).

No contexto da atividade da UCB e sua relação com o espaço urbano, as atividades e equipamentos públicos e privados atribuídos à presença e alcance da empresa, apontou-se para uma grande influência da usina de várias formas, indo desde a promoção da habitação, passando pelo setor comercial, estimulando o surgimento de farmácias, mercearias, padarias, lojas de louças, tecidos, móveis, materiais de construção, cinemas e fábricas, e intervindo na estrutura de transporte

¹³⁹ Neste sentido quanto a relação entre funcionários e patrões Andrade, Y. (2007) apresenta que, em junho de 1939 a esplanada da Usina foi palco de uma grande concentração de operários e empregados, em virtude da volta da Europa do Dr. Jayme e família, às vésperas de um conflito que estouraria em 1º de setembro. Ao som das bandas dos [clubes] “Tanoeiros” e “Caiadores”, com a presença de autoridades e da sociedade local, a recepção aconteceu na residência do próprio, no melhor estilo do que possa ser chamado de fraternização. **Este período dá uma ideia de como naquela época, pelos menos na Usina Central Barreiros, as relações entre empregados e empregador eram muito compreensíveis [...]** (p. 155, grifo meu).

dentro e fora do município. Em resumo, segundo os moradores, o movimento econômico da cidade era promovido pela usina.

4.2.1 Habitação

O açúcar, como um setor da agroindústria, atuou significativamente no planejamento e na ocupação territorial. [...] as usinas brasileiras criaram um número importante de moradias e de equipamentos de uso coletivos. Tal ação se constitui em aspecto relevante da produção privada de moradias populares no Brasil, através da criação de núcleos fabris [...]. Ainda, a presença de uma usina muitas vezes possibilitou o desenvolvimento de povoamentos adjacentes e o surgimento de núcleos urbanos, constituindo-se, portanto, num estímulo significativo para a ocupação do território (CAMPAGNOL, 2008, p. 12).

A construção das vilas operárias (**Figura 18**) estava ligada tanto a fatores econômicos quanto a intencionalidade em promover o controle social dos trabalhadores pelos patrões, dessa forma, as vilas eram erguidas pela necessidade de mão de obra e de fixar o trabalhador na indústria, controlar a disciplina e pressionar o salário do operário, além de mantê-lo próximo a unidade fabril, disponível a qualquer tempo¹⁴⁰ (CAMPAGNOL, 2008). Correia, (1998 apud CAMPAGNOL, 2008) reitera que a emergência dos núcleos fabris

coincidiu com um momento em que a indústria necessitava retirar mão de obra de outras atividades, captar fluxos de pessoas já liberados e incorporá-los a seu regime de trabalho, buscando transformá-los em operários adaptados a seus métodos e submetidos à autoridade do industrial (p. 322).

¹⁴⁰ Quanto às vilas operárias, Rodrigues (1991) caracteriza-as, grosso modo, em dois tipos. Num primeiro tipo, as vilas eram construídas pelos industriais visando alugar as casas para os operários, estas vilas, a maior parte construída por Companhias de Estradas de Ferro e por indústrias extrativas, originava-se da tentativa em suprir a falta de habitação e também atrair mão de obra, principalmente nas áreas mais distantes dos “centros” (IBID, p. 55) das cidades, ao mesmo tempo a oferta de moradia implicava uma forma de controlar a mão de obra, visto que, quando o operário ficava desempregado perdia o salário e a moradia. Neste modelo de promoção da habitação, o aumento do salário significava o aumento do aluguel. O outro tipo de vila era caracterizado por um conjunto de casas erguidas por companhias de construção que as alugava geralmente para os trabalhadores mais qualificados. Além desse modelo de construção empreendido por companhias, existiu também a construção de casas geminadas ou vilas por parte de um único empreendedor que visava uma forma de renda por meio do aluguel (IBID).

Figura 18 – Vila operária da Usina Central Barreiros



FONTE: Dé Carli (1940, p.22 apud CAMPAGNOL, 2008, p. 75). Detalhe: Barbosa, Ago. 2013.

Vila da Usina Central Barreiros entre as décadas de 1920 e 1930, o conjunto, inicialmente composto por 100 casas, contava em 2006, com 80 unidades (CAMPAGNOL, 2008), “sua arquitetura é [...] caracterizada por um conjunto de moradias com plantas semelhantes, de baixo custo, com certa padronização de fachada e organização coerente com os princípios de higiene difundidos durante o século XIX, e uso estritamente controlado pela fábrica [...]” (IBID, 2008, p. 14). No detalhe casas da vila atualmente, nota-se a preservação da arquitetura original.

Além da habitação, a usina oferecia aos trabalhadores outras concessões extra monetárias como lenha, água, luz e pequenos roçados. Tais concessões, tidas como “privilégios” (CAMPAGNOL, 2008) geralmente significavam um dever de lealdade do trabalhador junto à fábrica. Na verdade, estas concessões escondiam a já observada insuficiência do salário e demonstravam o poder da empresa em imobilizar o trabalhador. Os “privilégios” recebidos eram essenciais para que os funcionários aceitassem as longas jornadas de trabalho, os baixos salários e a negação de suas reivindicações. Além desses fatores, as usinas também se encarregavam de organizar todo o cotidiano local quanto ao consumo, lazer, educação, saúde e uso do tempo de seus habitantes, conforme julgavam ser “ideal”,

“correto” e “positivo” (IBID) em seu domínio, representando, para os padrões de sua época, “desenvolvimento e qualidade de vida” (IBID).

Em Barreiros, segundo os entrevistados, a oferta de moradia no período de funcionamento da UCB, dava-se em grande parte por iniciativa da mesma que cedia casas para os funcionários¹⁴¹ sem a cobrança de aluguel e fornecia gratuitamente água encanada e potável (em tonéis e posteriormente em caminhões-pipa), lenha e energia elétrica¹⁴² (durante algum tempo).

Destaca-se também próxima a vila operária erguida pela UCB a construção da chamada “casa grande” ou “chalé” (**Figura 19**), destinada ao proprietário, tal tipo de habitação, afastada das moradias operárias, segundo Campagnol (2008), servia como residência fixa ou como casa de temporada, sendo a maior residência do núcleo.

Figura 19 – “Chalé” da Usina Central Barreiros



FONTE: Barbosa, Ago. 2013.

“No programa e na forma dos núcleos fabris de usinas, permaneceram algumas soluções presentes em antigos núcleos criados por engenhos de açúcar – como a presença constante [...], em cotas altas e visíveis, [...] [d]a casa do proprietário, com visibilidade do conjunto fabril” (CAMPAGNOL, 2008, p. 75).

¹⁴¹ Conforme os entrevistados era possível a troca de casas em virtude da melhor posição no emprego. Havia diferentes residências para funcionários de diversos cargos.

¹⁴² Segundo um dos entrevistados, durante 4 ou 5 anos a Usina forneceu energia também para o município.

Com o fim das atividades da UCB vários trabalhadores permutaram suas indenizações por lotes de terras que incluíam suas moradias, porém, muitos não obtiveram sucesso ao registrar suas propriedades pelo fato dos bens da empresa estar hipotecados junto ao Banco do Brasil. Cerca de 1.200 ex-trabalhadores, dos quase 3.000 empregados diretamente na empresa, conseguiram registrar as casas em seus nomes de acordo com o Sindicato dos Trabalhadores (BELFORT, 1999). Tal dificuldade reflete, por sua vez, em sérios problemas habitacionais que não se restringem apenas ao município (**Tabela 13**).

Tabela 13 - Aspectos habitacionais, áreas selecionadas – 2000 - 2005

Área	Grupo Déficit Habitacional 2000	Grupo Programas Habitacionais Implementados 2005	Gasto <i>per capita</i> em habitação 2005 (em R\$ de 2006)	% do gasto em habitação em relação ao gasto total 2005
Barreiros	A	1	1,93	0,36
Microrregião da Mata Meridional Pernambucana	A; B	1; 2; 3	97,45	12,73
Mesorregião da Mata Pernambucana	A; B	1; 2; 3; 4	109,93	15,04
Pernambuco	A; B; C	1; 2; 3; 4; 5	1,12	0,16

A - Déficit habitacional básico: percentuais de carências muito superiores à média nacional. Déficit por inadequação de moradias: percentuais de carência muito elevados.

B - Déficit habitacional básico: demanda absoluta bastante elevada de construção de moradias. Déficit por inadequação de moradias: percentuais de carência muito elevados.

C - Déficit habitacional básico: percentuais de carência baixos combinados a quantidades absolutas massivas. Déficit por inadequação de moradias: percentuais de carência baixos combinados a quantidades absolutas massivas.

1 - Nenhum programa habitacional implementado.

2 - Oferta de lotes e/ou oferta de material de construção.

3 - Só construção de unidades ou construção de unidades + oferta de material de construção e/ou oferta de lotes.

4 - Só regularização fundiária ou regularização fundiária + construção de unidades e/ou oferta de material de construção e/ou oferta de lotes.

5 - Regularização fundiária, construção de unidades, oferta de material de construção e oferta de lotes.

ADAPTADO DE: CEM, 2014.

Conforme pode ser observado a partir da tabela acima as carências relacionadas à habitação no município repetem-se na esfera da microrregião, da mesorregião e do estado¹⁴³, porém com características mais alarmantes a ponto de

¹⁴³ Em relação à Tipologia utilizada no Plano Nacional de Habitação (PLANHAB, BRASIL, 2010), Barreiros, assim como grande parte dos municípios que compõem a Microrregião da Mata Meridional Pernambucana e a Mesorregião da Mata de Pernambuco, é enquadrado no tipo H, que agrupa

o município em 2005 não apresentar nenhum programa habitacional implementado, apesar de uma devastadora enchente ocorrida em 2000¹⁴⁴. O baixo gasto *per capita* com a habitação reflete o elevado déficit habitacional e a reduzida renda da população, ou seja, em muitos casos as pessoas não têm condição de manter uma habitação. Mesmo depois de adulta e com família já constituída, parcela importante permanece dividindo a habitação com demais membros da família (pais, irmãos, sogros, cunhados) o que mascara a contradição entre o alto déficit de habitações e o baixo gasto com a moradia.

Outro fator que vem agravar as condições de habitação no espaço urbano do município é o rápido crescimento da sua zona periférica ocupada sobretudo por habitações de menor qualidade e muitas vezes marginalizadas em relação ao espaço e à vida urbana, como já observava Melo (1975) em relação à cidades desse tipo, fortemente influenciadas pela agroindústria canavieira.

4.2.2 Comércio e serviços

As sedes municipais e distritos eram e ainda são, na imensa maioria dos casos, apenas pequenos centros elementares de serviços que, embora desvinculados da vida econômica representada pelos canaviais que as circundam, exercem as suas reduzidas atividades em favor das populações ligadas a esses canaviais. O fenômeno da desruralização acarreta, para os aludidos aglomerados, uma acentuada modificação funcional, fazendo deles o local predominante de residência dos trabalhadores da agroindústria, o que contribui para ampliar-se e certa medida, a sua função provedora de serviços (MELO, 1975, p. 125).

Nos primeiros tempos, segundo Bello (1984), o comércio externo de Barreiros limitava-se quase exclusivamente à venda do açúcar e do coco e alguns produtos artesanais, quase todos os artigos necessários ao município eram importados desde

centros urbanos com população entre 20 e 100 mil habitantes localizados em espaços rurais com elevada desigualdade e pobreza, estes municípios se destacam também por possuir maior número de domicílios sem banheiro e alto déficit habitacional relativo.

¹⁴⁴ Em 2011, conforme dados da Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco – CONDEPE/FIDEM (2013), o município de Barreiros possuía entre 344 e 58.761 empregados no mercado formal da construção civil, o mesmo índice que a maior parte dos municípios que compõem a Região Metropolitana do Recife para o mesmo ano. Tal realidade, porém, não deve ser lida como sinônimo de desenvolvimento social e econômico, mas como resultado de sérios prejuízos materiais provocados por intensas chuvas acompanhadas de novas enchentes que foram registradas nos anos de 2010 e 2011 em vários municípios da Zona da Mata Sul do estado.

bens de uso doméstico até os que se destinavam aos rebanhos de gado e mesmo às usinas.

A partir de 1908 com a instalação do transporte ferroviário e a construção da ponte Estácio Coimbra a atividade comercial do município conheceu um importante crescimento. O novo meio de transporte tornou muito mais rápido o fluxo comercial entre o município e demais locais e a construção da ponte permitiu a transferência para Barreiros de estabelecimentos comerciais situados em povoados do outro lado do rio (IBID).

No que se refere à atividade comercial durante o período de funcionamento da UCB os entrevistados afirmaram o mesmo ser suficiente para as necessidades da cidade e movimentado, sobretudo nos finais de ano. Apesar de menor que o atual e com pouca variedade de estabelecimentos a atividade mantinha-se, sobretudo em virtude da transmissão de renda proveniente da usina. O setor era composto por vendas e mercearias (alimentos, bebidas e eletrodomésticos) geralmente localizadas próximas às moradias, além do barracão da usina que vendia para funcionários, por meio de vales descontados em folha, e para não funcionários apenas em dinheiro¹⁴⁵. Não existiam supermercados. A feira livre era realizada duas vezes por semana: aos sábados, a chamada feira da usina e aos domingos, a feira da cidade. A oferta de serviços dava-se por parte de profissionais como alfaiates, sapateiros, costureiras e serventes de pedreiros. Serviços voltados à alimentação (restaurantes e lanchonetes) não existiam.

Com o encerramento das atividades da UCB o comércio sentiu seus impactos, chegando a registrar uma queda de 70% no movimento das lojas e o conseqüente fechamento de vários estabelecimentos (BELFORT, 1999).

Conforme dados da FADURPE (2004 apud SILVA, 2009), a crise econômica gerada em Barreiros pelo fechamento da Usina só não foi pior pelo fato do setor

¹⁴⁵ Segundo Dé Carli (1940), o usineiro instalava o barracão, uma casa comercial que servia principalmente para a venda de gêneros alimentícios aos operários, mas que geralmente vendia também louças, tecidos e chapéus. O barracão central vendia para os barracões dos engenhos, desta forma, redistribuía mercadorias e substituía o comerciante da cidade do interior, além de impedir o trabalhador de participar da livre concorrência na economia de mercado que, “dependente do **vale**, [...] se tornava refém de um sistema criado para forçar seu endividamento, dado a hiperinflação das mercadorias à venda [...]. Quando não, a balança do barracão também era viciada” (FILHO, 2012, p. 52, grifo do autor). Andrade, Y. (2007) salienta que em Barreiros a tradicional feira livre, antes realizada aos domingos, foi transferida em 1973 para os sábados, segundo ele, “a medida foi bem aceita pela população e entidades civis e sindicais. Apenas a direção da Usina Central Barreiros foi contrária, devido à coincidência com o pagamento dos trabalhadores rurais [...]” (p. 165), provavelmente o descontentamento da empresa dava-se pelo fato do trabalhador ter a possibilidade de adquirir os bens de que necessitava diretamente de outra fonte mais barata do que o barracão.

terciário estar seguindo a tendência dos grandes centros comerciais ao ganhar maior participação econômica frente aos setores primário e secundário, o que contribui para a sobrevivência do município a partir da sua manutenção como importante centro de comércio varejista¹⁴⁶ (**Figura 20**) estável pelo crescimento do setor de serviços aliado à reestruturação do arranjo produtivo no meio rural (SILVA, 2009) decorrente da redistribuição fundiária como forma de indenização aos trabalhadores com o fechamento da empresa.

Figura 20 – Rua comercial de Barreiros



FONTE: Barbosa, Ago. 2013.

Após inicial queda, segundo os moradores, a atividade comercial no município vem se fortalecendo, principalmente depois da enchente de 2010, sendo capaz de atrair pessoas de outras áreas como São José da Coroa Grande, Tamandaré, Rio Formoso e Alagoas.

Atualmente o comércio do município é amplo dispendo de supermercados com intensa movimentação, farmácias, lojas de tecidos, calçados, estúdios fotográficos e fonográficos além de agências bancárias do Banco do Brasil, Bradesco, Santander e Caixa Econômica Federal¹⁴⁷.

Segundo Carvalho (2009), o comércio, a prestação de serviços e a empregabilidade no setor público correspondem à base dos fluxos econômicos do município¹⁴⁸, aliado a esses fatores,

¹⁴⁶ Segundo Correa, (1977), o comércio varejista e atacadista “cumpre significativo papel na vida urbana do Nordeste que, como um todo, caracteriza-se pela relativa pouca importância do setor industrial. De fato, são as atividades comerciais aquelas através das quais as cidades cumprem parte significativa de suas funções no quadro regional, isto é, a de comercialização de produtos primários, identificada parcialmente através do comércio atacadista, e a de distribuição de produtos industriais, identificada através do comércio atacadista e varejista” (p. 28).

¹⁴⁷ “Pode-se admitir que a própria localização de uma agência em uma pequena cidade já constitua por si só uma indicação acerca do seu dinamismo em relação ao de suas congêneres” (BNB, 1981, p. 52).

¹⁴⁸ Cf. TABELA 5, p. 98.

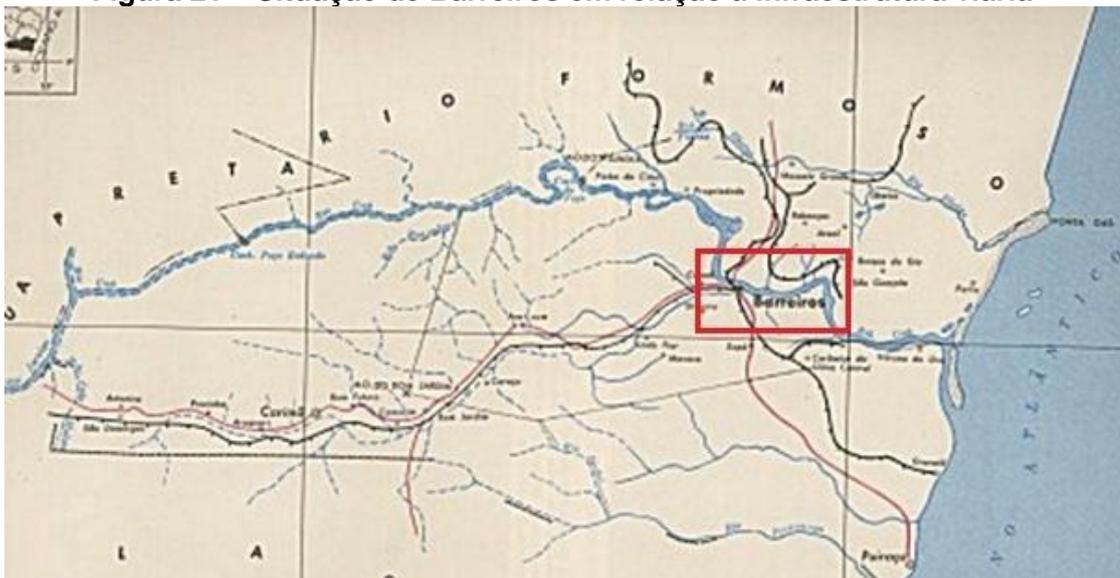
nos últimos dois anos, surgiu a expectativa de um novo ciclo econômico, causada pela instalação de empreendimentos turísticos, através de um complexo hoteleiro [*Resort The Reef Club*, do grupo espanhol *Qualta Resorts*], tido como redenção da economia local (CARVALHO, 2009, p. 76).

4.2.3 Transportes

[Antigamente] os transportes eram os mais primitivos e, em vez de estradas, o que havia eram rudes e acidentados caminhos, cortados quase sempre de rios ou riachos, que deveriam ser transpostos a nau, quando possível, ou por meio de balças, pois, em geral, não existiam pontes. Barreiros era, assim, um fim de mundo. [...] Uma viagem ao Recife, a cavalo, se fazia em cerca de oito dias [...] (BELLO, 1967, pp. 71-72).

Segundo Silva (2009), mesmo antes do fechamento da Usina Central Barreiros o espaço ao seu redor passava por constantes mudanças, necessitando sempre repensar sua estrutura em função da mudança adotada por ela, tal mudança que também acompanhava as evoluções tecnológicas do mercado, tais como o período da navegação de cabotagem, das ferrovias e, finalmente dos veículos e das rodovias pavimentadas. Durante muito tempo o município sustentou importante integração espacial promovida pelos citados meios de transporte servindo de entroncamento entre eles (**Figura 21**).

Figura 21 – Situação de Barreiros em relação à infraestrutura viária



FONTE: Estações Ferroviárias do Brasil, 2013.

No destaque, posição de Barreiros no entroncamento de três tipos de transporte: hidroviário, ferroviário e rodoviário.

De acordo com Campagnol (2008), com a instalação das modernas usinas a quantidade de engenhos tradicionais começava a diminuir. As unidades fabris modernizadas, apresentando maior capacidade produtiva, conseqüentemente, demandavam maiores canaviais para operar com rentabilidade, tal fato, elevou a concentração fundiária e levou as usinas a instalarem estradas de ferro para o transporte da cana até suas unidades, desta forma, as ferrovias, como meios de transporte de maior porte e eficiência, mostraram-se grandes aliadas das usinas promovendo uma revolução no transporte da matéria-prima ao substituir os carros de boi e burros.

Em 1908 a *Great Western Railway* adquiriu a Estrada de Ferro Tamandaré, então pertencente à Companhia Geral de Melhoramentos de Pernambuco, que partia da estação de Ribeirão na linha Sul da Rede Ferroviária do Nordeste (RFN). Em 1912 a linha tornou-se o ramal de Barreiros. Possuindo pouco mais de 55 km de extensão o ramal continuou operando até a primeira metade da década de 1970 quando foi desativado. No contexto deste tipo de transporte no município destaca-se o prédio da estação¹⁴⁹ (**Figura 22**) por onde passavam não só os trens da *Great Western* e depois da RFN (Rede Ferroviária do Nordeste) e RFFSA (Rede Ferroviária Federal S. A.) assim como as composições pertencentes a ferrovia da UCB (ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS DO BRASIL, 2013).

Figura 22 – Estação Ferroviária de Barreiros



FONTE: Estações Ferroviárias do Brasil, 2013.

Atualmente a edificação ainda encontra-se de pé servindo como moradia, apesar do péssimo estado de conservação (ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS DO BRASIL, 2013).

¹⁴⁹ Apesar da estação se chamar Barreiros, a mesma era conhecida como estação do Baeté (ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS DO BRASIL, 2013).

A malha ferroviária, atualmente desativada, era utilizada pelas locomotivas a vapor, as chamadas “marias fumaça”, a exemplo da Coronel Othon (**Figura 23**), para puxar vagões, que transportavam lenha, para as próprias caldeiras das locomotivas, cana-de-açúcar para as usinas, adubos para os coqueirais e os canaviais e açúcar, em caixas ou sacos, para serem embarcados na Praia do Gravatá, além disso, as ferrovias eram também responsáveis pelo transporte de mantimentos para abastecimento dos barracões dos engenhos e também da cidade de Barreiros (MUSEU DO UNA, 2013).

Os ramais pertencentes à Usina Central Barreiros tinham bitola de 1000 mm e chegaram a um total de 125 km de extensão, possuindo 41 locomotivas¹⁵⁰ (ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS DO BRASIL, 2013), sendo considerado um dos maiores ramais particulares do Brasil (MUSEU DO UNA, 2013), continuou em funcionamento até 1987 quando foi desativado (ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS DO BRASIL, 2013).

Figura 23 - Locomotiva Coronel Othon



FONTE: Acervo do Museu do Una, Barbosa, Ago. 2013. Detalhe: Edvaldo de Souza Gomes Palmeira, acervo particular, s.d.

A Coronel Othon, uma *six-wheeler* manobreira fabricada na França pela *Corpet Louvet*, pertenceu a Usina Rio Una e posteriormente à Central Barreiros. Depois de anos de exposição na praça central da cidade, atualmente encontra-se restaurada e instalada no museu do Una em São José da Coroa Grande (MUSEU DO UNA, 2013). No detalhe, imagem da locomotiva operando no pátio da Usina.

¹⁵⁰ As locomotivas utilizadas para o transporte da cana-de-açúcar eram parcialmente montadas na própria Usina e algumas delas fabricadas pela empresa alemã *Henschel Sohn* (ANDRADE, Y., 2007).

Com a redução da importância das ferrovias, o transporte da cana passou a ser realizado por caminhões que passaram também a transportar pessoas em suas carrocerias, ainda que de modo arriscado. No período de funcionamento da usina era muito maior o fluxo desse tipo de transporte entre o meio rural e o urbano, este, que ainda não representava um forte atrativo para o trabalhador do campo (SILVA, 2009).

Destacou-se também em Barreiros até o final da década de 1960 o sistema de transporte fluvial, além do ferroviário, como a importante forma de escoamento do açúcar produzido nos engenhos e nas usinas da região, inclusive da Rio Una e da Central Barreiros. As barçaças, de propriedade particular ou das usinas, tinham capacidade média de transporte de 700 a 1000 sacos de açúcar, a maior delas, a Pesqueira, segundo registros da UCB, tinha capacidade de transporte de 1.800 sacos. Além de promover a saída do açúcar, as barçaças que trafegavam pelo rio Una transportavam também pessoas, alimentos e outras cargas, inclusive combustíveis, entre os portos de Alagoas e Sergipe. No trajeto Barreiros-Porto do Gravatá-Recife gastava-se entre dois e quatro dias dependendo do sentido e da velocidade do vento¹⁵¹ (MUSEU DO UNA, 2013).

Por volta de 1918 houve a iniciativa de instalar no município um sistema de transporte coletivo que seria feito por “um veículo já usado, misto de diligência e de bonde de burros” (BELLO, 1967, p. 77). A iniciativa teve êxito durante pouco tempo, apenas enquanto era tida como novidade, posteriormente fracassou em virtude da cidade ser muito pequena. Conforme os entrevistados, a rede de transportes urbanos durante o período de atividade da UCB ainda mostrava-se precária e pequena, havendo a existência de marinetes e poucos automóveis (apenas três carros de praça, alugados) e ônibus¹⁵². Em 1928 foi inaugurada a rodovia ligando Barreiros ao Recife, a partir de então o fluxo de automóveis e ônibus teve um incremento (BELLO, 1967). Atualmente a rodovia é o único meio de transporte que serve de ligação entre o município e demais locais, destacando-se sua ligação com Palmares, centro relativamente maior, e com os municípios adjacentes de São José da Coroa Grande e Rio Formoso, relativamente menores, além de Maragogi, no

¹⁵¹ Bello (1967) afirma que tal viagem, em condições de ventos contrários, poderia levar até oito dias.

¹⁵² Bello (1967) já reforçava que “ainda hoje, quase cinquenta anos depois [refere-se a 1918], não possui Barreiros qualquer sistema de transporte urbano coletivo” (p. 77)

estado de Alagoas, um centro local sobre o qual exerce influência¹⁵³. Não existem até os dias atuais linhas regulares de transporte intraurbano no município, o mesmo é realizado por veículos de menor porte, as vans, e por micro-ônibus que também realizam o transporte entre a zona rural, os “engenhos”, e a zona urbana e entre esta e os municípios adjacentes, complementado o transporte regular promovido por empresas de maior porte.

¹⁵³ Conforme o documento Regiões de Influência das Cidades (IBGE, 2008), Barreiros classificava-se como Centro de Zona A, pertencendo ao grupo formado por “192 cidades, com medianas de 45 mil habitantes e 49 relacionamentos” (p. 11), exercendo influência unicamente sobre o município alagoano de Maragogi, um Centro Local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cultivo e o beneficiamento da cana-de-açúcar mostraram-se e ainda mostram-se muito importantes não só econômica mas também socialmente para vários países do mundo à medida que condiciona a emergência de uma sociedade com características particulares a partir da conjunção entre produção agroexportadora de produtos “exóticos”, trabalho escravo e reduzidos fluxos monetários, como defende Furtado (2009). No Brasil não foi diferente, desempenhando a agroindústria canavieira um papel por demais relevante na história do país antes mesmo de sua condição política como tal. Ao longo de grande parte da sua história econômica, por cerca de dois séculos, a então colônia figurou como a maior produtora e exportadora mundial de açúcar, vivenciando, mesmo depois de independente a permanência da atividade em que pese o baixo dinamismo econômico da atividade, especialmente na zona da mata do Nordeste do país.

Apesar de toda importância global e nacional, a agroindústria da cana não deixou de passar por períodos de crescimento e declínio, mostrando-se longe de ser um setor estável desde sua origem, como ilustram a ocupação holandesa do nordeste açucareiro e os desequilíbrios decorrentes de sua expulsão e posterior transferência para território antilhano. A instabilidade permaneceu ao longo do Império e da República, acentuada no início do século XX com a crise do mercado mundial que vai motivar intensa pressão por medidas governamentais, embora adiadas pela eclosão da Primeira Guerra Mundial. Observa-se desde então a consolidação de uma visão do estado nacional como agente moderador dos desequilíbrios da economia em benefício do setor, especialmente na forma de transferências de renda e outras compensações frente aos recorrentes períodos de perdas. Por sua vez, já decorrido o conflito e a crise econômica de proporções mundiais que o sucede em pouco tempo, observa-se um esforço de modernização das fábricas de açúcar, a partir da década de 1930, quando foram fundadas modernas usinas, a exemplo da Central Barreiros, concomitantemente à recuperação da produção açucareira mundial e à conseqüente queda dos preços do produto, agravada pela então recente crise de 1929. Surgia um novo período no setor exigindo providências de maior alcance as quais, em âmbito nacional, incluíam a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool, o IAA. Este, dentre outros

objetivos, buscava assegurar o Nordeste como a principal região produtora de açúcar, por meio mais de benefícios fiscais e econômicos às empresas, do que de medidas de modernização tecnológica para tornar a atividade mais eficiente.

O período da Segunda Guerra influenciou também de modo muito significativo a economia açucareira nacional. As exportações e a navegação costeira tornaram-se gravosas pelo risco de ataques submarinos, ao mesmo tempo em que a grande região em termos econômicos e demográficos do Centro-Sul precisava ser abastecida numa fase em que a integração pelas vias de transporte terrestre era menor do que hoje. Chegou-se ao inevitável: a permissão pelo IAA do aumento das cotas das usinas do Centro-Sul e a consolidação desta como a grande região açucareira do país já na década de 1950. Com o fim do conflito, nova crise acontece: os preços do açúcar caem e o país conhece uma crise de superprodução, atenuada em parte pela Revolução Cubana e a abertura do mercado norte americano ao produto nacional na década de 1960.

Atualmente o quadro açucareiro pode ser sintetizado pela perda aparentemente permanente da participação do Nordeste e de Pernambuco na produção açucareira nacional, aliada à consolidação do Centro-Sul neste setor, sobretudo São Paulo, e à expansão da fronteira agrícola canavieira em estados como o Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Minas Gerais e Paraná.

Paralelamente, quanto ao processo de urbanização no país e no nordeste, o mesmo foi marcado pelo chamado desenvolvimento do subdesenvolvimento. O período colonial caracterizou-se mais pela geração núcleos urbanos do que pela construção de um processo de urbanização, dado que as cidades, desprovidas dos serviços e atividades que definem a vida urbana, eram meras extensões do poder e da economia emanados do campo, sobretudo do campo canavieiro, no caso do Nordeste. Apesar de incipiente, se esboçava na colônia uma rede urbana fortemente concentrada no litoral, principal espaço de produção da economia colonial.

No século XIX, apesar de curto, marcado pelo fim do regime colonial e início do Império e da República, o território brasileiro conhece importante fase de crescimento e transformações urbanas e de transformações nas cidades, além da fundação de importantes cidades e vilas. Os principais núcleos urbanos começavam a despontar como locais de oportunidades de crescimento, ampliando as disparidades em relação aos pequenos centros e ao mundo rural, realidade acentuada no século seguinte quando a economia deixa de ser apenas

agroexportadora para se tornar também industrial. Nas principais cidades vão se concentrar as funções necessárias à nova estrutura produtiva, incluindo aquelas associadas à conseqüente expansão do trabalho urbano.

O ritmo da urbanização do país, longe de ser homogêneo, foi bastante desigual, intensificando-se durante a fase do chamado nacional desenvolvimentismo. Na década de 1980, a urbanização consolida-se podendo ser caracterizada pela diversidade, heterogeneidade, interiorização, crescimento de cidades médias, periferização de aglomerações urbanas metropolitanas e não metropolitanas, fluxos migratórios direcionados para cidades médias e investimentos voltados para as cidades pequenas.

A urbanização se torna mais complexa, estimulando a ideia de "urbanização caótica" de Cano (2011), acentuando a concentração da riqueza e a resistência a perspectivas de transformação, renovando-se a permanência das desigualdades sociais e espaciais históricas do desenvolvimento brasileiro.

Regionalmente, a urbanização do Nordeste caracterizou-se pela formação de três bacias urbanas encabeçadas por Recife, Salvador e Fortaleza, com funções principais de pontos de escoamento da produção local e recebimento de produtos importados, além de centros de controle e decisão, funções essas que vão se tornando mais complexas à medida que a industrialização vai avançando também na região. Em contrapartida, os centros urbanos do interior tinham em geral a função de intermediar a coleta dos produtos de sua zona rural para enviá-los às "capitais", com limitados serviços à sua população e hinterlândia. Faltavam centros de porte intermediário entre estes.

A relação entre a agroindústria açucareira e a urbanização da zona da mata do Nordeste foi muito importante. A base de trabalho escravo e o baixo nível de diversificação dessa atividade impuseram severos e duradouros limites à expansão da economia desses pequenos centros, mesmo quando o processo de modernização e expansão da produção das usinas expulsou o morador do engenho. O pequeno poder aquisitivo da força de trabalho no campo e na fábrica, e a precária oferta de serviços públicos combinavam-se para dificultar a expansão de um mercado consumidor interno. A rede urbana regional permanece assim excessivamente concentrada na capital, atrelada a uma atividade tradicional intensiva em trabalho de baixa qualificação, expressa nos baixos salários praticados.

As pequenas cidades da região caracterizam-se, assim, pela grande parcela da população ocupada direta ou indiretamente no setor canavieiro, em geral de baixa remuneração, além de apresentar reduzido grau de escolaridade e baixo nível de renda familiar, produzindo-se um círculo vicioso de pobreza de difícil superação. As cidades que surgiram ou foram fortemente influenciadas pela cana-de-açúcar apresentaram, via de regra, urbanização mais lenta. A resistência e o tradicionalismo da oligarquia agrária impediram transformações mais profundas no quadro regional. Marcada pelo latifúndio, a estrutura de poder associada à atividade econômica reitera os bloqueios ao desenvolvimento urbano, adiando a solução dos problemas sociais. A transição para o trabalho assalariado foi mais difícil com a permanência da relação de parceria nas grandes propriedades. Como consequência, registrou-se o crescimento da mão de obra disponível, liberada pela substituição do trabalho pelo capital na produção açucareira, acarretando a formação de um importante exército industrial de reserva, paralelamente à formação do pouco expressivo mercado interno em decorrência da regressiva divisão de renda, tanto que os salários, conforme se constatou, raramente eram superiores ao nível de subsistência para a sobrevivência do trabalhador e de sua família.

A urbanização das áreas de cultura de cana era dificultada ainda mais pelo fato de a parcela local detentora de capital não realizar seu consumo por bens e serviços na própria região, além de investir parte dos lucros obtidos no setor ou em áreas de maior desenvolvimento do país ou do exterior, não estimulando o crescimento econômico local, ou seja, promovendo o citado desenvolvimento do subdesenvolvimento.

Barreiros não foge à regra. No contexto do desenvolvimento da cultura canavieira, Barreiros já no século XVII figurava como importante centro açucareiro dada a disponibilidade de fatores naturais que apresentava e a possibilidade de efetiva ocupação a partir da expulsão dos indígenas, seus primeiros habitantes. A grande planta industrial da Usina Central Barreiros já se instala, portanto, numa área extremamente apta à produção a qual se destinava.

Mesmo conhecendo várias administrações ao longo de sua existência, a UCB, independentemente de quem a comandava, raramente registrava períodos de crise, pelo contrário, desde sua origem figura como uma das mais modernas do país e passa por reformas que a torna ainda mais dinâmica. O que pode ser explicado por diversos fatores, dentre eles, a intervenção e os frequentes subsídios

possibilitados pelo regime implementado por meio do IAA sobre a produção regional, a propriedade de grandes extensões de terra para o suprimento de matéria-prima, a propriedade dos meios de transporte para o escoamento da sua produção, e, não menos importante, o baixo custo da mão de obra local que ela mesma acentuara ao expulsar o morador-trabalhador de suas terras.

Alguns dos fatores que antes promoveram o crescimento da indústria deixaram de existir logo no início da década de 1990. Neste contexto cabe claramente ressaltar a extinção do IAA que, além de proteger o produtor nordestino, era em grande parte financiador da modernização açucareira da região. Às dificuldades relacionadas ao ambiente de altas taxas de inflação que marcaram a década anterior, o fim do suporte do IAA a que estavam acostumados os produtores nos anos 1990 precipitam a atividade numa profunda crise econômica iniciada na década anterior. As dificuldades então apresentadas mostraram-se grandes demais bastante negativas para a capacidade de administração da crise, levando à decretação da falência da empresa em 1997.

Durante o período de funcionamento da usina importantes transformações urbanas ocorreram e consolidaram-se no município de Barreiros, em geral provenientes da própria iniciativa pública. Neste sentido destacaram-se a construção de equipamentos públicos como igrejas, mercado, hospital, cemitério, além da oferta de serviços como iluminação pública, educação, comunicação e transporte coletivo. Especificamente à UCB podem ser atribuídas algumas construções como a vila operária, o “chalé”, uma ponte, um sistema ferroviário próprio, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, além da oferta de serviços de lazer, educação e de atendimento médico ambulatorial, sabendo-se que estes que não foram realizados apenas para a promoção do bem estar social por parte do usineiro, mas pela obrigação instituída em lei pelo governo federal, que, de certa forma, terceirizava a oferta de serviços e equipamentos de sua responsabilidade.

No que tange à relação entre a atividade da Usina Central Barreiros e as implicações socioeconômicas no espaço urbano do município, constatou-se o elevado grau de domínio que a agroindústria açucareira teve sobre a vida das pessoas nos mais variados aspectos (educação, moradia, lazer, etc.), além da influência da estrutura fundiária sobre a realidade socioeconômica da Zona da Mata. Com relação direta com aos indicadores socioeconômicos considerados, foi observado que nas áreas selecionadas – o município, a microrregião, a mesorregião

e o estado – apresentaram crescimento demográfico muito significativo, sobretudo entre 1940 e 1960, apresentando sempre valores positivos ao longo de todo o período considerado (1940-2010), exceto em nível municipal quando apresentou fases de queda. Especificamente quanto à população urbana das áreas abordadas constatou-se que a mesma acompanhou a realidade apresentada para o quadro urbano nacional, mostrando-se crescente, sobretudo após 1970, a fase do nacional desenvolvimentismo, inclusive no município, refletindo o movimento de transferência dos trabalhadores da cana do campo para a cidade neste período.

Especificamente às áreas selecionadas, cabe ressaltar a importância da emigração. Ora, se foi constatado que a usina, principal empresa do município, não passou por períodos de forte crise antes da que a levou a encerrar as atividades nos anos 1990, e a busca por emprego e melhores condições de vida são fatores que classicamente impulsionam deslocamentos de população, porque a mesma não conseguia mostrar-se como atrativo para a população migrante? Tal fato explica-se principalmente por dois motivos: a citada modernização do setor, poupadora de mão de obra, e a grande concentração de renda na qual, conforme foi visto, o trabalhador recebia salário no nível de subsistência, exigindo inclusive a introdução dos membros de sua família, os filhos, inclusive, para assegurar sua reprodução. Não surpreende que a busca por melhores condições em outros lugares tenha estimulado fluxos emigratórios, negativamente pressionando mais ainda o crescimento do mercado de consumo local.

A elevada quantidade de pessoas nas áreas selecionadas que apresentavam dificuldades em sua formação escolar entre 1940 e 1991, apesar da existência de estabelecimentos de ensino, alguns deles mantidos pela própria usina, mostrou-se também como uma permanência, o que pode ser explicado pela pouca exigência de qualificação da mão de obra e por conhecimento pelo setor predominante e demais segmentos produtivos associados à realidade socioeconômica local, de um lado, e pela necessidade das crianças e adolescentes terem de abandonarem os estudos para trabalhar e contribuir na renda familiar. Da mesma forma, apesar de relativo aumento, a expectativa dos anos de estudo entre 1991 e 2010 ainda mostravam-se em Barreiros aquém dos valores registrados para as demais áreas comparadas, refletindo a desimportância da educação para a atividade sucroalcooleira. Neste sentido, pode-se apontar como causa a própria ausência no município de instituições de maior grau de ensino como universidades, falta de perspectiva de

inserção na economia local de profissionais mais especializados, além, claro, do fator renda para manter ou deslocar-se em busca de melhores serviços de educação.

Quanto à ocupação da população, em 1940 e 1950, o setor primário mostrou-se como o maior empregador nas áreas pesquisadas, enquanto o país já iniciava seu processo de industrialização o mesmo não se realizou modo equitativo por todo o território. Contraditoriamente, ao menos em Barreiros, em 1939 o setor industrial era o mais importante na formação do PIB, certamente pela quantidade de recursos repassados aos cofres municipais e pela presença da fábrica no município, braço industrial do setor sucroalcooleiro. Na década de 1970, porém, o setor industrial perde espaço na formação do PIB de Barreiros, sendo superado pelo setor de serviços, o que pode ser explicado pelo redirecionamento dos lucros da indústria para outras atividades, dado que nesse período o Grupo Othon, proprietário da UCB, era dono também de outras empresas de ramos distintos em outras áreas do país, além disso, a modernização da indústria promovida pelo Grupo Othon deve ter liberado mão de obra que passou a ser empregada no setor de serviços, sobretudo no informal.

Em 1991, a renda *per capita* barreirense mostrava-se superior a de sua microrregião e de sua mesorregião, enquanto que em 2000 o indicador mostra-se mais baixo. Considerando que em 1991 a UCB ainda estava em atividade e que em 2000 a mesma já havia sido decretada como massa falida, é muito provável que tal elemento explique a queda neste aspecto, o que pode ser estendido especificamente à compreensão do aumento no índice de Gini registrado entre 1991 e 2000 no município.

Apesar dos elementos negativos analisados, merece destaque a queda no valor da renda apropriada pelos 20% mais pobres da população entre 1991 e 2010 nas áreas selecionadas, dado que no mesmo período não houve acréscimo na renda apropriada pelos 20% mais ricos, ou seja, subtende-se que essa renda passou a ser apropriada por uma camada intermediária e que, concomitantemente, deve ter havido a redução do percentual da população mais carente no quadro demográfico total, fato que pode ser explicado pela citada promoção de redistribuição de renda por programas governamentais, gerando, por sua vez, a melhoria observada entre 1991 e 2010 quanto ao IDH das áreas estudadas.

Aspectos relacionados à habitação, comércio e serviços e transportes foram selecionados como indicadores urbanos. Fato recorrente em outras áreas do país foi a construção de vilas operárias por parte das fábricas, o que significava o controle, além da moradia, dos hábitos dos funcionários da indústria, caracterizando não só a necessidade dessas construções mais a busca pelo domínio da vida do trabalhador. Especificamente em Barreiros, a construção da vila teve relevante importância no momento em que fora erguida, quando o município, a exemplo de outros da Zona da Mata, careciam de habitações urbanas e a usina necessitava manter próxima sua mão de obra. Posteriormente, com o encerramento da empresa, as moradias foram repassadas aos antigos funcionários como bens indenizatórios, o que por sua vez não reduziu o problema da moradia no município, o qual que ainda registra elevada carência habitacional e ausência de importantes programas habitacionais, salvo a construção de moradias em virtude das enchentes ocorridas no município.

No que se refere ao comércio, foi constatado que o mesmo é ampliado por obras de infraestrutura viária e que foi muito influenciado pela atividade da usina, sentindo, portanto, num primeiro momento fortemente os impactos do seu encerramento e conseguindo recuperar-se e ampliar-se posteriormente, assim como os serviços, nos quais sua cuja importância já era observada desde 1970. Pode-se explicar tal avanço pela ausência de outras áreas de maior influência próximas ao município, que passa então a ocupar esta posição quanto ao comércio atacadista, por exemplo, além disso, a preexistência de relativa atividade comercial e de prestação de serviços durante o período de funcionamento da Usina que passa a figurar como de maior relevância na economia municipal, alia-se a este fator o incremento financeiro proveniente do recebimento das indenizações pagas aos antigos funcionários da empresa e sua provável aplicação no setor terciário local.

Foi muito sentida também a importância da usina quanto à criação de infraestrutura de transporte no espaço municipal, apesar de ter sido decorrente das demandas da própria empresa, dela ter desenvolvido o mesmo mais do que em benefício próprio do que da coletividade. O que não permite deixar de se destacar a importância de suas barcaças e de sua extensa ferrovia para a viabilização de fluxos de outras mercadorias e pessoas através do território municipal.

Por fim, considera-se a partir do exposto que, ao contrário do que se cogitava, a Usina Central Barreiros ao longo de sua existência não conseguiu promover efetivo crescimento econômico do município de Barreiros nem foi capaz de

promover real desenvolvimento social de sua população. De um lado, à sua população a atividade não impulsionou oportunidades educacionais nas quais se baseia movimentos sustentados de ascensão social, sendo, ao contrário, objeto mesmo de controle contrário a tal ascensão. Quanto às implicações no espaço urbano barreirense, pode-se considerar que o mesmo foi sim por ela influenciado, porém de modo indireto e mesmo negativo, dado que, raras exceções, o mesmo servia apenas de suporte à instalação dos equipamentos urbanos de que necessitava ou era obrigada por força de lei a instalar. Em contrapartida, em função da baixa remuneração a que o trabalhador da usina era submetido, limitava-se o mercado local de consumo, reduzindo a atração da cidade como localização de investimentos voltados para produção e comercialização de bens de salário. O espaço urbano produzido pela cana de açúcar reitera o desenvolvimento do subdesenvolvimento, explicitando os baixos índices de desenvolvimento ali encontrados, justo naquela região onde se processou a mais importante atividade econômica do estado por séculos a fio.

Como agenda de pesquisa futura, fica a proposta de análise do espaço geográfico da Zona da Mata de Pernambuco à luz da influência da estrutura fundiária na permanência de padrões socioeconômicos; a relação entre os recentes programas governamentais de redistribuição de renda (a exemplo do Bolsa Família e Brasil sem Miséria) e de financiamento à moradia (Minha Casa Minha Vida) e as possibilidades de promoção do efetivo desenvolvimento social, que podem representar um novo período iniciado nos anos 2000, enfim introduzindo alternativas ao histórico padrão do complexo açucareiro.

REFERÊNCIAS

A Usina Central de Barreiros S/A alcança a cifra “record” de 606.600 sacas na safra 1947-1948. **Folha da Manhã**. 20 de junho de 1948. 1º Caderno, p. 10. Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/pernambuco/fotos/barreiros_9482.jpg>. Acesso em: 27 nov. 2013.

ABREU, Maurício de Almeida. A Apropriação do território no Brasil colonial. In: CASTRO, Iná Elias de et al.(org.) **Explorações geográficas: percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

AGÊNCIA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO E PESQUISAS DE PERNAMBUCO – CONDEPE / FIDEM. Base de Dados do Estado – BDE. Disponível em: <http://www.bde.pe.gov.br/estruturacaogeral/conteudo_site2.aspx>. Acesso em: 30 abr. 2014.

_____. Relatório da Bacia do Una, GL 4 e GL 5. Recife: 2006. 85 p. (Série Bacias Hidrográficas de Pernambuco, 3). Disponível em: <http://www.condepefidem.pe.gov.br/c/document_library/get_file?p_l_id=78673&folderId=141847&name=DLFE-11996.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2014.

_____. Empregados no setor formal – Construção Civil. Disponível em: <<http://www.anuarios.pe.gov.br/2011/wp-content/uploads/downloads/2013/04/14.6.2-Empregados-no-setor-formal-Constru%C3%A7%C3%A3o-civil.pdf>>. Acesso em 15 nov. 2013.

ALMADA, André Álvares de. **Tratado breve dos rios de Guiné do Cabo Verde**. Lisboa: Editorial L.I.A.M., 1964.

ALVES, Cleide. Engenho Uruaé: o passado de portas abertas. **JC ON LINE**, Recife, 22 mar. 2014. Disponível em: <<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2014/03/22/engenho-uruae-o-passado-de-portas-abertas-122336.php>>. Acesso em: 20 out. 2014.

AMARAL, Ilídio do. **O consulado de Paulo Dias de Novais: Angola no último quartel do século XVI e primeiro do século XVII**. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2000.

AMARAL, Luís. **História da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940. (tomo II)

ANDRADE, Manuel Correia de. **Área do Sistema Canavieiro**. Recife: SUDENE-PSU-SER, 1988. 686 p.

_____. **História das Usinas de Açúcar de Pernambuco**. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1989. 144 p. (Série República v. 1)

_____. **Modernização e Pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994. 250 p. (Biblioteca Básica).

_____. Espaço e tempo na agroindústria canaveira de Pernambuco. **Estudos Avançados**. V.15, n.43. 2001. [on-line]. Disponível em: <<http://estudosavancados@usp.br>>. Acesso em: 23 Set. 2011.

_____. **Formação Territorial e Econômica do Brasil**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2007. 308 p.

_____. **A Terra e o Homem no Nordeste**. São Paulo: Cortez, 2011. 336 p.

ANDRADE, Yvon Bezerra de. **Memórias Barreirenses**. Recife: Edição do autor, 2007. 250 p.

Área da antiga usina agora é da Prefeitura. **Prefeitura Municipal dos Barreiros**. Disponível em: <<http://www.barreiros.pe.gov.br/antigausina.html>>. Acesso em: 27 nov. 2013.

ARQUIVO HISTÓRICO DA CÂMARA. Câmara de Piracicaba. Disponível em: <<http://www.camarapiracicaba.sp.gov.br/producao-do-engenho-central-17271>>. Acesso em: 20 out. 2014.

AZZI, G. M. O IAA e as lavouras de subsistência nas áreas canaveiras paulistas. **Brasil Açucareiro**, ano 28, vol. 55, n. 2, fev. 1960. p. 27-42.

_____. O PLANALSUCAR e as prioridades de pesquisa canaveira. In: **Brasil Açucareiro**. Ano 42, vol. 83, n. 6, jun. 1974. p. 11-20.

BARROS, Alexandre R. Uma avaliação das políticas para o setor sucroalcooleiro no Brasil: o que a nova evidência mostra. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza, v. 27, n. 3, p. 322-362, jul/set 1996.

BASTIDE, Roger. **Brasil, terra de contrastes**. São Paulo: DIFEL, 1978.

BELFORT, Ângela Fernanda. Usina Central Barreiros deixa de moer. **Jornal do Commercio**, Recife, 21 fev. 1999. Disponível em: <<http://www2.uol.com.br/JC/1999/2102/ec2102o.htm>>. Acesso em: 27 nov. 2013.

BELLO, Ruy de Ayres. **Barreiros**; História de uma cidade. Recife: UFPE, Imprensa Universitária, 1967. 147 p.

_____. **Breve História do Município de Barreiros**. Recife: Editado pela Prefeitura Municipal de Barreiros, 1984. 130 p.

BLUTEAU, Raphael de. **Vocabulário português e latino**. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2000.

BNB. ETENE. **Nordeste**; as pequenas cidades e o planejamento local. Brasilmar Ferreira Nunes (coord.). Fortaleza, 1981. 179 p. ilustr. (Estudos Econômicos e Sociais, 12).

BRASIL. Decreto-lei nº 3.855, de 21 de novembro de 1941. Estatuto da Lavoura Canavieira. Rio de Janeiro, 21 nov. 1941. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3855.htm>. Acesso em: 13 maio 2014.

_____. Decreto-lei nº 6.969, de 19 de outubro de 1944. Dispõe sobre os fornecedores de cana que lavram terra alheia e dá outras providências. Rio de Janeiro, 19 out. 1944. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del6969.htm#art28>. Acesso em: 13 maio 2014.

_____. Plano Nacional de Habitação. Versão para debates. Brasília: **Ministério das Cidades/ Secretaria Nacional de Habitação**, 2010. 212 p. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Publicacoes/Publicacao_PlanHab_Capa.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2014.

_____. Suspensão de liminar e de sentença nº 368 – PE (2007/0010207-3). **Diário Oficial da União**, Diário de Justiça da União, Brasília, DF, 27 jan. 2007. Seção 1, p. 17. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/7685407/pg-17-secao-1-diario-de-justica-da-uniao-dju-de-23-01-2007>>. Acesso em: 22 abr. 2014.

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Monografia do IBGE**. Rio de Janeiro: Publicação do Conselho nacional de Estatística, 1960. (Série Monografias Municipais).

_____. **CIDADES** (a). Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=260380&search=pernambuco|capoeiras|infograficos:-historico>>. Acesso em: 20 abr. 2014.

_____. _____. (b). Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=260140&search=||infogr%E1ficos:-informa%E7%F5es-completas>>. Acesso em: 26 maio. 2014.

_____. _____. (c). Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=260140&search=pernambuco|barreiros|infograficos:-informacoes-completas>>. Acesso em 30 abr. 2014.

_____. **Anuário Estatístico do Brasil - 1981**. Rio de Janeiro, 1981. vol. 42. 798 p. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1981.pdf>. Acesso em: 14 set. 2013.

_____. _____. **1983**. Rio de Janeiro, 1984. vol. 44. 988 p. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1983.pdf>. Acesso em: 14 set. 2013.

_____. _____. **1984**. Rio de Janeiro, 1985. vol. 45. 1104p. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1984.pdf>. Acesso em: 14 set. 2013.

_____. _____. **1985**. Rio de Janeiro, 1986. vol. 46. 760p. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1985.pdf>. Acesso em: 14 set. 2013.

_____. _____. **1987-1988**. Rio de Janeiro, 1988. vol. 48. 740p. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1987_1988.pdf>. Acesso em: 14 set. 2013.

_____. _____. **1989**. Rio de Janeiro, 1989. vol. 49. 716p. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1989.pdf>. Acesso em: 14 set. 2013.

_____. _____. **1990**. Rio de Janeiro, 1990. vol. 50. 784p. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1990.pdf>. Acesso em: 14 set. 2013.

_____. _____. **1991**. Rio de Janeiro, 1991. vol. 51. 1024p. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1991.pdf>. Acesso em: 14 set. 2013.

_____. **1996**. Rio de Janeiro: IBGE, 1997. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1996.pdf>. Acesso em: 13 set. 2013.

_____. _____. **2000**. Rio de Janeiro, 2000. v.60, 852 p. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_2000.pdf>. Acesso em: 14 set. 2013.

_____. _____. **2001**. Rio de Janeiro, 2001. v. 61, 395 p. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_2001.pdf>. Acesso em: 14 set. 2013.

_____. _____. **2002**. Rio de Janeiro, 2002. v. 62, 402 p. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_2002.pdf>. Acesso em: 14 set. 2013.

_____. _____. **2003**. Rio de Janeiro, 2003. v. 63, 409 p. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_2003.pdf>. Acesso em: 14 set. 2013.

_____. _____. **2004**. Rio de Janeiro, 2004. v. 64, 409 p. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_2004.pdf>. Acesso em: 14 set. 2013.

_____. _____. **2005**. Rio de Janeiro, 2005. v. 65, 415 p. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_2005.pdf>. Acesso em: 14 set. 2013.

_____. _____. **2007**. Rio de Janeiro, 2007. v. 67, 439 p. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_2007.pdf>. Acesso em: 14 set. 2013.

_____. _____. **2008**. Rio de Janeiro, 2008. v. 68, 472 p. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_2008.pdf>. Acesso em: 14 set. 2013.

_____. _____. **2009**. Rio de Janeiro, 2009. v. 69, 490 p. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_2009.pdf>. Acesso em: 14 set. 2013.

_____. _____. **2010**. Rio de Janeiro, 2010. v. 70, 578 p. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_2010.pdf>. Acesso em: 14 set. 2013.

_____. _____. **2011**. Rio de Janeiro, 2011. v. 71, 474 p. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_2011.pdf>. Acesso em: 14 set. 2013.

_____. _____. **2012**. Rio de Janeiro, 2012. v. 72, 458 p. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_2012.pdf>. Acesso em: 14 set. 2013.

_____. **Recenseamento Geral do Brasil - 1940**. Censo Demográfico – População e Habitação. Série Regional – Parte IX – Pernambuco – Tomo 1. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/65/cd_1940_p9_t1_pe.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2014.

_____. **Recenseamento Geral do Brasil - 1940**. Censos Econômicos – Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços. Série Regional – Parte IX – Pernambuco – Tomo 2. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/65/cd_1940_p9_t2_pe.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2014.

_____. **Censo Demográfico - 1950**. Estado de Pernambuco. Série Regional – Volume XVII - Tomo I. Rio de Janeiro, 1955. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/67/cd_1950_v17_t1_pe.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2014.

_____. **Censos Econômicos - 1950**. Estado de Pernambuco. Série Regional – Volume XVII – Tomo 2. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1956. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/67/cd_1950_v17_t2_pe.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2014.

_____. **Censo Demográfico de 1960**. Pernambuco. VII Recenseamento Geral do Brasil. Série Regional – Volume I - Tomo VI. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/68/cd_1960_v1_t6_pe.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2014.

_____. **Censo Agrícola de 1960 Pernambuco**. Série Regional – Volume II – Tomo VI – Primeira Parte. IBGE – Serviço Nacional de Recenseamento. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/44/ca_1960_v2_t6_p1_pe.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2014.

_____. **Censos Comercial e dos Serviços de 1960 Paraíba – Pernambuco - Alagoas.** VII Recenseamento Geral do Brasil. Série Regional – Volume IV – Tomo IV. IBGE – Serviço Nacional de Recenseamento. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/60/ccs_1960_v4_t4_pb_pe_al.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2014.

_____. **Censo Industrial de 1960 Paraíba - Pernambuco - Alagoas.** VII Recenseamento Geral do Brasil. Série Regional – Volume III – Tomo III. IBGE – Serviço Nacional de Recenseamento. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/100/ci_1960_v3_t3_pb_pe_al.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2014.

_____. **Censo Demográfico de 1970.** Pernambuco VIII Recenseamento Geral. Série Regional – Volume I - Tomo X. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/69/cd_1970_v1_t10_pe.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2014.

_____. **Censo Demográfico de 1980 - Dados Distritais - Pernambuco.** IX Recenseamento Geral do Brasil. Volume I - Tomo III – Número 10. Rio de Janeiro: IBGE, 1982. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/71/cd_1980_v1_t3_n10_pe.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2014.

_____. **Censo Demográfico – 1991.** Resultados do universo relativos às características da população e dos domicílios. Número 14, Pernambuco. Rio de Janeiro: IBGE, 1991. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/82/cd_1991_n14_caracteristicas_populacao_domicilios_pe.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2014.

_____. **Séries Estatísticas.** Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=POP122>>. Acesso em: 25 fev. 2014.

_____. **Censo 2010 – Sinopse.** Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=26&dados=8>>. Acesso em: 15 abr. 2014.

_____. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 28 jun. 2014.

_____. INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL. **Plano de Expansão da Indústria Açucareira Nacional.** Rio de Janeiro, novembro de 1964, Assessoria Econômica da Presidência. Minuta datilografada.

BRAUDEL, Fernand. **Civilisation matérielle, économie et capitalisme. Les structures du quotidien.** Paris: Armand Colin, 1979.

BRITO, Fausto. O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. **Estudos Avançados** 20 (57), 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v20n57/a17v2057.pdf>>. Acesso em: 06 jun. 2014.

BUENO, Laura Machado Mello. **Projeto e favela:** metodologia para projetos de urbanização. Tese de Doutorado. São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2000. Orientador: Prof. Dr. Philip Oliver Mary Gunn.

CÂMARA MUNICIPAL DOS BARREIROS. Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos. Disponível em: <http://www.camarabarreiros.pe.gov.br/mapa_barreiros.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2014.

CAMELINI, João Humberto. **Análise combinada de planos de informação associados à expansão da cultura de cana-de-açúcar no território brasileiro**. 2008. 111 p. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) - Instituto de Geociências - Departamento de Geografia - Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2008.

CAMPAGNOL, Gabriela. **Usinas de açúcar: habitação e patrimônio industrial**. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação e Área de Concentração em Arquitetura e Urbanismo). Orientador: Carlos Roberto Monteiro de Andrade. Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo. São Carlos, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18142/tde-06022009-151443/pt-br.php>>. Acesso em: 29 nov. 2013.

CANO, Wilson. **Ensaio sobre a crise urbana do Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

CARONE, Edgard. **A República Velha**. São Paulo: DIFEL, 1970.

CARVALHO, Márcio Rodrigo Coêlho de. **Barreiros, cidade afetiva – um estudo sobre as relações afetivas das pessoas com a cidade a partir de escritos memorialistas barreirenses**. Recife: O Autor, 2009. 141 f. (Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicações – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano. Orientadora: Prof^a. Dr^a. Lúcia Leitão Santos). Disponível em: <http://www.bdttd.ufpe.br/bdttd/tedeSimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2565>. Acesso em: 06 out. 2011.

Central Barreiros tem falência decretada. **Diário de Pernambuco**. Recife, 28 maio 1999. Disponível em: <http://www.dpnet.com.br/anteriores/1999/05/28/econo8_0.html>. Acesso em: 27 nov. 2013.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES, PERNAMBUCO – CUT-PE. **Ex-trabalhadores da Usina Central Barreiros começam a receber parte de indenização**. Recife, 23 set. 2010. Disponível em: <<http://cutpe.com.br/noticias-do-sindicato/4955/ex-trabalhadores-da-usina-central-barreiros-comecam-a-receber-parte-de-indenizacao>>. Acesso em: 14 maio 2014.

Centro de Estudos da Metrópole - CEM. **Planilha dos Municípios brasileiros com atributos de Capacidades Administrativas**. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/centrodametropole/758>>. Acesso em: 20 abr. 2014.

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. **Urbanização na América Latina**. 1963. Tradução Luiz Pereira. In: PEREIRA, Luiz (org.). **Urbanização e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1969. 199 p.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2010. 164 p.

CLICHEVISKY, Nora. **Informalidad y segregación urbana en América Latina: una aproximación**. Santiago do Chile, Cepal/Eclac - *División de Medio Ambiente y Assentamientos Humanos*, Série *Medio Ambiente y Desarrollo*, n.28, out. de 2000.

CORREA, Roberto Lobato. **Aspectos da urbanização do Nordeste**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, Departamento de estudos Econômicos do Nordeste, 1977. 86 p. ilustr.

CORREIA, Telma de Barros. **Pedra: plano e cotidiano operário no sertão**. Campinas: Papyrus, 1998, 320 p.

COSTA, Aguinaldo. **Apontamentos para uma Reforma Agrária**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1945.

COSTA, Pereira da. **Anais Pernambucanos**. Arquivo Público estadual. Recife: 1962. vol. VIII, p. 45.

Crise do setor ampliou o endividamento da empresa. **Jornal do Commercio**. Recife, 21 fev. 1999. Disponível em: <<http://www2.uol.com.br/JC/1999/2102/ec2102p.htm>>. Acesso em: 27 nov. 2013.

CUNHA, Renato Augusto Pontes. Pernambuco e o Rejuvenescimento do Proálcool. **Diário de Pernambuco**. Recife, 25 maio 2003. Disponível em: <<http://www.sindicucar.com.br/arquivos/artigos/artigo5.html>>. Acesso em: 24 jun. 2013.

_____. Cana-de-açúcar: reposicionamento de sua produção. **Folha de Pernambuco**. Recife, 06 jan. 2005. Disponível em: <<http://www.sindicucar.com.br/arquivos/artigos/artigo25.html>>. Acesso em: 24 jun. 2013.

DABAT, Christine Paulette Yves Rufino. **Moradores de Engenho: Estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona da canaveira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais**. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em História) – Orientadora: Profa. Dra. Maria do Socorro Ferraz Barbosa. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2003. Disponível em: <<http://www.liber.ufpe.br/teses/arquivo/20040802151539.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2013.

_____. NETO, Leonardo Guimarães. Modernização e exclusão: A situação social na Zona da Mata de Pernambuco. **Revista de Geografia**. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Ciências Geográficas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, v. 14, n. 1/2, jan./dez. 1998. p. 91-137.

DÉ CARLI, Gileno. **História Contemporânea do Açúcar no Brasil**. Rio de Janeiro, 1940a, IAA.

_____. **Aspectos açucareiros de Pernambuco**. [Rio de Janeiro?: s.n.], 1940b.

_____. **Aspectos de Economia Açucareira**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1942. 304 p.

_____. Plano de Defesa da Aguardente. **Brasil Açucareiro**, vol. 40, nº 2 Ago. 1952. p. 65-68

_____. **Açúcar Amargo**. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1982. 217 p. DINIZ, Clélio Campolina. Desenvolvimento poligonal do Brasil: Nem desconcentração nem contínua polarização. **Nova Economia**. v. 3, n. 1. 1993.

EISENBERG, Peter L. **Modernização sem mudança**: a indústria açucareira em Pernambuco: 1840-1910. João Maia (trad.). Rio de Janeiro: Paz e Terra. Campinas: UNICAMP, 1977. 294 p.

ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS DO BRASIL. Disponível em: <<http://www.estacoesferroviarias.com.br/pernambuco/barreiros.htm>>. Acesso em: 27 nov. 2013.

E. F. DO ENGENHO CENTRAL DE PIRACICABA. Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/ferroviapart_sul/efenghocentral-piracicaba.htm>. Acesso em: 20 out. 2014.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. Movimento Tenentista: um debate historiográfico. **Revista Espaço Acadêmico**. n. 108. Maio, 2010. Disponível em: <<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB8QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.periodicos.uem.br%2Fojs%2Findex.php%2FEspacoAcademico%2Farticle%2Fdownload%2F9223%2F5604&ei=ZC1FVNnSKI GggTv2ILACg&usq=AFQjCNFFWaaSW4iMtl6eY4n0NMtRDD1TjA&bvm=bv.77648437,d.eXY>>. Acesso em: 20 out. 2014.

FAUCONNIER, R. & BASSEREAU, D. **La canne à sucre**. Paris: G. P. Maisonneuve & Larose, 1970.

FERNANDES, Ana Cristina; NEGREIROS, Rovená. Desenvolvimento Econômico, Divisão do Trabalho e Mudanças na Rede Urbana Brasileira: Do *Desenvolvimentismo* ao Plano Real. In: Edésio Fernandes; Márcio Valença. (Org.). **Brasil Urbano**. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 2004, v., p. 25-56.

FERREIRA, João Sette Withaker. Globalização e Urbanização Subdesenvolvida. **São Paulo em Perspectiva**, 14 (4), 2000. Disponível [para download] em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n4/9748.pdf>>. Acesso em: 06 jan. 2014.

FERREIRA, Lorena de Mello. **São Miguel de Barreiros**: uma aldeia indígena no império. Recife: o Autor, 2007. 197 f. (Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Programa de Pós-Graduação em História. Orientador: Marcos Joaquim Maciel de Carvalho. Recife, 2006). Disponível em: <http://www.btdt.ufpe.br/btdt/tedeSimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3387>. Acesso em: 06 out. 2011.

FILHO, José Marcelo Marques Ferreira. **Corpos Exauridos**: relações de poder, trabalho e doenças nas plantações açucareiras (Zona da Mata de Pernambuco, 1963-1973). Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História. Orientadora: Profa. Dra. Christine Paulette Yves Rufino Dabat. Recife: O autor, 2012. Disponível em: <http://www.btdt.ufpe.br/btdt/tedeSimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=9385>. Acesso em: 06 out. 2011.

FONSECA, Paulo Cezar Dutra. Gênese e Precusores do Desenvolvimentismo no Brasil. In: **Pesquisa & Debate** - Revista do Programa de Estudos Pós- Graduated em Economia Política – Departamento de Economia da PUC-SP. São Paulo, SP. Volume 15, n. 2 (26), pp. 225-256, 2004. Disponível em: <[http://www8.ufrgs.br/decon/publionline/textosprofessores/fonseca/Origens do Desenvolvimentismo.pdf](http://www8.ufrgs.br/decon/publionline/textosprofessores/fonseca/Origens_do_Developimentismo.pdf)>. Acesso em: 27 ago. 2014.

FRANK, Andrew Gunder. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento Latino-Americano. In: PEREIRA, Luiz (org.). **Urbanização e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1969. 199 p.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste**: Aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. 7 ed. São Paulo, Global, 2004, 255 p.

_____. Duas presenças simultâneas no mundo moderno: a do açúcar e a do Brasil. **Brasil Açucareiro**. Rio de Janeiro: IAA. Ago. 1972.

FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL – FADURPE. Plano de Desenvolvimento do Assentamento Ilhetas, Barreiros - PE. Convênio INCRA-FADURPE. Execução técnica UFRPE-DLCH. Recife: nov. 2004.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – FGV/CPDOC. **A Era Vargas**: dos anos 20 a 1945. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/carlos_de_lima_cavalcanti>. Acesso em: 20 out. 2014.

FURTADO, Celso. *Obstáculos Políticos para el Desarrollo Económico del Brasil*. **Desarrollo Económico**. vol. 4, n.16, abril-junho, 1965.

_____. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia da Letras, 2009. 616 p.

GALINDO, Osmil (org.). **Desemprego sazonal na atividade açucareira pernambucana**: Zona da Mata e Região Metropolitana do Recife. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2009. 140 p.

GASPAR, Lúcia. Usina Central Barreiros. **Fundação Joaquim Nabuco**, Recife, 7 set. 2009. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: 27 nov. 2013.

GERMANI, Gino. Desenvolvimento econômico, urbanização e estratificação social. In: PEREIRA, Luiz (org.). **Urbanização e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1969. 199 p.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. 3. reimpr. São Paulo: Atlas, 2010. 200 p.

GRACIARENA, Jorge. Urbanização, estrutura de poder e participação dos setores populares. 1967. Tradução Luiz Pereira. In: PEREIRA, Luiz (org.). **Urbanização e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1969. 199 p.

GNACCARINI, J. C. A. **Estado, Ideologia e Ação Empresarial na Agroindústria Açucareira do Estado de São Paulo**. São Paulo: FFLCH, 1972 (Tese de Doutorado).

GORIS, J. A. *Étude sur les colonies marchandes méridionales (Portugais, Espagnols, Italiens) à Anvers de 1488 à 1567*. Lovaina: Librairie Universitaire, 1925.

GUIDINI, Leandro. **Engenho de cana movido a vapor**. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=0VFBzoe69Ew>>. Acesso em: 20 out. 2014.

HADDAD, P. R. A concepção de desenvolvimento regional. In: HADDAD, P. R. et al. (Org.). **A competitividade do agronegócio e o desenvolvimento regional no Brasil: estudo de cluster**. Brasília: CNPq/Embrapa, 1999. p. 9-22.

Impasse na Usina Central Barreiros é discutido hoje. **Jornal do Commercio**. Recife, 31 jan. 2007. Disponível em: <<http://ne10.uol.com.br/canal/cotidiano/pernambuco/noticia/2007/01/31/impasse-na-usina-central-barreiros-e-discutido-hoje-122245.php>>. Acesso em: 27 nov. 2013.

IPEA; IBGE; UNICAMP/IE/NESUR. **Caracterização da rede urbana do Brasil: redes urbanas regionais: Norte, Nordeste e Centro-Oeste**. Brasília: IPEA, 2001. v. 4; 263 p. Disponível em: <https://ia600803.us.archive.org/23/items/ca_acterizaoeten_20014bras/caracterizaoeten20014bras.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2014.

JALFRIM, André de A. **A Indústria Sucoalcooleira Pernambucana: uma análise qualitativa**. Monografia de graduação – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1997.

LACERDA, Norma; LEITÃO, Lúcia. **Gestão do uso do solo e disfunções do crescimento urbano - região metropolitana de Recife**. Brasília: IPEA, 1997. Relatório de Pesquisa (mimeo).

LEITE, Jerônimo Dias. **Descobrimento da Ilha da Madeira e discurso da vida e feitos dos capitães da dita ilha**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1947.

LEVINE, Robert M. **A Velha Usina – Pernambuco na Federação Brasileira, 1889-1937**. Raul José de Sá Barbosa (trad.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. 299 p. (Coleção Estudos Brasileiros; v. 45).

LIMA SOBRINHO, A. J. Barbosa. Política Açucareira. In: Brasil Açucareiro, ano 14, vol. 27 n° 5. Maio 1946, p. 3-10.

LINS, Carlos José Caldas. **Crescimento dos Centros Urbanos do Nordeste do Brasil no período de 1960-70**. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1990. 221 p. ilustr. (Estudos e Pesquisas/Fundação Joaquim Nabuco, n. 71).

MACIEL, Paulo Romero Martins. **As migrações para o Recife – III: Aspectos Econômicos**. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais / MEC, 1961.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. O açúcar nas ilhas portuguesas do Atlântico nos séculos XV e XVI. **Varia História**. Belo Horizonte, vol. 25, n. 41. p. 151-175, jan/jun 2009.

MARICATO, Ermínia. Planejamento urbano no Brasil: as ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In ARANTES, Otília B.; MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos. **O pensamento único das cidades: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000 (Coleção Zero à Esquerda).

MATTOS, A. R. **Açúcar e Alcool no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

MELO, Jamildo. Pernambuco perde mais uma usina. Lá se vai a Central Barreiros. **NE10**. Recife, 05 dez. 2006. Disponível em: <<http://blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2006/12/05/pernambuco-perde-mais-uma-usina-la-se-vai-a-central-barreiros/>>. Acesso em: 22 abr. 2014.

_____. Depois de acocho do governo, valor de arremate da Usina Central Barreiros sobe cinco vezes e supera R\$ 2 milhões. **NE 10**. Recife, 08 ago. 2007. Disponível em: <<http://blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2007/02/08/depois-de-acocho-do-governo-valor-de-arremate-da-usina-central-barreiros-sobe-cinco-vezes-e-supera-r-2-milhoes/>>. Acesso em: 22 abr. 2014.

MELO, Mário Lacerda de. **O Açúcar e o homem: problemas sociais e econômicos do Nordeste canavieiro**. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1975. 304 p. il. (Série Estudos e Pesquisas 4).

_____. **Proletarização e Emigração nas Regiões Canavieiras e Agrestinas de Pernambuco**. Recife: UFPE, 1976 (mimeo.)

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/vegetal/culturas/cana-de-acucar/>>. Acesso em: 24 jun 2013.

MINTER. **Grupo Especial para Racionalização da Agroindústria Canavieira no Nordeste** (GERAN); programa estadual de Pernambuco. Recife: 1968.

MONT'ALEGRE, Omer. Açúcar: O segundo ano de uma crise sem perspectiva. **Brasil Açucareiro**, n. 83(1): 46-56. Rio de Janeiro: jan. 1974

_____. Mercados de Produtos Primários (I) - política de acordos. **Brasil Açucareiro**, vol. 84, n. 5, nov. 1974c, p. 18-37.

MOURA, Eunice Paraguassu; MÉLO, Maria Auxiliadora do Nascimento; MEDEIROS, Denise Dumke de. Um estudo sobre o desempenho da agroindústria canavieira no Estado de Pernambuco no período de 1987 a 1996. **Revista Produção**, v. 14, n. 1, p. 78-91. São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/prod/v14n1/v14n1a08.pdf>>. Acesso em: 21 jun 2014.

MUELLER, Charles C. Organização e ordenamento do espaço regional do Nordeste. In: **Planejamento e Políticas Públicas**, 1996. v.13, p.35-110.

MUSEU DO UNA. Disponível em: <<http://www.museudouna.com.br/registros.htm>>. Acesso em: 27 nov. 2013.

OBSERVATÓRIO DAS METROPÓLES. **Rede de Avaliação e Capacitação para a Implementação dos Planos Diretores Participativos** – Relatório Municipal – Pernambuco. Disponível em: <http://web.observatoriodasmetropoles.net/planosdiretores/produtos/pe/PE_Avalia%C3%A7%C3%A3o_PDP_Barreiros_mar_2010.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2014.

OLIVEIRA, Francisco de. O Estado e o Urbano no Brasil. **Espaço e Debates**, v.6, 36-54, 1982.

OLIVEIRA, H. P. de. Os presidentes do IAA (I). **Brasil Açucareiro**, ano 26 vol. 72 n° 5, Nov. 1968. p. 36-42.

PEREIRA, Luiz (org.). **Urbanização e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1969. 199 p.

PERNAMBUCO. Pronunciamento do deputado Severino Cavalcanti. Ata da Centésima Quadragésima Terceira Reunião da Primeira Sessão Ordinária da Oitava Legislatura. Realizada em 13 de novembro de 1975. In: **Anais da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco 416**. p. 437-438. Disponível em: <http://www.alepe.pe.gov.br/sistemas/anais/pdf/017_08-1-001-1-143.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2014.

_____. Pronunciamento do Sr. Ênio Guerra. Ata da Septuagésima Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Oitava Legislatura. Realizada em 30 de junho de 1975. In: **Anais da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco 137**. p. 141-3. Disponível em: <http://www.alepe.pe.gov.br/sistemas/anais/pdf/007_08-1-001-1-070.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2014.

PINA, Hélio. **A agroindústria Açucareira e sua Legislação**. Rio de Janeiro: APEC, 1972.

PRADO JÚNIOR, Caio. Marcha da questão agrária no Brasil. **Revista Brasileira**. n. 51, 1964, p. 1-9.

_____. **História econômica do Brasil**. 22. ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

_____. São Paulo: Brasiliense, 2008. 364 p.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2003**. Versão 1.0.0. Disponível em: <http://search.4shared.com/postDownload/2Z4IGVT8/PNUD_2003_Atlas_do_Desenvolv.html>. Acesso em: 28 jun. 2014.

_____. **2013**. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/print/barreiros_pe>. Acesso em: 15 nov. 2013.

_____. **2013 - Dados Brutos**. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/download>>. Acesso em: 16 abr. 2014.

RÁDIO CULTURA 1130. Disponível em: <<http://www.radiocultura1130.com.br/v3/noticiasVer.php?id=14609>>. Acesso em: 20 out. 2014.

RAIS / MTE. 2005.

ROSA E SILVA NETO, José Marcelino. **Contribuição ao estudo da Zona da Mata de Pernambuco**; aspectos estruturais e econômicos da área de influência das usinas de açúcar. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1966.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas Cidades Brasileiras**. 4 ed. São Paulo: Contexto, 1991. 72 p. (Coleção Repensando a Geografia).

SAMPAIO JR. Plínio Soares de Arruda. **Entre a nação e a barbárie**: os dilemas do capitalismo dependente. Petrópolis: Vozes, 1999.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. 4 ed. São Paulo: HUCITEC, 1994. 157 p. (Estudos Urbanos; 5).

_____. **Manual de Geografia Urbana**. 3 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. 232 p. (Coleção Milton Santos; 9).

SCARLATO, Francisco Capuano. População e Urbanização Brasileira. In: ROSS, Jurandy L. Sanches (org.). **Geografia do Brasil**. 6 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. 549 p. (Didática; 3).

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23 ed. rev. e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007. 304 p.

SHIKIDA, Pery Francisco Assis; SOUZA, Elvânio Costa de. Agroindústria canavieira e crescimento econômico local. **Revista de Economia e Sociologia Rural - RESR**, Piracicaba, SP, vol. 47, n. 03, p. 569-600, jul/set 2009 – Impressa em outubro 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/resr/v47n3/v47n3a02.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2014.

SILVA, Heverton Ralph Arcanjo Batista. **A crise da Indústria Sucoalcooleira e os Impactos Sócio-espaciais no Município Pernambucano de Barreiros**: o caso do fechamento da Usina Central Barreiros. 2009. 78 p. Monografia (Curso de Graduação em Geografia)-Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

SIMONSEIN, Roberto. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

SINDICATO DA INDÚSTRIA DO AÇÚCAR NO ESTADO DE PERNAMBUCO - SINDAÇÚCAR. Disponível em: <<http://www.sindacucar.com.br/>>. Acesso em: 24 jun. 2013.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento e Crise**. São Paulo: DIFEL, 1968.

_____. **Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana**. São Paulo: Nacional, 1974.

_____. **Economia Política da Urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1983. 9 ed. 151 p.

SUDENE. **Programa de Ação para o Desenvolvimento da Zona da Mata do Nordeste**. Recife: SUDENE, 1996.

SZMRECSÁNYI, Tamás. **O Planejamento da Agroindústria Canavieira do Brasil (1930-1975)**. São Paulo: HUCITEC, Universidade Estadual de Campinas, 1979. 540 p.

TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. Os Nomes da Cidade no Brasil Colonial. Considerações a partir da Capitania do Rio Grande do Norte. **Mercator** - Revista de Geografia da UFC, ano 02, número 03, 2003. p. 53-60. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/viewFile/163/131>>. Acesso em: 25 fev. 2014.

Venha conhecer Barreiros. **Prefeitura Municipal dos Barreiros**. Disponível em: <<http://www.barreiros.pe.gov.br/venhaconhecerbarreiros.html>>. Acesso em: 30 abr. 2014.

VILLELA, Anníbal Vilanova; SUZIGAN, Wilson. **Política de Governo e Crescimento da Política Brasileira, 1889-1945**. Rio de Janeiro: IPEA-INPES, Instituto de Planejamento Econômico e Social, 1973 (Série Monografia 10).

VON LIPPMANN, E. **História do Açúcar**. Rio de Janeiro: IAA, 1941. (dois volumes).

WILLEKE, Venâncio. Missão de São Miguel de Una. **Revista de História**. São Paulo, n°79, 1969.